

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida

Donos do seu próprio caminho: a estrutura política e o sucesso eleitoral da direita radical na Europa, 1990-2010

Frederico Pedroso Rocha

Resumo

Numa era em que o regime democrático se encontra sob escrutínio, novos desafios económicos preocupam a opinião pública e novas dinâmicas sociais caracterizam as sociedades modernas, também a imagem da arena política se altera e se adapta tendo em vista a prossecução de objectivos eleitorais. Neste contexto, a emergência e persistência de partidos de direita radical tem constituído, nas últimas décadas, um dos fenómenos com crescente atenção mediática e, assim, também um tema de crescente relevo para a literatura especializada. As ligações a um passado autoritário não tão distante, o discurso inflamado contra etnias e imigrantes, as críticas ao sistema vigente, têm adensado o debate sobre a presença e a actividade deste tipo de formações políticas perante um eleitorado em mudança, a que a revolução pós-industrial não será alheia.

Contudo, diversas limitações a uma análise transversal continuam a ensombrar o estudo desta temática, motivadas primordialmente por questões conceptuais que, devido à própria natureza do fenómeno, tardam a ser clarificadas. Para além disso, também as diferentes perspectivas que têm vindo a ser utilizadas necessitam de maior sistematização, tendo em vista uma melhor compreensão destes complexos e multivariados processos. Desta forma, e no âmbito de uma análise comparada, consideramos que será útil ter em atenção, a par das motivações por detrás do voto individual, também os partidos enquanto actores políticos autónomos e capazes de influenciar, em diversos sentidos, a sua progressão eleitoral e a capacidade de subsistirem em concorrência directa com as forças políticas tradicionais. Acreditamos que as opções internas e o enquadramento político que as envolve ajudarão a justificar a enorme variação que se mantém, no contexto europeu, ao nível da evolução destes partidos nas urnas.

Palavras-Chave:

direita radical – imigração – pós-industrialismo – partidos políticos – sistema político – sistema eleitoral

Masters of their own path: the political structure and the electoral success of the radical right in contemporary Europe, 1990-2010

Frederico Pedroso Rocha

Abstract

The post-industrial revolution has changed, in the last decades, an electorate that now faces the presence and activity of new kinds of political formations. In this context, the emergence and persistence of radical right parties have become one of the most media-focused subjects and, so, also one of the most important themes in the specialized literature. The connections to a not so distant past, the inflamed discourse against ethnic diversity, the criticism to the *status quo*, have been thickening a debate which comes along with new economic and social challenges.

However, several limitations continue to hinder a broad analysis, possibly as a result of the nature of the phenomenon. This could be the result of differences in conceptual understanding, which need to be clarified. Moreover, both the definition as well as the ways how these complex and multivariate processes are understood need to be further systematized. In this way, and by means of a comparative analysis, it will be useful to pay attention not only to the individual motivations of the voter but also to these parties as autonomous political actors. These might influence, in multiple ways, their ability to electoral progression and their capacity to subsist in direct competition against the traditional political forces. It is considered that the organizational choices and the political context of these parties will help to explain the great variation in the way the radical right has evolved in Europe.

Keywords:

radical right – immigration – post-industrialism – political parties – political system – electoral system

ÍNDICE

Introdução	1
 Capítulo 1	
Partidos de Direita Radical: o debate sobre o conceito.....	7
O pós-industrialismo e contexto da emergência da Nova Direita	11
 Capítulo II	
A procura: dinâmicas do eleitorado no fenómeno da direita radical	17
 Capítulo III	
A oferta: organização partidária e opções políticas	26
 Capítulo IV	
A configuração institucional da direita radical	34
 Capítulo V	
A direita radical no terreno: análise dos casos de estudo.....	39
Polónia: o legado histórico e a influência da religião	40
Eslováquia: as minorias étnicas e uma direita radical em declínio.....	51
Dinamarca: a estabilidade da direita radical	59
Suécia: entre o insucesso crónico e as oportunidades perdidas	68
 Capítulo VI	
A direita radical e a União Europeia: nacionalistas em busca de pontes	78
 Conclusão	 83
 Bibliografia.....	 103
Webgrafia.....	108

Introdução

A temática da extrema-direita tem conquistado, nos últimos anos, páginas de jornais e minutos nos noticiários da comunicação social, espelhando a noção de ruptura que frequentemente representam para um eleitorado crescentemente insatisfeito com os caminhos das democracias dos respectivos países. Ainda que seja relativo falar em sucesso quando nos referimos a estes partidos que, na sua maioria, surgiram nas décadas de 70 e 80 do século XX, não poderemos negar que o fenómeno tem, para espanto de alguns especialistas (nomeadamente em análises de comparação entre este tipo de partidos e, por exemplo, as forças ecologistas), persistido no tempo com um grau considerável de consistência e continuidade.

O estudo da extrema-direita europeia tem sido assim alvo, nos últimos anos, de uma renovada atenção, após ter permanecido durante muito tempo na sombra de outras análises sobre o pós-industrialismo e o pós-materialismo. Já na década de 1980 Scott Flanagan, em resposta a um artigo de Ronald Inglehart sobre os valores pós-materialistas e o reposicionamento das clivagens, assinala que para além da nova corrente de esquerda que emerge do lado libertário do prisma, existe também uma nova direita que surge muitas vezes ignorada nas análises realizadas e que é, afinal, “ (...) as much nonmaterialist as the New Left” (Inglehart e Flanagan, 1987, p.1308). O contexto de crise económica e social, assim como o crescimento eleitoral de diversos partidos com tal ideologia (que tem sido, de resto, amplamente plasmado nos meios de comunicação social) na realidade europeia, resultaram numa atenção redobrada sobre os motivos que têm levado a um determinado tipo de evolução da mensagem, estrutura e tipo de acção destas forças políticas, sem nunca descurar os efeitos que a presença e postura dos mesmos poderão estar a produzir no sistema partidário e, mesmo, no próprio regime democrático.

Longe dos fascismos e daquilo a que tradicionalmente o senso comum liga este tipo de partidos políticos, a nova direita radical assume uma série de características e de formas de estar que a constituem como um fenómeno novo e de desigual desenvolvimento ao nível espacial no continente europeu. Por um lado, enquanto assistimos a um fenómeno de mediatização e ascensão eleitoral do True Finns finlandês e do Sweden Democrats sueco, e a um processo de fórmula governativa na Dinamarca e

na Polónia com apoio e cooperação do People's Party e do League of Polish Families, respectivamente, notamos igualmente a dificuldade de forças como o Partido Nacional Renovador português ou o NPD alemão em se impor na cena política e tornar-se relevante no plano político e eleitoral. Ao mesmo tempo, todo um novo conjunto de temas e posturas afastam estas forças políticas do perfil dos antigos partidos fascistas e dos movimentos neonazis que vão surgindo também, aqui e ali, um pouco por toda a Europa.

Ora, a literatura tem dado recentemente importantes passos na compreensão deste fenómeno, seja na caracterização dos actores envolvidos ou na procura de respostas no contexto que o envolve. Contudo, existem ainda diversas fragilidades ao nível da sistematização do conhecimento e inúmeros caminhos que permanecem ainda por explorar de uma forma profunda e continuada. Por essa mesma razão, um dos principais objectivos desta dissertação passa por evidenciar tanto as debilidades como os trilhos possíveis de percorrer neste campo de análise, tentando conceder desde logo algumas hipóteses de resposta para alguns temas que carecem de sistematização no debate existente sobre a direita radical. Questões como a clarificação conceptual deste tipo de partidos num plano teórico, a importância real da procura e da oferta no desenvolvimento estrutural e sucesso eleitoral da direita radical actual, a capacidade de persistência destes partidos nos respectivos sistemas políticos (reposicionando um debate ainda muito ligado à questão do surgimento), a relação existente entre as diversas forças políticas do género num contexto de crescente unificação europeia e o grau de convergência ou distinção entre as realidades da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste no que toca à existência destes partidos serão centrais na análise que agora se inicia, e que por sua vez darão azo a outras problemáticas mais específicas que nos ajudarão a reflectir sobre o que já foi escrito e aquilo que falta ainda abordar. Por outro lado, antecedendo e complementando a reflexão acima evidenciada, tratar-se-á de perceber o ponto em que se encontra a literatura existente, os consensos e as divergências existentes entre os principais autores que têm tratado, nos últimos anos, este fenómeno complexo. Assim sendo, e em resumo, *quais as dinâmicas que têm estado por detrás, nas últimas duas décadas, do desenvolvimento e persistência de partidos de direita radical no continente europeu?*

Para o efeito, uma análise comparativa será útil e da máxima importância. Neste contexto, pretendemos utilizar casos que sejam demonstrativos da maior variedade

possível de traços e realidades, permitindo uma análise crítica e uma ligação constante com a realidade e tentando evitar o erro de transportar este debate para um plano puramente teórico. Por outro lado, e da mesma forma que se conseguirá analisar cada partido enquanto unidade individual que produz e é afectada pelas mais diversas questões, será possível colocar os casos em contraste entre si, assim como produzir uma imagem o mais representativa possível da realidade geral existente no continente europeu.

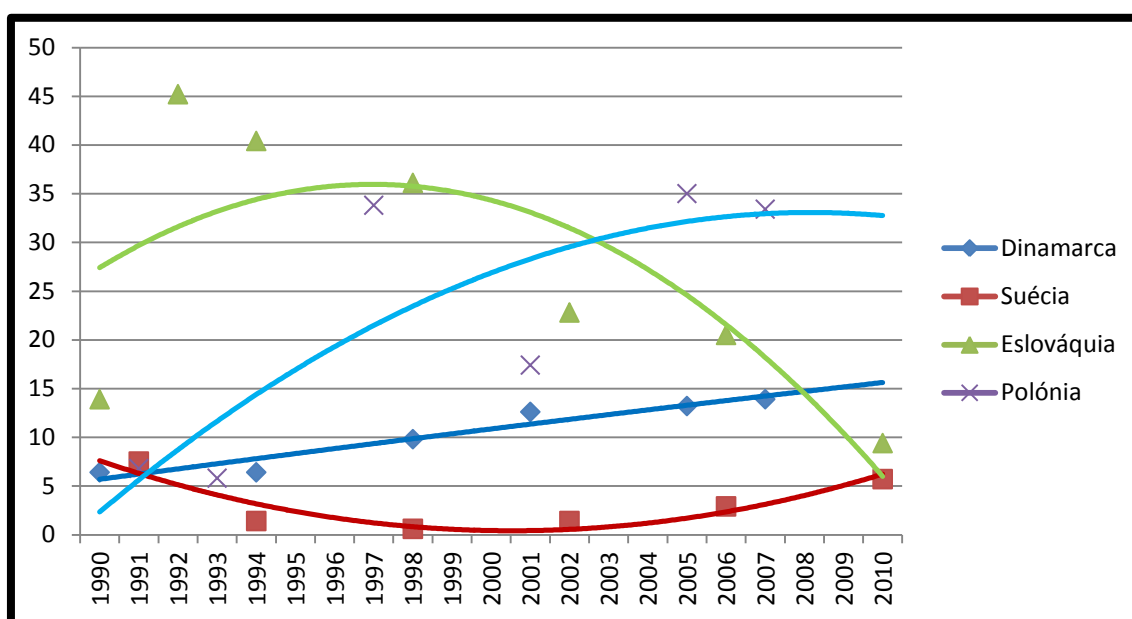


Gráfico 1 – Progressão eleitoral da direita radical nos quatro casos de estudo seleccionados (tendências no período em análise)

Fonte: European Election Database

Elaboração Própria

Como tal, os quatro casos de estudo que aqui serão explorados foram seleccionados de acordo com uma lógica de análise que em tudo está ligada com os propósitos desta dissertação. A Dinamarca, seja através do Progress Party (FrP, de 1972 a 2001) ou do People's Party (DF, de 1995 à actualidade), conviveu durante o todo o período de abrangência aqui considerado com um partido relativamente forte e influente no extremo direito do espectro político; já a Suécia, por seu lado, registou o surgimento e vivência efémera do New Democracy (NyD, entre 1991 e 2000) durante a década de 90, e só agora mais recentemente um crescimento subtil e progressivo do Sweden Democrats (SD, entre 1988 e a actualidade), sem no entanto se afirmar como um dos mais importantes partidos do sistema político daquele país. A Polónia tem registado, desde o início da década de 90, uma presença discreta desta corrente em análise,

representada aqui pela Confederation of Independent Poland (KPN, de 1979 a 2004) e pela League of Polish Families (LPR, de 2001 a 2007), ainda assim com uma tendência para crescimento, se olharmos aos seus resultados eleitorais; por fim, a Eslováquia, com o Slovak National Party (SNS, entre 1989 e a actualidade) e o People's Party – Movement for a Democratic Slovakia (HZDS, entre 1991 e a actualidade), em que se tem assistido a uma clara quebra nas votações sobre os partidos de direita radical após um início auspicioso que valeram aos mesmos percentagens eleitorais claramente acima dos 10%.

Para além disso, e para lá de uma primeira selecção que tinha como objectivo encontrar casos distintos na sua progressão eleitoral, também questões externas à estrutura partidária foram tidas em conta, e aí desde logo as características dos países que albergam tais forças políticas foi um factor essencial, seja a nível social, económico ou político. São casos que, possuindo questões nacionais particulares que os tornam únicos, partilham também alguns traços que a proximidade geográfica proporcionou ao longo do tempo, pelo que se justifica a escolha de países que, em par, se situam na mesma região da Europa. Desta forma ser-nos-á permitido clarificar a fundamentação dos diferentes rumos e opções tomados por estas forças políticas ao longo das últimas duas décadas, seja a nível interno ou em interacção com factores externos.

Assim sendo, o primeiro capítulo tratará de esclarecer questões conceptuais sobre um fenómeno que, sendo complexo, não é ainda consensual sequer na sua definição de base. Faremos para o efeito uma ronda pelos diversos contributos dos principais nomes da literatura sobre direita radical, apontando os pontos consensuais e aquilo que permanece em disputa. Estará ainda em evidência as condições que estiveram por detrás do ressurgimento desta corrente ideológica na vida partidária dos anos 70 e 80, num contexto pós-materialista, assim como uma primeira abordagem genérica ao fenómeno em estudo.

No segundo capítulo, e em sequência dessa primeira análise, tentaremos perceber o que caracteriza o perfil do votante nestas forças políticas, o que procuram os eleitores que olham para as mesmas como uma alternativa a que poderão conceder o seu voto, colocando em destaque os fenómenos macroeconómicos que têm sido relacionados ao longo dos anos com o ressurgimento da direita radical. Será necessário ter em conta que, a este respeito, não pretendemos ao longo desta dissertação analisar com pormenor as opções individuais do voto nesta ideologia (algo que necessitaria um

outro tipo de estratégia analítica e certamente um maior período de tempo para a sua realização), mas ainda assim julgamos ser importante referir estes processos que influenciam o voto como forma de construirmos uma visão mais abrangente sobre o fenómeno, sem nunca esquecer que o foco de estudo se encontra nos partidos e nas dinâmicas que os envolvem.

O terceiro capítulo terá em atenção, por sua vez, a oferta existente por parte destas formações como forma de chamar à atenção da opinião pública. Questões em torno do tipo de liderança, as formas de organização interna que adoptam ou a natureza da retórica utilizada por estes partidos serão aqui alvo de uma análise mais cuidada, recorrendo sempre que possível a exemplos práticos.

O quarto capítulo debruçar-se-á sobre os factores institucionais que pesam no potencial de emergência e persistência das forças políticas de direita radical, como o tipo de sistema eleitoral existente em cada caso e as regras a que está sujeito todo o sistema partidário, influenciando a sua acção e a sua estratégia.

Importante igualmente será analisar o contexto particular de cada caso de estudo seleccionado para esta dissertação. Um quinto capítulo terá então uma visão mais aprofundada sobre as questões internas de cada país que poderão ter ajudado ao sucesso ou bloqueio dos partidos aqui em consideração, não esquecendo a progressão económica e os grandes debates nacionais durante o período em estudo.

Por fim, e antes de uma secção dedicada às grandes conclusões que se podem retirar desta análise após o cruzamento das informações de cada um dos capítulos desenvolvidos, será interessante olhar também para a direita radical no contexto das instituições europeias e de uma realidade crescentemente convergente neste território, concentrando-nos em particular na evolução efectuada nas relações entre estas forças políticas aqui visadas e na produção de um corpo de reivindicações comum ao nível da realidade comunitária.

Procederemos desta forma a uma análise que, possuindo uma forte componente teórica, esforçar-se-á por trazer a debate questões práticas que facilitem um entendimento mais realista e exemplificado. Dado que uma perspectiva comparada será, desde logo, um elemento intrínseco a esta análise, é nosso objectivo ser o mais abrangente possível através de uma observação essencialmente indirecta e uma análise de cariz predominantemente qualitativa, algo que se torna incontornável pela natureza

teórica dos conceitos em análise e pela distância física existente entre o investigador e os casos em análise (no seguimento do que refere Mudde (2007), em que a utilização de um método qualitativo tem a vantagem de ser mais flexível na operacionalização dos conceitos ligados a estes partidos, evitando a rigidez que os números por vezes oferecem). Desta forma, basear-nos-emos em grande medida numa análise de conteúdo proveniente de documentos produzidos pelos próprios partidos (sejam manifestos, programas eleitorais ou discursos partidários), por fontes secundárias como reportagens e investigação levada a cabo por alguns meios de comunicação, para além da literatura crítica que terá igualmente um papel importante na definição e solidificação de algumas premissas desta análise.

Sendo esta uma investigação que irá explorar um campo de estudo que permanece muito difuso nas suas conclusões, um dos principais objectivos será sistematizar a conceptualização, contribuindo para a sua clarificação e para um debate que tem estado nos últimos anos muito activo. No entanto, outras hipóteses sobre as dinâmicas de evolução e persistência dos partidos de direita radical serão de considerar numa altura em que partimos para a investigação: em primeiro lugar, é expectável que, apesar da base de apoio que os níveis de insatisfação do eleitorado poderão constituir em prol de um primeiro sucesso eleitoral para os partidos de direita radical, é essencial que a estrutura interna esteja organizada de tal forma a que suporte a manutenção desses mesmos resultados em actos eleitorais seguintes. Depois, é igualmente de esperar que, assistindo-se à partida a uma grande diferença existente entre a realidade da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste no que toca às estruturas, temas e desempenhos das forças de direita radical, existirá uma tendência para a convergência entre as duas regiões, algo que resultará do processo de unificação europeia e, assim, das regras e temáticas presentes na vida política, assim como acompanhará um processo de progressiva aproximação entre os partidos desta corrente ao nível europeu rumo a reivindicações comuns e à uniformização da retórica utilizada.

É intenção desta análise a que agora damos início que possamos contribuir, através desta e posterior investigação, para a consolidação de algumas conclusões já apresentadas por outros autores e para a problematização de outras tantas que permanecem no centro do debate neste campo, apresentando algumas propostas de resposta para questões específicas que ao longo da dissertação vão sendo abordadas e partindo dos casos de estudo seleccionados para o efeito.

Capítulo I

Partidos de Direita Radical: o debate sobre o conceito

Todos nós temos tido a oportunidade, ao longo do tempo, de assistir à utilização massiva do termo extrema-direita por parte da população em geral e, em particular, por parte de uma comunicação social que vai cobrindo os sucessos que determinados partidos desta corrente vão alcançando um pouco por todo o território europeu. Notamos facilmente também que se trata de um rótulo que, directa ou indirectamente, tem sido utilizado na referência aos mais variados movimentos de direita, sejam eles formais ou informais, institucionalizados ou não, actuais ou residentes num passado cada vez mais distante, algo que tem alargado de tal forma o âmbito da expressão que esta se torna crescentemente difusa e de definição difícil. Ora, urge numa análise concreta sobre os actuais partidos do extremo direito do espectro político fazer uma clarificação sobre aquilo que de facto os define e aquilo que os distingue dos demais movimentos que com eles têm sido agrupados, numa necessidade teórica e metodológica que surge antes de avançarmos no debate sobre as dinâmicas que se encontram por detrás da ascensão e persistência desta corrente em território europeu.

Grande parte da literatura existente nos últimos anos tem, de resto, focado a sua atenção precisamente nesta questão. No entanto, isso não significa que estejamos perante um consenso entre especialistas, nem tão pouco existe ainda uma definição segura e ampla que possamos conceder como suporte (porventura causa e efeito de toda a confusão generalizada que existe na utilização do rótulo em causa). Embora a névoa se mantenha, a grande maioria dos autores tenta escapar a este problema conceptual utilizando diversas denominações de forma aleatória durante os seus trabalhos, evitando prestar uma definição clara e contundente para o fenómeno que se propõem a estudar (Mudde, 2007). Assim sendo, e como resultado, poderemos começar por nos fixar no conjunto de expressões utilizadas pelos mais diversos cientistas sociais, de forma quase equivalente na literatura anglófona, para se referirem ao mesmo grupo de partidos políticos: desde partidos de “extrema-direita” a partidos da “nova direita”, passando pela designação de forças “anti-imigração”, “neo-fascistas”, “anti-sistema”, nacional-populistas”, partidos “étnicos”, “autoritários”, “anti-governamentais”, “anti-partidários”, “ultranacionalistas”, “neoliberais” ou simplesmente partidos “de protesto” (Norris 2005,

p. 44; Carter 2005, p. 21), podemos encontrar as mais variadas denominações para todo o tipo de teorias e pontos de vista, e sobre isso temos algumas considerações a fazer.

Em primeiro lugar, tendo em vista a construção de uma definição clara, e ao contrário daquilo por que alguns autores (como Gibson ou Fennema) optaram em alguns dos seus trabalhos, pensamos que será de excluir a utilização de rótulos nos partidos em questão que os relacionem com um elemento programático em particular ou que incluam um preconceito na sua denominação em relação ao conteúdo retórico destas formações (Norris, 2005). Na realidade, e se alguma vez foi verdadeiro que estas forças se cingiram exclusivamente à defesa de um determinado sector de políticas públicas, tem-se verificado com crescente clareza a construção de um discurso que, dando evidentemente prioridade a algumas questões sobre outras, se demonstra cada vez mais abrangente nos temas que aborda, até pelo próprio exercício de institucionalização e de alargamento da base eleitoral de apoio pelo qual todos os partidos passam em algum momento da sua evolução. As questões de imigração, sobre as quais têm sido criadas diversas denominações particulares, já não se encontram sós nos discursos dos líderes das formações em causa. Não querendo retirar-lhes a importância de que de facto têm na prioridade de temas para estes partidos, teremos de considerar que há outras questões (como o modelo de Estado-Providência, a promoção da Lei e da Ordem ou o sistema fiscal em vigor) que tomam lugares de destaque na retórica da generalidade dos partidos deste tipo. Para além disso, a própria oposição às correntes imigratórias (transversal a inúmeros documentos programáticos) não poderá ser vista como um fim em si mesmo, mas antes um reflexo de uma noção de defesa da identidade de um “Eu” colectivo (e nacional) contra a incursão de um “Outro” que é personificado naqueles que vêm de outros países, não devido à ideia de supremacia racial que era cara aos movimentos fascistas e nazis, mas por uma noção de “nativismo”, em que a preferência por uma Nação homogénea por parte de um indivíduo se dá simplesmente pela pertença e identificação nesse mesmo colectivo (Mudde, 2007).

Como tal, e no seguimento do que foi referido anteriormente, seria erróneo igualmente dotar estes partidos de uma definição que os ligasse expressamente às correntes fascistas e nazis que foram importantes em meados do século passado (e que continuam a existir nas suas formas renovadas actualmente). Trata-se aqui de um tipo e partidos que, seja por força da carga negativa com que seriam confrontados ou simplesmente pela não-identificação com os princípios reguladores do ideário fascista,

têm vindo a renegar e a afastar esse legado com que muitas vezes são conotados (Carter, 2005), tanto nos seus programas eleitorais como nos discursos que efectuem para a opinião pública, e da forma mais directa possível. De facto, Norris chama à atenção que denominar estas forças como “neofascistas” não faria sentido desde logo porque muitas delas (começando pelas mais influentes na Europa, como a National Front francesa ou os Swiss Democrats da Suíça), têm uma base de apoio distinta daquelas que suportavam os movimentos fascistas, negam qualquer herança histórica dos movimentos nazis e não partilham muitas das ideias tradicionalmente associadas a essa ideologia (Norris, 2005). Olhemos, por exemplo, para o nacionalismo: enquanto as forças fascistas acreditavam no conceito de supremacia racial, tal noção não recolheu aceitação por parte dos actuais partidos da direita radical, porque não defendem que as nações sejam geneticamente determinadas. Assim, em vez de superiores ou inferiores, as nações são apenas diferentes, devendo viver cada uma no seu território sem intervenção exterior (Eatwell, 2000). Cas Mudde aprofunda um pouco mais esta concepção com a noção de nativismo “as an ideology, which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group («the nation») and that nonnative elements (persons and ideas) are fundamentally threatening to the homogeneous nation-state” (Mudde 2007, p.19). Assim, longe de uma visão supremacista, estes partidos defendem um nacionalismo em que as culturas são iguais na sua condição mas eminentemente distintas e, assim, incapazes de conviver num mesmo território sem que haja deformação das bases mútuas.

Um outro rótulo que consideramos ser importante que se retire de uma designação destes partidos é, desde logo, o seu carácter populista. Efectivamente, o populismo é reconhecidamente um dos traços mais visíveis da postura e discurso do nosso objecto de análise, mas tenderemos a concordar com aqueles que o definem como ferramenta política mais do que um elemento ideológico. É certo que o debate ocorre na literatura e também sobre o populismo se tornou difícil encontrar um consenso alargado em torno de uma definição: enquanto autores como Cas Mudde (2007) assumem o populismo como uma característica ideológica que potencia e justifica o carácter de protesto destes partidos, o seu posicionamento anti-sistémico ou as críticas que desenvolvem à democracia liberal, outros, como Mény e Surel (2002), referem-se ao populismo como “an empty shell which can be filled and made meaningful by whatever is poured into it” (p. 6). De facto, e como Margaret Canovan (2002) questiona, é

duvidoso que se possa considerar que a retórica populista provém de um projecto ideológico abrangente e assertivo, nem que seja pelo facto de que as posições populistas são por norma reactivas, contestando outras propostas de fundo positivo. Assim, avança a mesma autora, será porventura mais proveitoso que o populismo seja visto como um tipo de discurso, com o seu vazio de conteúdo e a sua capacidade de se adaptar aos mais diferentes contextos e propósitos. Ora, nesse contexto, e para efeitos de compreensão da presente análise, entender-se-á o populismo como um estilo de retórica política utilizado com o objectivo de mobilizar o eleitorado contra a estrutura de poder em vigor na sociedade e seus respectivos valores, pretendendo colocar a população comum como a nova base de legitimidade (Betz, 2002). Como tal, e sendo uma ferramenta que constitui parte de uma estratégia política, consideramos que não deverá constar de uma designação que esteja ligada intrinsecamente aos partidos da direita radical porque poderá, em teoria, ser utilizada por qualquer tipo de movimento ou partido independentemente do seu posicionamento no espectro político em épocas distintas e potencialmente casuais. Para além disso, e sendo de facto um instrumento utilizado de forma frequente por essas mesmas formações, não influencia a matriz ideológica de direita radical daqueles partidos que não assumem uma postura populista, isentando-os de um preconceito que poderá ou não ser confirmado através de uma análise mais profunda e evitando reduzir todas as suas actividades e decisões políticas a essa posição (nomeadamente num contexto em que existe maior institucionalização, participação e até cooperação com outros partidos considerados como parte do sistema vigente).

Para lá de todo o debate existente na literatura sobre a definição e a designação a que estas formações políticas devem estar ligadas, os especialistas têm aderido, na sua maioria, à utilização de um termo entre os seguintes dois: “extrema-direita” ou “direita radical”. E embora possam ser apontados defeitos e fragilidades a ambas as denominações, iremos nesta análise adoptar a segunda opção, no seguimento do que Pippa Norris e Robert Kitschelt, entre outros autores, têm utilizado em alguns dos seus trabalhos. Os críticos da primeira designação apoiam-se de forma consistente na noção de que extremismo estará ligado à apologia da violência e a sentimentos anti-democráticos, algo que passa ao lado do perfil que estamos a traçar para os partidos de direita radical. Como Elisabeth Carter sublinha através de Uwe Backes, o conceito de extremismo provém de uma tradição aristotélica que estará ligada a posições negativas no que concerne a noções constitucionais e a uma noção de dominação de um grupo

sobre o outro, o que transportado para a modernidade coloca o extremismo como a antítese da democracia liberal. De facto, o próprio Tribunal Federal Constitucional Alemão implementou uma distinção entre grupos radicais, que sendo críticos da ordem constitucional vigente não demonstram nenhum tipo de comportamento ou inspiração anti-democráticos, e grupos extremistas, que demonstram claramente uma postura anti-democrática, anti-constitucional e anti-liberal, ditando para esses a sua extinção (Carter, 2005). Também Roger Eatwell (2004) segue no mesmo sentido.

Assim sendo, e resumindo, identificaremos nesta investigação determinados partidos como pertencendo à direita radical. Como tal, são forças políticas que, possuindo algum grau de institucionalização, criticam alguns aspectos da democracia liberal mas não são apologistas nem da violência nem assumem uma postura anti-democrática, aceitando e até participando nas regras do “jogo democrático” (no qual a presença em actos eleitorais sucessivos é a expressão mais visível). Assim, e dentro da grande família do extremismo de direita, iremos afastar desta análise os partidos de inspiração nazi ou fascista (pelas razões já apontadas anteriormente) e os movimentos informais que neste contexto se movimentam e que assumem, geralmente, uma posição de maior intolerância e agressividade contra o sistema e contra os valores instituídos na sociedade. Reconhecemos que o facto de existir frequentes cisões, fusões, refundações e *rebrandings* que implicam frequentemente uma nova liderança e um novo discurso não facilitam a estabilização de uma categorização (Norris 2005), dificultando o trabalho daqueles que tentam através das suas investigações estabilizar a definição de um fenómeno que é tão volátil como complexo e incerto. Ainda assim, consideramos que se torna imprescindível optar com clareza por uma designação que espelhe o tipo de realidade que pretendemos estudar da melhor forma possível, mesmo que a mesma não esteja isenta de críticas.

O pós-industrialismo e o contexto da emergência da Nova Direita

A literatura existente tem-se reunido nas últimas décadas em torno de um conjunto de teorias que explicam a emergência dos partidos de direita radical, ainda que a heterogeneidade dos casos existentes e as limitações que os métodos utilizados têm imposto aos académicos tenham impedido ao longo do tempo a construção de uma análise comparativa sistemática que utilize generalizações testáveis que permita avançar

mais no terreno e clarificar estes fenómenos, mantendo-os desta forma reféns de narrativas descritivas baseadas em casos particulares (Norris, 2005). Assim, entre uma perspectiva mais sociológica que enfatiza o papel do contexto socioeconómico e das atitudes políticas do eleitorado como estando na base das mudanças que permitiram o surgimento dos partidos de direita radical, uma perspectiva institucional que atribui maior importância às estratégias que as estruturas partidárias adoptam no seu posicionamento ideológico como forma de recolherem um maior número de votos e uma perspectiva tradicional que olha ao contexto institucional, onde as regras formais que regulam o sistema político e condicionam tanto os partidos como o eleitorado entram em destaque (Norris, 2005), tem existido dentro destas três áreas explicações para todos os gostos na literatura existente.

A corrente que maior repercussão tem tido junto da literatura e também da opinião pública prende-se com o impacto das correntes migratórias e das condições económicas pós-industriais na vida quotidiana do eleitorado (Norris, 2005). De facto, todo o debate adjacente ao objecto de estudo tem sido enquadrado no contexto das economias capitalistas avançadas e dos processos de transformação que tiveram lugar e que transportaram estes países para um novo período caracterizado pela exaustão do Estado-Providência, pela rápida evolução tecnológica, pelo incremento do comércio internacional e pela flexibilização do mercado laboral, entre outras mudanças, criando uma nova classe de indivíduos que foram tendencialmente marginalizados devido ao desemprego que enfrentam, às baixas qualificações que apresentam e à decrescente protecção social de que podem usufruir (Anastasakis, 2001), e assim novas rupturas na sociedade. Diversos autores têm dessa forma avançado que a direita radical tem ido a esse nicho do eleitorado buscar a sua principal base de apoio, dado que inclui trabalhadores com níveis baixos de escolaridade e geralmente de colarinho azul, por um lado, e jovens desempregados a viver em ambiente urbano por outro (Anastasakis, 2001; Betz 2002; Carter 2005; Norris, 2005). No entanto, como Anastasakis refere, o que acontece na maioria dos casos é que esse apoio provém do medo pelo desemprego e pela deslocação na pirâmide social, mais do que propriamente dos eventos em si, e é dos receios inerentes à incidência desse fenómeno que advém a oposição à imigração e ao multiculturalismo, dado que são vistos como fenómenos que poderão potencialmente afectar o mercado interno de emprego.

Uma segunda corrente explicativa, que virá necessariamente ligada àquela primeira, desenvolve-se segundo o conceito de partido de protesto, enquanto canal de manifestação da frustração e da insatisfação de uma parte do eleitorado em relação à realidade e acção dos actores e instituições democráticas em vigor nos respectivos sistemas políticos, incluindo os demais partidos políticos. Esta justificação surge geralmente relacionada com a inclusão da variável populista enquanto característica fundamental dos partidos da direita radical, agindo como incentivo para a “política do ressentimento” levado a cabo pelos mesmos (Norris, 2005; Art, 2011). Como se poderá notar, as questões em torno da qualidade da Democracia são nesta perspectiva de importância vital. De facto, diversos autores (v. Eatwell, 2004) apontam para a forma como a estratégia populista poderá ser conforme com um discurso que coloque em evidência a crítica ao sistema estabelecido, a necessidade de ouvir os cidadãos comuns e de realizar mais iniciativas de democracia directa, a denúncia de uma elite governante incapaz, pouco eficiente, afastada dos problemas reais e até, por vezes, corrupta. De resto, o exercício de dicotomias constantes realizadas por uma perspectiva populista poderá ser identificado com a tradicional dicotomia entre o “Eu” colectivo nacional e o “Outro” externo que é praticado pela direita radical, dificultando ainda uma política de compromisso e de trocas que está na base da democracia liberal, que é por seu lado criticada por grande parte dos partidos aqui em análise (Eatwell, 2004; Mudde, 2007). Para além disso, também a tendência populista de centrar a mensagem política na figura de um líder carismático segue no mesmo sentido da opção interna das forças de direita radical em fazer sobressair aquele que deve ser o representante de toda uma estrutura e de um corpo de propostas (Eatwell, 2004), para além da insistência numa imagem de *outsider* e de dissidência que ignora as convenções (Betz e Johnson, 2004).

Como justificação para o fenómeno, alguns autores têm também apontado para as teorias do desalinhamento, ou seja, o processo de degradação dos laços existentes entre os cidadãos e os partidos políticos que tem sido registado e analisado desde a década de 60 do século passado. A literatura tem referido que diversos factores estruturais, como os níveis crescentes de formação e a diversificação das vias de informação, têm incentivado a um incremento da volatilidade dos eleitores e assim a mudanças mais bruscas das performances das forças políticas nos sucessivos actos eleitorais, seja no sentido ascendente ou descendente (Norris, 2005). A isto poder-se-ão acrescentar fenómenos como a dissolução das identidades estabelecidas, a fragmentação

cultural ou a multiculturalização, ou seja, processos que reposicionaram o indivíduo na sociedade ao longo das últimas décadas. No mesmo sentido também a tendência de aproximação dos partidos mais ao centro do espectro político poderá, segundo alguns académicos, ter criado o espaço suficiente para que novas propostas surgissem, vistas como alternativas reais aos programas convergentes das principais forças políticas, algo que irá ajudar no discurso populista da elite governante que se perpetua no poder indiferente aos interesses da população (Rydgren, 2002). Numa visão desenvolvida grandemente por Kitschelt, a localização dos diversos partidos no espectro político poderá assim limitar ou potenciar as oportunidades para que surjam no panorama nacional novas forças políticas, em particular uma corrente que fale primordialmente de questões socioculturais como é a direita radical. Outros autores atentam, em particular, à postura do principal partido de centro-direita, assim como às posições ideológicas tomadas por todas as forças partidárias num exercício de ajustamento às opções dos demais e de captura de determinadas franjas do eleitorado (Norris, 2005).

Uma outra perspectiva, já criticada anteriormente, assenta na importância concedida ao revivalismo da era fascista, através de uma continuidade que permaneceu obscura após a II Guerra Mundial e que voltou à luz do dia como forma de comportamento ou ideologia alternativa perante as novas dinâmicas da sociedade, na década de 70 e 80 do século XX. No entanto, e como já referimos mais acima, seria erróneo sobrestimar a importância da ideologia fascista na estrutura ideológica dos partidos contemporâneos de direita radical: ainda que se possa estabelecer alguma relação no que toca ao eleitorado que constitui o alvo preferencial da retórica em ambos os casos (geralmente, grupos desencantados ou insatisfeitos com a ordem vigente), não poderemos ignorar que o fascismo foi construído com base num contexto particular do período entre guerras, muito distinto daquele que se configura como o contexto de surgimento e existência da actual ideologia da direita radical, seja ao nível económico como social. Como refere Kitschelt (1993), “occupational structures and life chances in modern capitalist societies yield patterns of political preference formation that can be traced only in very fragmentary ways through class categories” (p.337). Apesar disso, alguns especialistas não deixam de afirmar que o surgimento da direita radical num contexto pós-industrial possui alguns traços reaccionários, como resposta aos novos temas e aos programas alternativos apresentados pelas forças pós-materialistas de esquerda após a década de 1970 (Zaslove, 2009), algo que viria a estar ligado com a

visão de que era necessário apresentar propostas para aqueles que tinham ficado de fora da revolução pós-industrial.

Rydberg (2002), para além das perspectivas acima descritas, acrescenta ainda à lista de teorias avançadas pela literatura a importância de um sistema proporcional para a emergência da direita radical (na linha dos trabalhos de Maurice Duverger e outros académicos que apontam para uma maior dificuldade dos pequenos partidos se desenvolverem num contexto de sistema maioritário), assim como a inexistência de regras formais que excluam partidos com resultado eleitoral menor ou que sejam muito restritivas no acesso a fundos estatais (daí que alguns autores recorram à designação de estrutura de oportunidades para avaliar o contexto formal e de competição política a que os partidos em análise estão sujeitos). Por fim, Rydberg refere igualmente como causa apontada na literatura o próprio advento de um acto referendário que tenha, em algum momento, trazido à primeira linha do debate uma questão que se sobreponha às clivagens tradicionais de um dado país.

Como já se pôde notar, a literatura tem olhado para os mais diversos ângulos de explicação no que toca ao fenómeno do ressurgimento da direita radical nas últimas décadas. No entanto, muitas dessas perspectivas têm-se demonstrado de efeito limitado pela forma unívoca como são consideradas, e principalmente quando se poderá concluir que todas as justificações estão, de certa forma, ligadas entre si. Senão vejamos: perante um contexto de mudanças sociais e económicas, em que os valores pós-materialistas se afirmam e a população mundial vê a sua deslocação espacial facilitada através de novos e massificados meios de comunicação, assistimos a um processo de desintegração dos laços sociais existentes, de emergência de novos grupos na sociedade e, em geral, de complexificação das identidades num contexto crescentemente multicultural, acompanhado de um fenómeno de desancoragem entre os partidos políticos e as suas bases sociais de apoio tradicionais. Ora, numa sociedade cada vez mais multicultural e variada, para além de economicamente evoluída, as questões socioculturais começam a ganhar expressão nos interesses dos cidadãos, surgindo uma pressão crescente para que estruturas partidárias tenham respostas para uma realidade em transformação; ao mesmo tempo, assistimos a um grau crescente de descontentamento e frustração em relação aos actores democráticos, perante um sentimento na opinião pública de que uma elite indiferente aos anseios da população se perpetua no poder e se aproveita das posições de poder para benefício próprio, convergindo crescentemente nas suas políticas como

forma de manterem as decisões nas suas mãos. Perante este cenário, surge no sistema político um novo espaço para que alternativas surjam e consigam captar a atenção de um eleitorado cada vez mais desalentado (e em especial aquele que se sente igualmente excluído das mudanças da modernização), de entre elas uma alternativa com as características da direita radical, que através de um discurso populista aproveita as tensões inerentes ao engrossar das correntes migratórias, acompanhado por uma reacção às transformações dos diversos sistemas de Estado-Providência que vieram acrescentar receios a uma população já afectada por uma crescente volatilidade laboral.

Não obstante a necessidade já referida de analisarmos o fenómeno tendo em consideração os mais variados fenómenos que foram tendo lugar, em simultâneo, nas sociedades europeias, duas outras questões da maior importância não se poderão contornar: sendo este um processo que percorreu a generalidade do continente europeu, a diferentes velocidades, nas últimas décadas, porque razão a variação do sucesso eleitoral destes partidos é tão elevada? Para além disso, porque conseguiram algumas forças políticas de direita radical aguentar a pressão dos resultados e manter-se activos ao longo do tempo, ao contrário de outros partidos da mesma ideologia que implodiram ou se perderam no jogo da competição eleitoral?

Como tal, consideramos que seja útil analisar o fenómeno de forma mais detalhada, por um lado, na perspectiva da procura (o que pretende o eleitorado que olha para a direita radical como alternativa, o que os leva a apoiar esporadicamente ou de forma contínua estes partidos) e, por outro, no ponto de vista da oferta (como se organiza a estrutura partidária e o que transmite ao eleitorado como forma de maximizar os seus resultados eleitorais), utilizando a distinção desenvolvida por Eatwell (2003) e frequentemente referida na literatura, com o objectivo de medir o impacto efectivo das diversas variáveis incluídas nessas duas visões na construção da direita radical das últimas décadas. Nesse processo, contudo, daremos especial atenção não à emergência (que muitas vezes depende de questões meramente conjunturais) mas sim à persistência destes partidos na cena política dos seus países, algo que implica já outro tipo de condições e características tanto do lado dos eleitores que se predispuseram a apoiar continuamente esses partidos, como da estrutura partidária que necessita dotar-se de uma organização que responda a um crescente enraizamento na sociedade. É dessa análise que nos ocuparemos nos próximos capítulos.

Capítulo II

A procura: dinâmicas do eleitorado no fenómeno da direita radical

O ressurgimento de uma ideologia de direita radical no continente europeu, ainda que distinta da corrente que se evidenciou com os regimes fascistas, apanhou os mais diversos especialistas de surpresa, que estavam à época focados num outro fenómeno que acompanhava a revolução pós-industrial e que se definia por pós-materialismo. No entanto, e com o crescente surgimento de partidos no extremo direito do espectro um pouco por toda a Europa, os académicos rapidamente concluíram que seria útil juntá-los numa nova e única família política, malgrado as particularidades que sempre se reconheceram a cada estrutura nacional. Nesse sentido, e perante a ausência de uma designação comum a todos os partidos, assim como a inexistência de estruturas sólidas de cooperação internacional entre os mesmos, os especialistas fixaram-se na delineação do perfil sociológico do eleitorado afecto a estas formações, algo que, notaram, possuía traços comuns que permitiriam construir pontes que aproximassem os diferentes partidos a surgir nos diferentes territórios (Arzheimer, 2008).

Desde meados do século XX que alguns especialistas começaram a analisar as bases de apoio dos movimentos populistas e fascistas que marcavam presença na realidade política à época. Nesse contexto, as teorias ligadas à modernidade têm sido, ao longo dos anos, das mais utilizadas para explicar o fenómeno da direita radical (Mudde, 2007). Dois dos pioneiros foram Daniel Bell e Seymour Lipset, a propósito do suporte aos fascismos em Itália e na Alemanha, assim como ao McCartismo nos EUA (Norris, 2005). Esses autores argumentavam, em particular, que o apoio concedido a estas forças provinham dos receios de descensão social e de perda de estatuto social por parte da burguesia, sendo aproveitadas as inseguranças daqueles que, na altura, se viam ameaçados pelos processos de industrialização. De entre estes, os pequenos proprietários assumiam particular relevância, sentindo-se sob pressão, por um lado, do grande capital e das grandes empresas manufactureiras e, por outro, de um factor trabalho organizado através de sindicatos. Assim sendo, a pequena burguesia, com os seus frágeis investimentos, constituiriam o principal sector que apoiava este tipo de forças políticas (Norris, 2005).

No decorrer das últimas décadas, novas perspectivas de base sociológica não deixariam de recolher algum contributo dessa corrente fundadora, adaptando contudo a

justificação com o intuito de espelhar as transformações ocorridas através da revolução pós-industrial que se tem verificado nos países mais desenvolvidos, e em particular na Europa, desde a década de 70 do século passado. A ameaça sentida pelo “Outro” mantém-se, mas o alvo não se centrava já no grande capital ou na capacidade organizativa dos trabalhadores e sim em todos os imigrantes e refugiados que chegavam aos territórios nacionais sob a chancela do multiculturalismo. Também o receio de perda mantém-se, mas já não é o negócio que está em causa, sendo antes a insegurança laboral e económica daqueles que têm menos ferramentas para lutar num mercado competitivo.

Este processo enquadra-se, segundo Pierson (1998), nesse contexto de mudanças na economia mundial, em que existe uma maior integração dos mercados financeiros, uma maior competição por parte de países emergentes e uma crescente mobilidade de capitais. Para além disso, refere o autor também, esta revolução pós-industrial trouxe consigo novas dinâmicas sociais, que terão em conta uma população genericamente mais envelhecida, alterações ao nível da produtividade e, poderemos acrescentar, uma maior facilidade de movimento entre fronteiras, o que terá incentivado o engrossar dos fluxos migratórios. Assim sendo, os países mais desenvolvidos têm experimentado uma crescente pressão sobre os seus Estados-Providência. No mesmo sentido, mas noutra formulação do mesmo cenário, autores como Betz e Kitschelt, referidos por Rydgren (2002), apontam que a transição terá sido marcada por processos de dissolução, fragmentação e diferenciação, no sentido de uma crescente individualização. Estes fenómenos influenciam assim a cultura das sociedades, erodindo e destruindo subculturas e instituições tradicionalmente estáveis e nas quais se baseiam as identidades colectivas: as pessoas que não conseguem acompanhar uma crescente volatilidade, dinâmica e flexibilidade caem no risco de não caminhar a par da modernização e assim perderem importância e utilidade na sociedade.

Deste ponto de vista, a direita radical que surge com a vaga do pós-materialismo atenderá aos efeitos da flexibilização e globalização, assim como da reestruturação dos mercados e das mudanças efectuadas nos Estados-Providência de cada país, concedendo particular atenção aos problemas que essas transformações pós-industriais trouxeram para um sector da população que viria a ser marginalizado (Lubbers, et al., 2002; Kessler & Freeman, 2005). Trata-se de facto de uma franja pouco qualificada em termos de formação e que enfrenta crescentes dificuldades no que toca à qualidade e segurança

laborais, à diminuição dos apoios sociais e ao aumento das condições conducentes a desigualdades sociais (Anastasakis, 2001).

Como referem os defensores desta corrente ligada à modernidade, este sector da sociedade poderia porventura estar já ligado a partidos do sistema, em particular os que se situam mais à esquerda: de facto, outras forças políticas já existentes preocupam-se tradicionalmente com a segurança e protecção dos mais desfavorecidos, e em particular com as condições de trabalho e riscos sociais associados, como o desemprego, os acidentes de trabalho ou invalidez. No entanto, as principais formações partidárias não terão conseguido, em grande medida, obter a capacidade para responder aos desafios que as transformações pós-industriais (Kessler & Freeman, 2005), em particular, representaram para as sociedades desenvolvidas, nomeadamente num contexto crescentemente multicultural. Os novos riscos sociais ligados à competição laboral e a flexibilização dos postos de trabalho, assim como uma crescente individualização social que resultou na fragmentação de diversas organizações colectivas tradicionais constituíram questões para as quais os partidos tradicionais só tardiamente despertaram. Os novos grupos da população que permaneceram à margem do processo de pós-industrialização encontraram assim em novas forças políticas, com uma mensagem simplista e lideradas por figuras carismáticas, a resposta para o fim dessa marginalização (Lubbers, et al., 2002; Mudde, 2007; Norris, 2005).

Ainda assim, outras correntes explicativas têm igualmente surgido na literatura especializada que não aquelas que têm em conta a competição económica e a reestruturação dos Estados-Providência. Em particular, diversos autores têm apontado as crises de regime e o clima de insatisfação com a Democracia como causas para um incremento na votação relativa aos partidos de direita radical. Tais perspectivas referem que são a crítica e o pessimismo os principais veículos de apoio à direita radical, e que esse posicionamento em relação ao sistema político iria sobrepor-se a qualquer avaliação sobre a proximidade ideológica dos indivíduos em causa em relação a este tipo de partidos (Norris, 2005). Em conjunto com essa tese, académicos como Kitschelt têm estudado as ligações entre o apoio à direita radical e os fenómenos do clientelismo e corrupção que, conjugados com outras variáveis (como aquelas já referidas anteriormente), poderiam minar o *status quo* existente e levar a um apoio crescente a propostas que impliquem uma outra visão sobre o Estado e os seus intervenientes (Mudde, 2007). Assim sendo, na primeira linha de pensamento de alguns sectores do

eleitorado encontrar-se-iam o clima de corrupção e a sucessão de escândalos políticos, algo que, para esse eleitorado, assombraria o regime democrático (Anastasakis, 2001). Também Betz (2002) aponta que a estratégia da direita radical passará por incentivar a essa corrosão da legitimidade de poder político vigente, tendo o cuidado de se colocar enquanto organização do lado do povo e não do lado do sistema.

Pippa Norris (2005), aprofundando um pouco mais a questão, refere-se ao descontentamento de determinados segmentos da população em três vertentes principais, podendo-se este dirigir ao desempenho governativo, às características genéricas da sociedade actual ou mesmo às instituições nucleares do regime democrático representativo.

No primeiro caso, a insatisfação prende-se com os resultados das opções políticas do executivo, nomeadamente aquelas que incentivem o fluxo imigratório ou que descurem a ordem e segurança dos cidadãos. Em geral, este tipo de descontentamento teria efeitos benéficos no apoio à direita radical em particular nas denominadas eleições de segunda ordem, dadas como momentos intermédios de escrutínio do desempenho governativo, mas poderia desaparecer de forma tão instantânea como surge, bastando os índices de popularidade do governo retomarem uma tendência de crescimento. Já do ponto de vista de uma crítica à sociedade pós-industrial, o apoio à direita radical poderá surgir como consequência de uma erosão da confiança e tolerância interpessoais, motivando uma maior alienação social e que, em última análise, poderia aumentar o contacto dos indivíduos a movimentos e grupos mais deslocados em relação ao sistema. Por fim, a insatisfação e até rejeição demonstradas em relação às principais instituições políticas do regime democrático, através de um decréscimo da confiança nos actores políticos, partidos e até no parlamento, constituem a principal fonte de descontentamento referenciada pela literatura, e ocasionam, em última análise, um motivo de preocupação através do potencial de crise que representam para o sistema político em vigor.

Neste campo, há ainda que salientar um outro fenómeno que, estando ligado à realidade pós-industrial, é referido por especialistas como Richard Katz e Peter Mair (1995) como causa para um afastamento entre o eleitorado e os partidos políticos e consequente descontentamento, funcionando também como factor que potenciará o voto em partidos de direita radical: a cartelização do sistema partidário. Perante o afastamento existente entre as principais forças políticas e o eleitorado (no que toca

tanto à importância das bases dessas organizações como na atenção prestada às reivindicações da população), que acompanha uma incorporação crescente dos partidos nos próprios aparelhos estatais, são cada vez mais alargados os grupos da sociedade que se sentem marginalizados em relação aos seus interesses, situação que estimulará o seu ressentimento político (Mudde, 2007). Constituem desta forma um terreno fértil para o apoio a partidos que, permanecendo indefinidamente nas franjas do sistema partidário, enfrentam as mesmas dificuldades para se fazerem ouvir e manter o seu funcionamento regular.

Relacionado com o fenómeno de afastamento entre o eleitorado e os partidos políticos, o processo de desalinhamento partidário e social levou, nas últimas décadas, a que fosse largamente atenuado o efeito de classe quando se pretende entender o apoio a uma força política (Katz & Mair, 1995), e como tal também à direita radical, avança alguma da literatura. As clivagens de classe têm vindo a ser esbatidas nas últimas décadas, a par do ímpeto pós-industrial que avançou nas sociedades modernas, e têm sido substituídas por outro tipo de clivagens transversais aos contrastes tradicionais que se verificavam, e contextualizadas por uma sociedade multicultural e menos leal à ancoragem partidária tradicional. Como resultado, verificamos uma maior volatilidade no que toca ao comportamento eleitoral e uma maior propensão para alterações bruscas no apoio partidário concedido pela população, o que afectará necessariamente os contornos da competição política. Desta forma, a direita radical poderia aproveitar, através de um discurso fundado no protesto, para captar votos dos sectores do eleitorado mais desancorados, particularmente em momentos de maior insatisfação para com o poder político, ou ainda após eventos específicos, mediáticos e com impacto na opinião pública, como já havíamos referido (Norris, 2005).

Um dos argumentos mais avançados pela literatura (e ainda que naturalmente ligado aos que já acima foram referidos) prende-se com a importância dada pelos partidos de direita radical às políticas de migração, em que a defesa de maior restrição neste campo seria complementar aos anseios de diversos sectores da população, em particular daqueles grupos que se sentem mais marginalizados e mesmo ameaçados pelas novas dinâmicas sociais e económicas (e sobre os quais, de resto, já anteriormente dissertámos). O apoio aos partidos aqui em análise é visto, por vários autores, como uma reacção ao lado multicultural da revolução pós-industrial, dado que virá acrescentar competição a um mercado laboral mais dinâmico e volátil e pressão a um Estado-

Providência que já enfrenta os dilemas de uma sociedade cada vez mais envelhecida. Neste contexto, os partidos de direita radical teriam surgido, através dos seus carismáticos líderes, como a face do ressentimento em relação aos imigrantes que se instalavam em território nacional (Norris, 2005), e como expressão do descontentamento em relação às opções políticas sobre imigração (Betz, 2002). Deste ponto de vista, é na rejeição do pluralismo cultural do sistema político liberal e na adopção de uma visão exclusionária de cidadania que este tipo de forças políticas se iria basear para trazer a si um maior número de apoiantes (Anastasakis, 2001).

Vistas todas estas diferentes visões sobre este elaborado fenómeno, Jens Rydgren (2002), a propósito daquilo que considera serem os factores que têm levado ao ressurgimento da direita radical no continente europeu, construiu uma simples lista que tem sido reproduzida em diversa literatura e que resume as vertentes que, também do lado da procura eleitoral, tomam parte nesse mesmo processo. Nela inclui-se (A) a sociedade pós-industrial, assim como (B) a dissolução das identidades estabelecidas, a fragmentação e multiculturalização da sociedade, (C) uma maior saliência da clivagem sociocultural no debate político, (D) surgimento de opiniões xenófobas e racistas, e (E) o flagelo do desemprego e da crise económica. Com estes cinco itens é salientada a importância das modificações verificadas nas sociedades modernas ao longo das últimas décadas. Em particular, encontra-se por um lado a flexibilização da economia e do mundo laboral, assim como o incentivo à iniciativa individual; por outro, a individualização, fragmentação e diferenciação da sociedade, que constituíram fenómenos que contribuíram para a desintegração de identidades e laços sociais e políticos. Este conjunto de alterações viria a provocar um conjunto de efeitos que poderiam explicar uma maior propensão, pelo lado da procura, ao apoio à direita radical. Em primeiro, é estimulada a criação de uma franja da população que permanece à margem e altamente ameaçada pela revolução pós-industrial, seja através da maior concorrência laboral ou da reestruturação dos Estados-Providência por força das mudanças verificadas no composto populacional e nas condições da economia. Depois, aliada à destacada clivagem sociocultural e à desintegração dos laços sociais, surge como símbolo da ameaça sentida por esse sector da sociedade uma reacção ao fluxo imigratório, que é visto como um forte elemento desestabilizador e factor adicional que acentua os problemas criados pelas alterações pós-industriais. A isto se junta o declínio

das formas tradicionais de organização das massas, uma maior volatilidade eleitoral e uma maior tendência para o recrudescimento de sensibilidades xenófobas e racistas.

Aos factores avançados por Rydgren, são também acrescentados por este autor dois outros itens que estarão igualmente ligados à lógica expressa anteriormente, em particular (F) um crescente descontentamento e frustração em relação ao sistema político vigente e (G) uma crescente convergência entre os principais partidos políticos. Este cenário de desilusão em relação aos actores políticos e instituições democráticas, em conjunto com uma reorganização dos espectros partidários nacionais, terão aberto caminho ao surgimento de novas forças políticas, entre as quais aquelas que, estando no seu extremo direito, viriam a aproveitar e a direccionar-se para os sectores da sociedade mais atingidos pelas condições acima resumidas por Jens Rydgren.

No entanto, e nomeadamente na última década, um número crescente de autores tem vindo a relativizar e desenvolver críticas fundamentadas sobre a importância real das condições existentes do lado da procura para o ressurgimento e persistência dos partidos de direita radical nas sociedades modernas. Norris (2005) e Mudde (2007), que desenvolveram nos últimos anos alguns dos trabalhos mais transversais sobre esta temática, são particularmente duros em relação a esta perspectiva.

A primeira autora, através do estudo quantitativo que desenvolveu nas suas obras, começa por levantar dúvidas sobre a representação real das franjas populacionais com menores qualificações na base de apoio da direita radical, assim como quanto à importância do desemprego e da sensação de insegurança laboral na delineação do perfil do votante. Refere, pelo contrário, que o estereótipo criado pela literatura não corresponde a uma realidade que é bem mais complexa e diferenciada ao nível das sociedades modernas. Ainda assim, as suas conclusões estão em linha com a literatura no que toca à supremacia do género masculino na composição da base de apoio da direita radical. Já quanto à perspectiva que defende o voto nessa ideologia como parte de uma reacção de protesto, Pippa Norris demonstra-se um pouco mais optimista, mas ainda assim recomenda cautela, mais uma vez devido à excessiva simplificação que estas teorias poderão trazer a uma realidade diversa e multiforme. O estudo que apresenta demonstra que o voto enquanto crítica ao desempenho governativo dependerá muito da posição do próprio partido de direita radical em relação à possibilidade de acesso ao poder. No mesmo sentido, uma maior crítica ao sistema vigente poderá ser reflexo do afastamento persistente e involuntário da direita radical em relação ao centro

do debate político. Contudo, não deixa de confirmar que os eleitores que votam nos partidos em causa possuem, tendencialmente, uma menor confiança nas instituições. Por fim, Norris concluiu, através dos dados quantitativos que recolhe, que não existe uma grande relação entre os resultados eleitorais da direita radical a nível nacional e os indicadores de diversidade étnica desses mesmos países, algo que contrasta com as avaliações que a mais diversa imprensa e os mais variados comentadores políticos desenvolvem de forma frequente. Ainda assim, Norris alerta para uma diferença existente entre estas conclusões, que se referem ao plano nacional, e uma outra tendência que surge expressa nos dados individuais. Neste caso, poder-se-á notar uma propensão adicional para que os votantes na direita radical incorporem em si algum sentimento anti-imigração.

Cas Mudde aponta igualmente diversas fragilidades às teorias apresentadas ao longo deste capítulo. Começa por referir que as teorias da modernização, embora por princípio correctas quanto à ligação que é estabelecida com o ressurgimento da direita radical, permanecem demasiado vagas e genéricas para explicar de forma profunda esse mesmo fenómeno que, como já vimos, é muito variado e complexo. No que toca às perspectivas que se baseiam nas crises económicas e do sistema político para justificar uma votação crescente nos partidos em causa, o autor salienta as contradições existentes nos diferentes estudos realizados pela literatura ao longo dos anos, e aponta para uma correlação negativa entre o desemprego e a evolução da direita radical. De facto, refere que grande parte dos estudos apresentados deixa antever que o aumento da importância da clivagem socioeconómica impede a direita radical de se afirmar dado que os principais partidos já presentes no sistema possuem uma maior tradição de debate político nessa esfera. Finalmente, as conclusões retiradas por Mudde em relação aos estudos efectuados até à data de publicação da sua obra no que toca às questões de imigração vão, genericamente, no mesmo sentido daquelas que já Norris expressara, ou seja, não existe uma ligação relevante entre os indicadores nacionais de diversidade étnica e o grau de sucesso dos partidos de direita radical, ainda que no plano individual possa existir uma tendência para que a tolerância em relação a imigrantes e refugiados seja menor entre os votantes neste tipo de forças políticas.

O que parece crescentemente claro na literatura sobre esta temática é a necessidade de olhar igualmente para a oferta partidária e para as questões ligadas às opções da própria direita radical para entender de forma mais aprofundada, completa e

transversal o fenómeno (Betz, 2002; Norris, 2005; Mudde, 2007; Art, 2011). A grande fragilidade que paira sobre uma análise dependente do lado da procura encontra-se na impossibilidade de qualquer das perspectivas acima referenciadas em explicar as variações existentes ao nível europeu no sucesso da direita radical, perante fenómenos que são, em grande medida, transversais a todas as sociedades modernas. Ainda que seja possível admitir que existe um terreno potencialmente mais fértil para o surgimento de forças de direita radical, não conseguiremos somente através da procura eleitoral determinar os factores que asseguram o crescimento e, principalmente, a persistência destes partidos na cena política dos países europeus.

Capítulo III

A oferta: organização partidária e opções políticas

Na linha do que foi já referido nos capítulos anteriores, tem-se demonstrado de uma importância crescente, para diversos autores, a análise de outros factores que não aqueles que determinam, de forma externa, a evolução eleitoral dos partidos de direita radical. De forma cada vez mais acentuada, a literatura tem apontado a necessidade de olhar detalhadamente para as dinâmicas internas destas forças políticas, em particular no que concerne aos seus militantes de base, características da estrutura interna e decisões das elites partidárias. Ainda que seja importante compreender os motivos externos que levam o eleitorado a procurar uma alternativa política de direita radical, será assim de considerar relevante um olhar sobre as dinâmicas que influenciam a oferta partidária deste quadrante político e que constituirão um outro elemento de análise quanto ao surgimento e persistência destes partidos.

Como notámos no capítulo anterior, o clima económico e social das últimas décadas têm colocado novos desafios a uma população cada vez mais envelhecida e multicultural. As mudanças ocorridas através da revolução pós-industrial atingiram todos os cidadãos das sociedades modernas, criando novas clivagens que espelham novas preocupações e novas exigências a que só alguns conseguem responder. Nesse contexto, os partidos de direita radical têm conseguido angariar votos de diversos sectores da população, geralmente como reacção ao *status quo* político existente e às alterações socioeconómicas que se verificaram um pouco por toda a Europa. Ora, para que o partido consiga alcançar uma maior fatia do eleitorado, é necessário que uma base de militantes seja mantida e estimulada durante todo o processo de desenvolvimento, criando um grupo que se identifique com o partido em causa e que se prontifique a ajudar a sua força política, geralmente de forma voluntária, a conseguir mais votos e mais apoios por parte da população.

Nesse mesmo sentido, e enquadrado no estudo sobre a direita radical, David Art (2011) defende que a trajectória destes partidos é desenhada pela dimensão da base militante e pelos tipos de activistas presentes na organização. Assim sendo, distingue esses membros em três categorias que nos parecem bastante apropriadas: a dos moderados, a dos extremistas e a dos oportunistas. A primeira caracteriza os seus militantes através de uma aceitação generalizada do jogo democrático, ainda que

defendam um sistema político de índole mais presidencialista ou com uma maior influência de instrumentos de democracia directa. Para além disso, em vez de uma visão racista, incorporam uma posição etnopluralista em que, não tendo nada contra outras etnias, reconhecem uma relação muito problemática entre as mesmas. Rejeitam ainda a violência, apesar de serem defensores da nação e a da sua cultura (embora não numa perspectiva racial), e condenam claramente as ideologias fascista e nazi. Já a segunda categoria pressupõe uma considerável hostilidade ou mesmo rejeição da Democracia parlamentar. Os membros que se situam neste grupo são apologistas de uma nova ordem autoritária e defendem o uso da violência contra grupos que considerem como seus inimigos, num contexto em que se afirmam como revolucionários racistas. Por fim, a terceira categoria contempla aqueles que, não emergindo de nenhuma subcultura específica, ingressam as fileiras da direita radical seduzidos pela sua mensagem genérica, ou antes, por um primeiro sucesso eleitoral que possa ter alcançado. De entre este grupo de militantes poderemos encontrar personalidades que falharam carreira ou ascensão noutros partidos, ou indivíduos que almejam primordialmente o poder, benefícios materiais e visibilidade em detrimento de uma coerência plena em termos ideológicos.

Dimensões distintas destes três grupos na base de um partido de direita radical poderão assim ditar também processos distintos de consolidação organizacional e de introdução desta força política no debate nacional. De resto, os níveis de coesão interna investem-se de especial importância para o tipo de formação partidária em análise. Como refere Betz (2002) o potencial de fraccionalismo afectará a eficácia da direita radical e, assim, a sua capacidade de atracção: ora, do ponto de vista de um eleitor racional, será irracional votar num partido cujo comportamento interno afecte a sua eficácia. Existe portanto um receio constante no interior destes partidos em relação a divisões entre os seus membros, seja no sentido do combate interno ou mesmo nas cisões que levem posteriormente a uma maior competição sobre uma fatia particular do eleitorado. Segundo Art (2011), por exemplo, uma base militante com demasiados membros extremistas poderá introduzir uma oposição permanente e rivalidades de índole agressiva; no mesmo sentido, o grupo mais oportunista poderá estimular ou permitir cisões internas se estas forem para si mais benéficas, ou poderão ainda evitar a criação de laços com o resto da organização porque não existe motivação ideológica. Este autor defende assim que é essencial que exista nestes partidos um conjunto de

moderados com efectivas capacidades políticas e que consigam relativizar a preponderância das restantes duas categorias. Ainda que os extremistas sejam por norma aqueles que se revelam igualmente como os mais activos e com maior vontade de ajudar a formação política de forma constante, a sua propensão para a violência e para o extremismo teria de ser controlada de perto por elementos mais moderados. Da mesma forma, os membros oportunistas são especialmente positivos se são também figuras políticos ou indivíduos que desertaram de outros partidos do espectro, mas uma força de direita radical só consegue incluir em si um número restrito destes elementos que são muito ambiciosos mas pouco leais, sob pena de ver exacerbados os perigos de cisão já referidos.

Neste contexto, os partidos de direita radical são frequentemente caracterizados na literatura como formações que possuem uma liderança partidária forte. Como aponta Betz (1998), as características da liderança são importantes ao pretendermos compreender o grau de sucesso das forças políticas de direita radical, de resto na linha do que Pedahzur e Britcha (2002) também defendem, ao sublinharem que uma liderança carismática e uma organização partidária coesa contribuem para o processo de institucionalização e demonstram o sucesso deste tipo de partidos políticos. De resto, Panebianco (1988) realça na sua obra diversos elementos que caracterizam os partidos com liderança carismática e que demonstram bem os traços caracterizadores das estruturas organizacionais altamente centralizadas que compõem os partidos de direita radical. Por um lado, poder-se-á afirmar que os níveis de coesão interna se encontram directamente relacionados com os índices de lealdade e subordinação em relação ao líder; por outro lado, as estruturas destes partidos não apresentam características demasiado burocráticas, mantendo uma certa informalidade que estará relacionada com a junção, debaixo da sua organização interna e sob dominação da cúpula dirigente, de diversos grupos e movimentos pouco definidos.

A forma como o líder dirige e controla as bases assume desta forma uma particular importância no contexto dos partidos de direita radical. Para além dos *slogans* de campanha, a figura carismática que é também a face de toda a organização necessita manter contacto permanente com os militantes de base utilizando uma rede centralizada, através da qual direcciona toda a estrutura num determinado sentido político, discursivo e programático, para além de dar a conhecer as opções e estratégias do restrito grupo que lidera o partido (Betz, 1998). No entanto, haverá que distinguir diferentes fases no

processo de construção e desenvolvimento da organização partidária, que terá implicações aos mais diversos níveis, desde o tipo de mensagem utilizado no contacto com o eleitorado até à própria relação estabelecida entre o líder partidário e os militantes. Harmel e Svåsand (1993) construíram nesse sentido uma visão decerto interessante sobre as virtualidades e limitações das lideranças nos processos de institucionalização dos partidos de direita radical. Num primeiro nível é necessário um líder autoritário (que irá contrastar com uma situação de vácuo organizacional), de modo a que consiga captar atenções para um projecto delineado por si através da sua capacidade de comunicação e enquanto autor da mensagem do partido; uma segunda fase exige já um líder que esteja focado no desenvolvimento da estrutura partidária, nomeadamente através da rotinização das operações internas. Para estes autores, este nível de institucionalização requer uma liderança congregadora, numa fase em que começam a surgir algumas facções que aumentam o potencial de debate interno e a possibilidade já referida de deserções, sem no entanto que se descure as características ganhas pela liderança na primeira fase. Por fim, o terceiro nível corresponde ao período de estabilização, algo que os partidos de direita radical só em alguns casos conseguem atingir. De facto, devido à postura que adquirem ao nível de discurso externo e às ligações que alguns membros do partido possam ter com movimentos extremistas, torna-se difícil a compatibilização entre as forças políticas de direita radical e os restantes partidos do sistema, sendo raros os momentos de cooperação (se existirem de todo). Nessas situações torna-se complicado que a direita radical consiga chegar a cargos políticos de maior relevo e que consiga assim o acesso à projecção e recursos necessários de modo a manter a estabilidade e continuidade eleitoral que atesta a sua institucionalização no sistema partidário. Poder-se-á então afirmar, através desta lógica, que a importância *de facto* dos líderes carismáticos na evolução de um partido de direita radical tenderá a diminuir à medida que este se vai estabelecendo, em favor da organização partidária, que vai adquirindo um papel fundamental através do seu comportamento (Mudde, 2007).

Tendo isto em conta, e ainda assim, a acção de um líder carismático poderá também levar a uma fusão excessiva entre a sua vontade e a da organização. Mesmo que o dirigente máximo consiga chamar a si a atenção pública para benefício imediato do partido, a sua determinante importância e poder de decisão poderão limitar o desenvolvimento da estrutura partidária e, desta forma, comprometer a evolução da

força política a médio e longo prazo (Mudde, 2007). Ora, segundo Carter (2005), é cada vez maior o consenso na literatura sobre a necessidade de qualquer partido desta ideologia em beneficiar de uma organização partidária efectiva tendo em vista um sucesso eleitoral duradouro. De facto, prossegue a autora, o líder terá dificuldades acrescidas se não puder desfrutar de uma estrutura clara e fluente, que facilite a transmissão das decisões tomadas da cúpula para a base da organização e que contribua para uma maior capacidade de reacção política. Essa mesma estrutura ajudará também a manter uma maior unidade num tipo de partido que, como já referido, está particularmente exposto a cisões internas e à indisciplina, para além de que na sua ausência toda a alternativa política construída por um líder carismático rapidamente se dissipará quando este, por algum motivo, abandonar a sua posição. Por fim, uma organização partidária coesa e coerente constituirá, por si só, um elemento positivo na imagem externa a transmitir ao eleitorado.

A relação entre o partido de direita radical e o restante sistema partidário é precisamente outra das questões que influenciam o posicionamento do primeiro perante os cidadãos e as opções políticas e programáticas que assume no debate político. Afinal, é neste campo que se verificará a dimensão da capacidade de acção e projecção que adquire tendo em vista a captação e consolidação de um nicho do eleitorado que não esteja irremediavelmente ligado a outras forças políticas já existentes no sistema partidário. Pippa Norris (2005) consegue, na sua obra, apresentar diversos caminhos que têm sido utilizados pela direita radical. Por exemplo, estas formações poderão tentar entrar em concorrência directa com os partidos de centro-esquerda e centro-direita no debate relacionado com os valores tradicionais do espectro político, centrando-se numa mensagem que assegure aos eleitores a melhor alternativa para a gestão das estruturas públicas, das finanças e da autoridade do Estado. No entanto, e devido ao afastamento que muitos destes partidos sofrem quanto à ocupação de cargos políticos de relevo, dificilmente conseguem reunir a credibilidade, a autoridade, a legitimidade, os recursos e a experiência governativa suficientes para que possam lutar, em igualdade de circunstâncias, com os partidos do sistema que pertencem ao arco da governação.

Assim, em alternativa a um debate sóbrio e tradicional, a autora refere que a direita radical poderá seguir um rumo de maior negatividade, aproveitando os ciclos de maior insatisfação com a acção do Executivo e realçando as fragilidades das instituições democráticas, através do recurso a uma retórica populista. Não deixando de ser,

efectivamente, uma estratégia muito utilizada por quem pretende chegar aos eleitores mais insatisfeitos e menos ligados à política tradicional, acarreta diversas ameaças para as próprias organizações partidárias que a coloca em prática, dado que o ressentimento e a revolta acicatados não lhes concedem garantias de que terão um incremento nos resultados eleitorais à sua conta: pelo contrário, a insatisfação poderá beneficiar outras forças de oposição, ou poderá simplesmente resultar num aumento das taxas de abstenção eleitoral.

Ao invés desta estratégia, os partidos de direita radical poderão por sua vez procurar os seus próprios temas de debates, os seus próprios valores originais, adquirindo uma autoridade e responsabilidade especiais sobre os mesmos, nomeadamente se mais nenhum partido do espectro o traz para cima da mesa eleitoral. Desta forma, a direita radical procurará maximizar a sua votação em nichos eleitorais específicos e longe da fatia do eleitorado que se encontra mais ao centro e sobre o qual concorrem as principais forças partidárias em competição. Questões como o proteccionismo cultural, a que é associada a defesa de barreiras às correntes migratórias e à entrada de estrangeiros nas fronteiras nacionais, ou ainda o proteccionismo económico, assim como maior restrição na atribuição de ajuda estatal e dos benefícios por parte do Estado-Providência, são temas frequentemente ligados à direita radical, nem que seja porque os principais partidos de centro-direita recusam os custos que a defesa destas medidas significariam na franja mais moderada do eleitorado, ao centro do espectro político. Se as formações de direita radical tiverem sucesso na aplicação desta estratégia, previsivelmente os partidos tradicionais deslocar-se-ão para a direita em direcção a estes novos temas de debate, concedendo àqueles a autoridade e legitimidade suficientes para conseguirem maior projecção pública junto do eleitorado.

As distintas estratégias de discurso, que influenciarão em grande medida as opções políticas destes partidos, estarão igualmente ligadas ao posicionamento relativo dos mesmos no espectro político e na relação com os demais partidos. Carter (2005) refere a este respeito que a direita radical tenderá a atingir melhores resultados eleitorais quando, em particular, as demais forças de direita se encontram numa posição mais moderada do espectro. No mesmo sentido, o estudo desta autora demonstra que os partidos de direita radical tenderão a conseguir um resultado mais favorável em eleições quando o seu próprio discurso é mais moderado, sem que fuja da sua área ideológica. Por fim, o nível de convergência dos partidos ao centro do espectro poderá também

influenciar o desempenho eleitoral da direita radical, no sentido em que quanto maior for essa mesma plataforma de entendimento, maior capacidade terão os partidos aqui em análise em alcançar um bom resultado nas urnas. A pressão exercida pelos partidos do sistema (em particular os que situam à direita) sobre a direita radical (seja na absorção de temas ou simplesmente na descridibilização do seu discurso) será tanto melhor suportada por esta quanto mais sólido for já o seu grau de penetração na opinião pública e o nível de fidelidade do seu eleitorado.

As implicações do processo de institucionalização partidária e, em geral, das opções internas das organizações políticas de direita radical terão assim, tendo em conta todos os pontos abordados até aqui, um papel mais alargado do que aquele que a primeira literatura sobre o tema dava a entender nos anos 80 e 90. O trabalho académico desenvolvido nos últimos anos tem vindo, contudo, a chamar crescentemente à atenção para este prisma que, é de crer, terá a sua importância numa explicação mais genérica sobre as flutuações do sucesso da direita radical no continente europeu. Como refere Mudde (2007), “the party itself should be included as a major factor in explaining its electoral success and failure” (p. 256). Em primeiro, a imagem genérica transmitida pelo partido adquire um particular simbolismo, porque irá desde logo matizar todo o discurso produzido de seguida e irá situá-lo na opinião pública. Ainda que diversos autores apontem somente para um exercício de maquilhagem superficial, de facto muitos partidos contemporâneos de direita radical têm-se esforçado por passar uma imagem moderna, começando por criticar e renegar as ideologias nazi e fascista e contextualizando o seu discurso nos problemas correntes da sociedade pós-industrial (Hainsworth, 2008). A necessidade de corte explícito com um extremismo que esteve presente noutro cenário sociopolítico serve de base para escolhas ideológicas que vão ao encontro do contexto social e económico já analisado em capítulos anteriores, assim como a uma noção, confirmada pela literatura, que a manutenção de uma ligação entre estes partidos e as ideologias extremistas de meados do século XX irá conduzi-los mais facilmente a um confinamento eleitoral que terminará no total insucesso nas urnas.

Para além da imagem e mensagem ideológica que transmitem, estes partidos são também referidos, como já notámos, pelo tipo de liderança que geralmente apresentam. Cas Mudde (2007) faz uma distinção que consideramos apropriada entre carisma externo e interno. Ou seja, por um lado a capacidade do líder em atrair a atenção da opinião pública e dos meios de comunicação para a mensagem do partido e para as suas

posições políticos, e por outro a capacidade de ser o garante da disciplina e da dinâmica interna da estrutura partidária. Mas nem sempre é fácil conciliar as duas tarefas, desde logo porque um líder que se agigante externamente tenderá também a sufocar a estrutura do ponto de vista interno, conforme já apontámos. Este cenário é visto pela literatura como uma causa provável para o falhanço de diversos partidos de direita radical, porque após um primeiro sucesso eleitoral é necessário a qualquer força política que uma organização a suporte e transforme esse resultado positivo em influência política efectiva. Questões como a falta de quadros partidários competentes, a sobreposição de cargos por um número restrito de militantes, a incapacidade da estrutura em lidar com uma pressão acrescida que surge com um primeiro resultado satisfatório, assim como em aprofundar a presença organizativa ao nível local (Mudde, 2007) constituem desafios que estes partidos terão de enfrentar tendo em vista a sua sobrevivência ao longo dos anos. A literatura tem apontado dois caminhos que poderão ajudar estas forças políticas nesse sentido: em primeiro, a criação e desenvolvimento de estruturas de juventude partidária, que cumprirão o papel de formação política e de cativeiro para as futuras gerações de militantes; em segundo, a aposta numa região específica como centro de influência do partido: com esta estratégia, a estrutura conseguirá mais facilmente reerguer-se se, por algum motivo, a turbulência interna levar à saída em massa de militantes ou se a saída de um líder carismático deixar o partido órfão de orientação política (Mudde, 2007).

Capítulo IV

A configuração institucional da direita radical

As análises que se centram na procura e na oferta da direita radical contemporânea tem sido, na literatura especializada, as formas mais utilizadas para compreender o presente fenómeno de forma mais aprofundada. Contudo, há uma outra perspectiva que consideramos ser de potencial interesse no estudo da emergência e persistência deste tipo de partidos políticos: o contexto institucional em que eles surgem e as regras pelas quais têm de se guiar ao longo do seu período de formação e consolidação internas. Afinal, como refere Carter (2005), os partidos não actuam num vácuo, estando sujeitas aos limites impostos pelo sistema político a todas as forças políticas que nele operam.

A literatura genérica sobre as regras da competição eleitoral é extensa na investigação e debate, tendo sido objecto de estudo de alguns dos mais proeminentes cientistas políticos. A sua importância advém, antes de mais, do impacto que os parâmetros formais poderão, a princípio, significar tanto na evolução das formações partidárias enquanto organização e actor político como no próprio comportamento do eleitorado e das elites políticas. Nesse mesmo sentido teoriza já Duverger, ao distinguir os efeitos mecânicos (ou seja, aqueles que dependem directamente da aplicação das normas formais que regulamentam a inscrição de partidos, subsídios estatais, campanhas eleitorais e método de contagem de votos, entre outros elementos) dos efeitos psicológicos (isto é, a forma como essas regras formais influenciam a actuação e comportamento informal de partidos e eleitores) (Norris, 2005).

Neste contexto, o primeiro elemento (e talvez o mais estudado) a ter em atenção é o sistema eleitoral em vigor em cada caso tido em consideração, desde logo porque as forças políticas em causa poderão adaptar o seu discurso às diferentes posturas que o eleitorado possa assumir consoante as regras que influenciem a contagem dos votos e a eleição de deputados para o Parlamento. Peter Mair, a este respeito, refere o seguinte:

“It goes almost without saying that, *ceteris paribus*, restrictive electoral systems which impose high thresholds and which offer major bonuses to large parties will be most unlikely to provide incentives for small party support. It can therefore be suggested that more proportional electoral systems will be more likely to favour small parties, and hence we can formally hypothesize that

the small party vote will be greater in more proportional electoral systems". (Mair, 1991, citado em Carter, 2005, p.147)

Esta visão, largamente difundida na literatura que se tem especializado neste campo, não encontra contudo, grande eco nas obras mais recentes elaboradas especificamente sobre a direita radical. Norris (2005), por exemplo, refere que não existe uma diferença significativa na percentagem de votos alcançada pelas forças de direita radical entre diferentes sistemas eleitorais, mas ressalva que o mesmo não acontece quando se trata de mandatos: neste cenário, os sistemas proporcionais tenderão a favorecer a entrada da direita radical nos parlamentos. Também Elisabeth Carter (2005) demonstra-se pessimista em relação às reais correlações existentes entre o grau de proporcionalidade e o grau de sucesso dos partidos de direita radical. Se o tipo de sistema eleitoral, e em particular a magnitude dos círculos eleitorais, poderão à primeira vista contribuir activamente para as diferentes realidades a que se assiste no que toca ao sucesso das forças políticas em causa, uma análise comparativa mais aprofundada aponta, segundo o trabalho desta autora, para o facto de não existir uma relação clara entre as duas variáveis. De facto, se tendencialmente os casos com sistema proporcional registam mais casos de sucesso do que os que usufruem de um sistema maioritário, poderemos verificar situações de insucesso em ambos os cenários, o que indicia que uma relação aparentemente evidente poderá no fim tratar-se de uma ilusão. Para além disso, os últimos estudos apresentados na literatura concluem que os eleitores da direita radical não têm respondido aos efeitos psicológicos dos sistemas eleitorais, demonstrando que votam neste tipo de partido ainda que de nada possa servir esse boletim expresso (Arzheimer & Carter, 2006; Norris, 2005; Mudde, 2007).

Existem contudo pormenores que podem fazer a diferença. Um deles é o das cláusulas-barreira, sejam estas formais (ou seja, constituídas legalmente) ou informais (que se conhecem através da aritmética de contagem dos votos): Pippa Norris (2005) avança no seu estudo que limites formais baixos facilitarão a entrada de partidos de direita radical nos parlamentos, dado que mesmo com um resultado modesto conseguirão entrar nessa Câmara e ganhar assim espaço para uma maior exposição pública. No entanto, estas condições mais ou menos favoráveis não influenciarão o resultado eleitoral destas forças por si. Carter (2005) conclui no mesmo sentido,

reforçando a ideia de que essa correlação se notará mais nos casos em que os sistemas proporcionais são analisados individualmente¹.

Do lado dos partidos de direita radical, porém, poder-se-ão notar diferenças de retórica consoante as regras institucionais que enfrentam e os cálculos que tenham de efectuar ao tentar entrar nos parlamentos. Por exemplo, uma estratégia que passe por fixar o discurso nos temas que o eleitorado mais identifica com esta corrente ideológica (como os que têm vindo a ser referidos nos capítulos anteriores) terá mais resultado em sistemas proporcionais (e particularmente aqueles que contem com uma cláusula-barreira baixa). Adoptando temáticas que os distinga dos outros partidos em competição, a direita radical irá talvez afastar o eleitorado que se situa mais ao centro mas potencia da mesma forma uma aproximação às franjas mais radicais, atingindo uma votação modesta mais ainda assim suficiente para conseguir eleger deputados na Câmara legislativa. Em sentido contrário, uma postura mais populista e genérica funcionará tendencialmente melhor em sistemas maioritários: de modo a conseguir atingir o objectivo de entrar no Parlamento, a direita radical necessitará de alargar o seu discurso para lá das suas questões identificativas, diluindo a sua ideologia num conjunto mais extenso de valores através de uma retórica de índole populista, tendo em vista a sua penetração em sectores mais alargados da sociedade.

Para além destas questões que surgem em consequência do processo de votação, existem outros elementos prévios ao acto eleitoral que se tornam também importantes quanto ao espaço que é dado à direita radical, em termos institucionais, para se expandir. Esse processo começa com a própria legalização da nova formação política, cujo conjunto de regras variará de país para país. Ainda que, em geral, não exista na maioria dos regimes democráticos avançados um corpo rígido e volumoso de regras para registo de partido, a tendência tem seguido para uma crescente burocratização, à medida que as forças políticas se vão aproximando, ao nível da organização, da máquina estatal (Norris, 2005). Da mesma forma, e após registados, os partidos têm frequentemente de recolher fundos e/ou assinaturas se querem constar na lista oficial de concorrentes à eleição pretendida. Ainda assim, estas regras valem para todas as formações políticas e não apenas para aquelas que se encontram em estudo nesta dissertação. Nessa perspectiva, são as normas que regulam o conteúdo do discurso

¹ Também Mudde (2007) aponta que, embora os sistemas eleitorais possam adquirir alguma importância na definição da estrutura de oportunidades dos partidos de direita radical, não são muito importantes na explicação em torno das variações de caso para caso nas Democracias avançadas.

político e a natureza dos partidos políticos aquelas que mais especificamente acabam por afectar em maior medida a direita radical, nomeadamente no que toca às alegações de racismo e de ideais anti-democráticos, mas também no que se refere à clareza com que os fundos de campanha são conseguidos ou à facilidade com que os candidatos desta corrente conseguem fazer-se ouvir nos meios de comunicação (Norris, 2005). Em todos estes elementos irá influir o nível de cartelização do sistema partidário de cada país e a forma como a sociedade receberá a existência de um partido de direita radical a jogar com as mesmas regras que as restantes forças políticas.

Como refere Mudde (2007), o papel dos *media* na evolução dos partidos de direita radical tem sido, em grande medida, descurado nas mais completas análises sobre o fenómeno que nos encontramos a estudar. Ainda assim, os meios de comunicação social têm sido por diversas ocasiões acusados pelas lideranças partidárias de direita radical como um dos principais responsáveis pelo bloqueio realizado a este tipo de forças políticas. A concretização da agenda pública e a consagração de certos temas políticos em detrimento de outros passará em muito pela importância que a televisão e os jornais concedam aos mesmos, pelo que em muitos casos trata-se de saber quem cria a agenda e quem lança, em primeiro lugar, as temáticas para discussão pública. Tendo em conta que os *media* servem-se frequentemente de estereótipos como forma de facilitar a comunicação, a direita radical é englobada num fenómeno genérico de extremismo que dificulta a transmissão de mensagens perante um contexto pré-concebido (e por vezes até hiperbolizado) que significa a sua evolução nas urnas, como temos vindo a notar nos últimos anos. Ainda assim, são também muitos os *media* que amplificam a mensagem directa e genérica que muitos destes partidos praticam, em particular quando são liderados por figuras altamente carismáticas e populistas: de facto, os intuitos de ambas as partes chegam por algumas ocasiões a cruzarem-se, nomeadamente quando está em causa o escrutínio e a crítica às elites do sistema.

Assim sendo, e como Kitschelt (2007) refere, tem sido um complicado desafio para a literatura aferir com clareza o real impacto dos factores institucionais nas diferentes evoluções da direita radical europeia. As análises quantitativas existentes não são uniformes nos critérios utilizados e na categorização dos casos, deixando também escapar questões que não surgem expressas em números, em particular no que toca às estratégias partidárias que advêm das regras pelas quais o jogo político eleitoral é desenvolvido. Como tal, será talvez útil conhecer em primeiro lugar, e com maior

profundidade, os partidos e países que foram selecionados no âmbito desta dissertação para uma análise qualitativa do fenómeno da direita radical, antes de estarmos em condições de delinear algumas conclusões e de contribuir, de alguma forma, para o debate que ainda hoje se estende na literatura especializada.

Capítulo V

A direita radical no terreno: análise dos casos de estudo

Perante o debate existente na literatura sobre os factores que mais influenciam a evolução da direita radical no continente europeu, e como forma de ilustrar alguns dos processos já descritos na literatura com maior ou menor intensidade, ser-nos-á útil analisar neste momento, e ao longo do capítulo que se segue, algumas realidades que registaram graus distintos quanto à presença de partidos de direita radical.

Dois dos casos seleccionados situam-se na Europa do Norte, bastião do regime democrático há longas décadas e com um perfil socioeconómico muito idêntico, mas ainda assim com diferentes cenários no que toca ao fenómeno que aqui se encontra em estudo: por um lado a Dinamarca, com uma tradição consolidada quanto à presença desta ideologia no seu sistema político, e por outro a Suécia, que só recentemente possui uma direita radical presente ao nível parlamentar após muitos anos de marginalização a que essa e outras forças políticas da mesma linha foram votadas.

Já os restantes dois países escolhidos localizam-se na Europa Central. Diferenciados pelos seus contextos nacionais específicos, não deixam de ter sofrido um mesmo processo de democratização recente após a queda do regime comunista. Se no caso da Polónia a direita radical manteve-se marginalizada até ao virar do século, o percurso da Eslováquia regista uma presença muito considerável desta ideologia desde o processo de transição democrática, se bem que tendencialmente decrescente ao longo dos anos.

Como verificámos nos capítulos anteriores, a literatura tem apontado para diversos cenários que terão contribuído para a emergência e presença da direita radical na vida política de diversos países europeus, mas as conclusões nem sempre são consensuais se olharmos para os estudos já realizados. De facto, dependendo do método utilizado, os trabalhos vão dando maior ou menor evidência a diferentes aspectos deste fenómeno, traduzindo-se frequentemente numa análise pouco abrangente. Assim sendo é de considerar que, para efeitos desta dissertação, se tornará mais proveitosa uma análise comparativa de âmbito mais qualitativo, dado que nos permitirá aprofundar a mesma e facilitará, na mesma medida, o tratamento de um fenómeno tão complexo e multivariado como é este da direita radical.

Polónia: o legado histórico e a influência da religião

Se tivermos em conta o panorama político-partidária na Europa Central e de Leste, facilmente concluiremos que, tal como sucede na Europa Ocidental, a progressão dos movimentos de direita radical não é homogénea e não está presente em todos os países com a mesma intensidade. Se alguns partidos atingiram o sucesso eleitoral, outros mantiveram permanentemente uma existência discreta e escassamente influente, e outros ainda percorreram uma verdadeira montanha-russa eleitoral com ganhos e perdas consideráveis e frequentes. Um desses casos é a Polónia, país que, ao fim de pouco mais de duas décadas sob um regime democrático, já assistiu à existência tímida da direita radical, à sua ascensão, à sua queda, e até à sua progressiva substituição.

Durante todo o período dos anos 90 a direita radical manteve na cena política polaca uma presença discreta e pouco estruturada, pouco ajudada por relatos de violência por parte de movimentos neonazis e de extrema-direita e por uma direita convencional frequentemente fragmentada e dividida no que toca ao combate político. No entanto, e para que possamos entender melhor as dinâmicas a que esse lado do espectro esteve sujeito nos primeiros anos de regime democrático, teremos de recuar ao início do século XX, época na qual o Estado moderno polaco terá sido construído pelas mãos de personalidades ligadas ao que viria a ser o quadrante da esquerda partidária, entre as quais Józef Pilsudski. A popularidade deste líder (Rae, 2007) leva a que somente a sua morte permita à direita saltar da oposição e subir ao poder, já na década de 30, sem que no entanto conseguisse exercer de facto a sua dominação perante a incursão nazi no território polaco pouco tempo mais tarde. Já fortemente anti-semita, como forma de resposta aos efeitos da Grande Depressão no território, a direita radical (que partilhava o poder na Polónia aquando da invasão das tropas de Hitler) aprofunda ainda mais o seu já histórico anti-germanismo, principalmente de terem assistido a uma completa subjugação da população polaca e, em grande medida, um considerável desprezo pela causa da extrema-direita nacional por parte dos nazis, ao contrário do que sucedera noutros países vizinhos também ocupados naquela campanha de expansão (Ramet, 1999).

A condição a que foram sujeitos leva os polacos a aumentar o seu apoio à esquerda, incrementando ao mesmo tempo os anti-corpos a uma direita radical que estava, de qualquer modo, no poder com a chegada do regime de Hitler. No entanto, e

apesar da imagem manchada com que os movimentos desta direita saíram da ocupação nazi, foi o regime comunista que mais danos infligiu nos mesmos, não tanto pelas prisões efectuadas e pela perseguição (que nunca impediu movimentos de oposição de outras áreas ideológicas de se manterem activas), mas sim pela cooptação de ideias, como refere Sabrina Ramet (1999). De facto, o regime comunista apoderou-se em grande medida das principais propostas políticas da direita, em particular a defesa de um Estado forte. As autoridades pegaram de certa forma nas mesmas premissas que estariam patentes no discurso de direita, substituindo a retórica nacionalista pela luta de classes: a crítica ao liberalismo seria feita através da crítica ao capitalismo em vez da tradicional crítica à elite (por norma estrangeira) que enriquece à custa dos mais fracos. Perante uma ideia generalizada de que teria sido o subdesenvolvimento económico um dos principais factores que custou à Polónia a sua soberania, o processo de industrialização levado a cabo pelos comunistas roubou à direita grande parte do seu apoio, relegando-a a uma posição de grande irrelevância junta da população.

Perante um cenário de grande inacção que se estende até à década de 1990, o primeiro congresso que reúne as diversas tendências da direita polaca demonstra uma série de grupos poucos estruturados e, acima de tudo, uma grande fragmentação. A extrema-direita lá presente formava-se em torno de figuras mais ou menos proeminentes, como Boleslaw Tejkowski (líder do *Polska Wspólnota Narodowa*² – PWN) e Janusz Bryczkowski (líder do *Polski Front Narodowy*³ – PFN), que acabariam por ser a única face visível destes movimentos junto da sociedade por muitos anos e ainda que tendessem a colar-se aos ideais nazis e reaccionários, quase sempre obtendo como resultado uma crescente descredibilização e ostracização (Mudde, 2005). Durante a primeira década do regime democrático polaco, muitas foram as tentativas de criação de um partido que representasse a direita radical (ou mesmo a extrema-direita), mas sempre acabaram por se esvair no radicalismo do discurso ou nos comportamentos dos seus líderes. Apesar da constante actividade e até de algum apoio internacional (como foi o caso do *Narodowe Odrodzenie Polski*⁴ – NOP, que adere inclusivamente à International Third Position, organização que reunia diversos grupos europeus de índole fascista e que era liderada à época pelo italiano Roberto Fiore), as iniciativas dos

² Em Português, *Comunidade Nacional Polaca*

³ Em Português, *Frente Nacional Polaca*

⁴ Em Português, *Restauração Nacional Polaca*

movimentos fascistas e de extrema-direita em geral nunca se traduziram em sucessos eleitorais durante todos aqueles anos, alcançando resultados residuais.

<i>Polónia</i>	1991	1993	1997	2001	2005	2007
KPN	7,5 46	5,8 22		a)		
AWS			33,8 201	5,6 0		
LPR				7,9 38	8 34	1,3 0
PiS				9,5 44	27 155	32,1 166

Quadro 1 – Resultados eleitorais dos principais partidos de direita e direita radical polacos em eleições legislativas (período 1990-2010): à esquerda resultados em percentagem, à direita número de deputados alcançado no Parlamento, que possui um total de 460 deputados.

Fonte: Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. *Election in Europe. Baden-Baden: Nomos.*

Elaboração própria

a) Neste acto eleitoral o KPN concorreu integrado na plataforma eleitoral AWS.

Excepção feita ao KPN (*Konfederacja Polski Niepodległej*⁵), movimento criado nos anos 70 por Leszek Moczulski, que pretendia encabeçar uma oposição claramente de direita naquele país. O partido em causa foi o único deste quadrante que conseguiu ultrapassar a cláusula-barreira de 5% dos votos durante a década de 1990 e chamar a si alguma atenção na cena política nacional. Contudo, a sua implosão em 1996 viria a inviabilizar uma presença relevante na vida política, ainda que a estrutura tenha tentado reerguer-se ao integrar, em 2001, a plataforma eleitoral de direita AWS (*Akcja Wyborcza Solidarność*⁶), que por sua vez estava também já em declínio. De facto, esta coligação que incluía réstias do movimento Solidariedade (assim como de diversas sensibilidades, desde as liberais às nacionalistas) permitiu à direita um regresso ao poder na Polónia, alcançando um resultado convincente na ordem dos 34% dos votos. Contudo, e como se poderá notar no Quadro 1, esse sucesso esvaiu-se tão depressa quanto chegou. O desempenho governativo foi duramente criticado pela população durante o mandato que a coligação cumpriu à frente do executivo, assim como se demonstrou muito difícil a gestão de sensibilidades numa plataforma tão ampla como era aquela que constituía o AWS. Talvez por estas mesmas razões poderemos afirmar que, em simultâneo, esta aliança contribuiu em primeiro para que um partido de direita radical estruturado e independente não conseguisse ver a luz do dia ao longo da década de 90 e depois, mais tarde com o seu fracasso e desintegração, possibilitasse a criação

⁵ Em Português, *Confederação para uma Polónia Independente*

⁶ Em Português, *Acção Eleitoral do Solidariedade*

de diversos partidos políticos à direita (Mudde, 2005). Foi o caso do PiS (*Prawo i Sprawiedliwość*⁷), que como se nota através dos seus resultados eleitorais, foi consolidando a sua posição até se tornar uma das principais forças políticas polacas, e do LPR (*Liga Polskich Rodzin*⁸), que surge como o primeiro partido de direita radical relevante a emergir na cena política deste país.

A fundação deste partido acontece somente alguns meses antes das eleições legislativas de 2001. Mas porque vingou esta nova estrutura partidária na arena eleitoral polaca, quando tantos outros movimentos haviam falhado? Diversos elementos poderão, em conjugação, ter ajudado à emergência do LPR: em primeiro, o fracasso da plataforma AWS, conforme já referido. A desilusão do eleitorado conservador em relação aos escândalos políticos e à ineficácia governativa com que a aliança eleitoral se viu confrontada tê-los-á levado a procurar outros partidos que pudessem, de certa forma, ser representantes de uma linha ideológica mais tradicionalista. No entanto, nada faria prever que eles se iriam virar para o LPR, ainda mais quando, ao mesmo tempo, outros partidos emergiam igualmente no espectro políticos. Assim sendo, não poderemos ignorar o facto de que diversas figuras que viriam a ocupar lugares de destaque neste partido, e que estiveram por detrás da sua criação em larga medida, não eram já inexperientes no que concerne à vida política e à luta partidária. Na realidade, o LPR acaba por ser também uma plataforma em que pequenos grupos da ala mais radical da direita reúnem esforços de modo a uma afirmação mais plena da corrente ideológica que defendem (Millard, 2003, Resende, 2009). Para além disso, a estrutura partidária conseguiu adquirir a capacidade de adaptar a sua oferta à estrutura de oportunidades que a procura eleitoral apresentava num contexto específico de grande fragmentação da direita polaca. Com esse intuito, apelaram eleitoralmente a um sector católico-nacionalista do eleitorado polaco que permanecia grandemente ignorado pelas maiores forças políticas do país, e que já nos anos 90 diversos inquéritos demonstravam constituir cerca de 15% do total desse mesmo eleitorado (Lange & Guerra, 2009). Esse mesmo enfoque permitiu ao LPR um apoio que viria a constituir uma das principais razões do seu sucesso: o da Radio Marija (Resende, 2009), estrutura radiofónica nacional criada pelo polémico Padre Tadeusz Rydzyk e que conseguia nela congregar uma série de ouvintes que defendiam uma agenda conservadora e tradicionalista, nacionalista e anti-liberal. Permitiu também ao partido ter um particular e consistente

⁷ Em Português, *Lei e Justiça*

⁸ Em Português, *Liga das Famílias Polacas*

sucesso eleitoral na zona sudeste da Polónia, perante uma população mais idosa e religiosa (Millard, 2003).

Este eleitorado reagiu assim à desilusão sentida em relação à governação do AWS, mas também a uma arena política que negligenciou os temas culturais no seu debate e a um modo genericamente positivo (e condicionado) com que os principais partidos olhavam a entrada da União Europeia na realidade nacional. Aliás, a emergência do LPR deverá ser também analisada à luz de um contexto particular que foi a adesão polaca à UE. A sua fundação, em 2001, deu-se ao mesmo tempo que decorria a Cimeira de Copenhaga, onde seriam estabelecidos os termos das negociações para a integração do país. Perante uma crescente deterioração da opinião do eleitorado em relação a este processo, e tendo em conta que a maioria dos partidos estava ligada ao compromisso que seria assumido naquela reunião, o LPR surgiu como a única força política declaradamente contra a integração da Polónia na União Europeia. Como tal, foi-lhe assegurado o apoio de um eleitorado nacionalista e eurocéptico ao ter tomado essa questão como a sua bandeira para o primeiro acto eleitoral em que iria participar (Mudde, 2005).

Perante o sucesso que o partido consegue atingir nessas eleições legislativas, com um resultado na casa dos 8% dos votos, a liderança do partido decide manter a crítica à UE como principal bandeira política, o que lhe viria a granjear um crescente sucesso até à data da entrada da Polónia na União Europeia, em 2004 (ano em que consegue igualmente alcançar um total de 16% dos votos nas primeiras eleições europeias que se realizaram no país).

Contudo, a tendência começa a inverter-se a partir do ano seguinte, quando se realizam novas eleições legislativas (em simultâneo com eleições presidenciais). De facto, o LPR ignorou o facto dos principais temas de campanha se terem alterado. Em causa estavam questões socioeconómicas e não fracturas culturais ligadas à identidade polaca, ainda mais quando os polacos estavam novamente mais favoráveis às instituições europeias, pelo que a insistência do partido em apostar no seu eurocepticismo não encontrou a mesma adesão por parte dos eleitores, algo que teve consequências imediatas na sua estagnação eleitoral. Ainda assim, consegue chegar ao Governo em conjunto com o PiS (que entretanto mantinha a sua impressionante trajectória ascendente) já em 2006, após um ano de apoio informal através do Parlamento. Roman Giertych, o líder do LPR, passaria a ocupar a pasta ministerial da

Educação, mas toda a participação do partido nos trabalhos do Governo acabaria por ser muito criticada pelo eleitorado, que a tinha a força política como um movimento exterior ao sistema e portanto incapaz de colaborar com este ao nível das instituições.

Assim, dado que a questão da União Europeia estava altamente secundarizada na vida política nacional, e tendo em conta a descredibilização que sofreu na sua vertente de cariz oposicionista e populista com a entrada no Governo, o apoio ao LPR colapsou nas eleições de 2007, em que deixa de estar representado no Parlamento polaco. A coligação governamental que reunia o LPR, o PiS e um outro pequeno partido ligado à esquerda populista, havia sido manejada com grande dificuldade e acabou por se romper após alegados delitos de corrupção por parte de membros do Governo, o que veio aumentar ainda mais a carga negativa em torno da formação política de direita radical (que foi, para além disso, um dos únicos partidos no Parlamento a votar contra a dissolução deste tendo em vista eleições antecipadas) (Gwiazda, 2008).

Este descalabro eleitoral é acompanhado igualmente por uma perda relevante de apoio junto dos meios de comunicação e das plataformas de divulgação da mensagem do LPR. É o caso da importante Radio Marija, que embora mantendo o apoio à difusão de um catolicismo nacional fundamentalista (em que eram frequentemente ligadas clivagens sociais à génese da identidade polaca), se afasta daquela força política. Como tal, a ligação privilegiada que o partido mantinha com a sua principal região de apoio, o sudeste do país (que é também a zona onde esta estação de rádio possui maior penetração), é fortemente abalada. Contudo, outros elementos dos media, como alguns jornais que de forma mais ou menos directa apoiavam a mensagem do LPR, procederam ao mesmo processo de afastamento.

Outra questão que poderá ter ditado o colapso deste partido prende-se com a falta de estabilidade interna da sua organização. Como referimos anteriormente, o LPR foi resultado da união de diversos movimentos e grupos que ficaram isolados após a implosão do AWS (Millard, 2003), pelo que cedo se criaram diversas facções que seria necessário controlar. Por um lado, estavam presentes personalidades que, integrando a nova estrutura, havia já uma década que lutavam através dos mais diversos grupos de direita radical (e extrema-direita) por um lugar de evidência e de alguma credibilidade na cena política nacional. Por outro, encontravam-se novos e ascendentes nomes, que irão tendencialmente fazer frente à supremacia dos políticos mais experientes no interior da estrutura partidária. Figuras como Antoni Macierewicz e Gabriel Janowski, que

provinham já de outras formações que se tentaram estabelecer na política polaca durante os anos 90, e que apesar de nunca terem tido demasiado sucesso, possuíam já alguma experiência política, o que não deixou de ser relevante na construção do LPR. O mesmo se aplica a Roman Giertych, líder do LPR durante grande parte do seu tempo de existência e que fora já líder anteriormente de uma organização de juventude ligada à direita radical (e a qual viria a reabilitar como facção juvenil do novo partido); de resto, também o seu pai foi deputado pelo LPR e o seu avô tinha sido um destacado líder e ideólogo do movimento nacionalista *Endecja*, que foi muito activo no início do século XX (Mudde, 2005). Contudo, há que notar uma nova geração de quadros partidários que surgiram no LPR impulsionados pela implosão do AWS: após as eleições de 2001, 29 dos 38 deputados que conseguiram assento no Parlamento eram novos nessas lides, sendo 26,2% do sexo feminino (aliás, a percentagem mais elevada de todos os partidos presentes no *Sejm*) (Millard, 2003). Ora, o resultado destas diferentes realidades levou, em primeiro, à falta de coesão e disciplina interna do grupo parlamentar do LPR e entre este e a estrutura do partido. Existindo tantas facções distintas e tantas personalidades com objectivos diferentes, a tendência para fracturar em questões mais sensíveis demonstrou-se desde logo muito presente num colectivo, à partida, tão heterogéneo. Para além disso, devido igualmente a essa grande disparidade, e ajudado por um discurso frequentemente populista e oportunista, várias vezes diversas figuras do partido vieram a público demonstrar a sua clara animosidade em relação a outros membros do LPR (Millard, 2003).

A história do LPR coincide igualmente com uma série de alterações às leis eleitorais realizadas pelos principais partidos polacos. Em 2001 restringiu-se por imposição constitucional a possibilidade de sindicatos e outras organizações sociais proporem candidatos eleitorais. A pressão da União Europeia obrigou as autoridades polacas a introduzirem um maior controlo e restrição no financiamento partidário. Contudo, algumas das mudanças efectuadas nas normas eleitorais poderão ser vistos igualmente como uma tentativa do partido no governo (à época a plataforma AWS) em conseguir diminuir a influência eleitoral do principal partido da oposição (SLD). De um método d'Hondt utilizado desde 1991, onde os maiores partidos saíam mais fortalecidos, passaram a utilizar o método Sainte Laguë, que é tendencialmente mais favorável aos partidos de influência média; da mesma forma, alteraram a magnitude dos

círculos eleitorais e puseram fim à lista nacional com uma cláusula-barreira de 7%, que estava também prevista.

Estas modificações ajudaram ao resultado final das eleições de 2001: o principal partido da oposição vence claramente as eleições, mas sem maioria absoluta (o que o obrigou a coligar-se com outro partido de esquerda), os partidos que estavam sob alçada do AWS (entretanto implodida) não conseguem sequer chegar ao Parlamento, e por seu lado regista-se a entrada de diversos novos partidos nessa mesma Câmara (entre os quais o LPR). Já em 2005, para além da simultaneidade do acto eleitoral legislativo e presidencial (o que por si altera desde logo os temas de campanha), as regras voltaram a mudar através da reintrodução do método de d'Hondt e de uma nova divisão territorial, após esta ter sido também alvo de modificações quatro anos antes (Millard, 2003, 2007).

Por fim, não poderíamos deixar de analisar também a ideologia que esteve por detrás das principais forças de direita radical durante o período em estudo, nem tão pouco as estratégias de retórica utilizadas pelas respectivas lideranças partidárias. O breve sucesso do KPN, durante a década de 90, não deverá ter sido indiferente a uma progressiva moderação retórica levada a cabo pelos seus dirigentes na sequência dos processos de saneamento que percorreram a vida política polaca em 1992 (Ramet 1999). Este exercício de moderação levado a cabo pela cúpula do partido não se traduziu contudo numa moderação das bases, sendo que os seus militantes eram frequentemente de opinião mais extremista e adeptos de manifestações violentas (não seria por acaso que o clube de tiro que o partido detinha era a principal fonte de angariação de militantes). Numa espiral de crescente antagonismo no topo da organização (em que dois líderes rivais se expulsam mutuamente do partido), e na sequência de um apetite por violência cada vez mais visível da parte dos militantes, o KPN acabaria por se autodestruir em 1996. Muitos membros deste movimento efémero encontrariam posteriormente refúgio no AWS.

Já a construção ideológica do LPR, seguindo o mesmo sentido de constante moderação (nem que de só aparentemente), investia-se de maior complexidade. Numa base tradicionalista e nacionalista, com forte influência católica, a identidade deste partido era feita em ligação explícita com o legado histórico polaco como forma de mais facilmente chegar aos conceitos e valores nacionais incutidos em cada cidadão.

Antes de mais, o LPR afirma-se como o herdeiro do *Endecja*⁹, movimento que protagonizou no início do século XX um ímpeto nacionalista que varreu a sociedade polaca e que se propunha defender a identidade cultural e económica da mesma (Mudde, 2005). O carácter secular deste movimento foi sendo progressivamente ocupado por uma matriz católica cada vez mais vincada, ao ponto de um dos seus ideólogos, Dmowski, referir que o catolicismo e o nacionalismo polacos não poderiam ser vistos separadamente (Rae, 2007). Ora, a transição para o período democrático revela-se um momento em que os polacos se reencontram com as suas particularidades enquanto povo, após décadas de dominação comunista que se esforçava por esbatê-las. No entanto, esse processo é desenvolvido num contexto de grande impacto da globalização e de intervenção de um novo actor externo, a União Europeia, algo que virá a incentivar o sentimento nacionalista de alguns segmentos da população.

No mesmo sentido, décadas de regime comunista produziram efeitos na relação existente entre cidadãos e partidos políticos já durante o período democrático. A desconfiança generalizada em relação a estruturas partidárias, o que tem produzido uma volatilidade elevada e assim um terreno fértil para o surgimento de novas forças, especialmente aquelas que promovam um discurso anti-partidário e que se afirmem como movimentos populares (Millard, 2003). Para além disso, uma corrente de intelectuais desenvolveu, durante a ditadura comunista, uma perspectiva populista de divisão da sociedade polaca em dois segmentos distintos: os polacos não-comunistas e moralmente correctos e a elite comunista corrupta. Dado que esta dicotomia foi desde logo adoptada de forma insistente nos discursos de muitos dissidentes, incluindo diversas personalidades que mais tarde viriam a ocupar cargos políticos de relevo, toda esta retórica ganhou grande aceitação junto do eleitorado (Lange & Guerra, 2009).

O LPR aproveitou desta forma todos estes elementos ligados ao legado histórico da sociedade polaca para construir um discurso anti-comunista, altamente nacionalista, de um profundo conservadorismo católico e complementado com traços de um eurocepticismo declarado. Utilizando as ligações que o *Endecja* lhe fornece entre o nacionalismo e o catolicismo, a retórica partidária dividia-se entre, por um lado, a crítica à presença de não-católicos no país e, por outro, o cepticismo quanto da globalização, em geral, e à presença de empresas estrangeiras em território nacional, em particular. Nessa perspectiva, também o pessimismo em relação à União Europeia revestia-se de

⁹ Em Português, *Democracia Nacional*

um nacionalismo católico explícito, ao realçar a componente secular das instituições comunitárias (para além de lembrarem a perda de independência que já no passado lhes tinha causado as dominações alemã e soviética, argumentam igualmente que a UE é um produto de elites e não das sociedades europeias).

Já o anti-comunismo do LPR expressava-se através das críticas feitas pelo facto dos herdeiros do comunismo terem ainda uma palavra a dizer no sistema democrático. Foi igualmente este partido que esteve por detrás das leis de saneamento que foram aprovadas pelo Parlamento polaco em finais de 2006 (embora defendesse medidas ainda mais radicais do que aquelas que foram de facto aprovadas). Dado que a clivagem da religião está em larga medida sobreposta à clivagem do legado comunista, esta característica estará assim também ligada ao secularismo que eles criticam, ao universalismo que não aceitam e também a uma elite corrupta contra a qual dizem lutar.

O LPR soube desta forma retirar benefícios do discurso que conseguiu construir, atendendo a um eleitorado que se sentia largamente ignorado pelos principais partidos do sistema durante a década de 90, a uma conjuntura política de grande desilusão em relação à governação do AWS e a um legado histórico que permanecia presente na mente dos polacos e nem sempre resolvido. Poderemos desta forma compreender a ascensão e queda deste partido de direita radical também através das mudanças da própria sociedade polaca. As clivagens existentes durante toda a década de 90 centravam-se, por uma parte, na herança do comunismo e, por outra, na religião (Lange & Guerra, 2009). Tal cenário abriu, durante esses anos, espaço à formação de um partido de direita radical, como foi já referido anteriormente, mas a supremacia do movimento Solidariedade (que mantinha um discurso claramente anti-político) impediu que outras forças de direita populista se estabelecessem, tendo até absorvido na sua plataforma eleitoral muitas personalidades ligadas ao mundo nacionalista. No entanto, isso mudou com o descalabro em que se tornou o seu governo, aos olhos do eleitorado (Millard, 2003), e com a respectiva implosão do AWS. A esse cenário seguiu-se o acto eleitoral de 2001, considerado por diversos autores como sendo de ruptura (pelas modificações verificadas ao nível do sistema partidário). Na sequência do enfraquecimento da influência do Solidariedade, através da plataforma fracassada, essa abertura no sistema foi ainda ajudada por níveis consideráveis de descontentamento para com a classe política e por uma situação económica crescentemente degradada (Millard, 2003). No entanto, e da mesma forma, que estas condições proporcionaram o

surgimento e ascensão de um partido como o LPR, também as condições externas ditaram a sua queda (para além das decisões e conflitos internos já referidos). De facto, e para além da mudança de temas políticos relevantes ao longo dos anos, com a qual o partido não soube lidar da melhor forma, começou igualmente a sentir os efeitos do seu sucesso inicial, com a reprodução da mesma retórica por parte de outros partidos, ao mesmo tempo que a sua credibilidade junto do eleitorado, como vimos, entrou em queda acentuada.

Com a queda progressiva do LPR, que em 2007 não alcança o Parlamento e perde o acesso aos fundos estatais que são fundamentais para o funcionamento e contínuo desenvolvimento de qualquer estrutura partidária, é o PiS que começa a apoderar-se do discurso e do território deixado vago por aquele partido de direita radical. Durante a última década, a grande diferença na retórica de ambos os partidos encontrava-se na maior evidência que as questões culturais detinham do lado do LPR, ao passo que o PiS abordava matérias de cariz mais socioeconómico, que como já referido adquiriram progressiva importância ao longo dos anos para o eleitorado polaco. A este cenário há que adicionar o registo particular dos irmãos Kaczynski, que têm vindo a dirigir os destinos deste partido. Nos últimos anos, e enquanto principal partido da oposição, o PiS tem aproveitado para apurar o discurso no sentido de misturar mais questões culturais (caracterizadas em grande medida por um profundo conservadorismo religioso e por uma considerável dose de eurocepticismo) com as suas tradicionais posições económicas de grande intervencionismo estatal. Para além disso, a ocupação do terreno eleitoral do LPR por parte do PiS também não deverá ter ficado alheio ao facto de diversas plataformas, entre as quais a própria Radio Marija, terem retirado o apoio ao primeiro para, progressivamente, o atribuírem ao segundo. Esta situação ajudou desta forma a uma transferência de votos entre as duas forças políticas e a uma implantação mais sólida por parte do PiS no eleitorado mais afecto à direita radical (Millard, 2007; Gwiazda, 2008). Desta forma se desenhou a ascensão e queda daquele que parecia, por todas as particularidades encontradas no caso polaco, um caso de sucesso para a direita radical na Europa Central.

Eslováquia: as minorias étnicas e uma direita radical em declínio

Ao contrário da Polónia, onde o sistema partidário teria de esperar uma década pelo surgimento de um partido de direita radical relevante, a Eslováquia aprendeu a conviver com um partido desta corrente ideológica ainda antes de se tornar um Estado independente, em 1993. O contexto particular de um processo de independência nacional e um outro de forte presença, no território, de minorias étnicas, para além do contexto geral de transição democrática transversal a toda a região, tornou a Eslováquia um caso único quanto à presença da direita radical no seu sistema político.

Após a queda do regime comunista na Checoslováquia, o sentimento nacionalista eslovaco não tardou a fazer-se notar, numa escala bem maior do que, de resto, acontecia do lado checo. Como seria de esperar, um conjunto variado de movimentos de extrema-direita surgiu desde logo no panorama social e político do território, seja de inspiração fascista e de índole violenta, seja de natureza mais institucional. Estes grupos, mais ou menos organizados, enquadravam-se num cenário de grande actividade destes movimentos e de um grau considerável de tolerância por parte da população em geral (Ramet, 1999). Tendo em consideração a aceitação que esta corrente obteve junto da sociedade, facilmente se entenderá a adesão que qualquer partido que incorporasse em si traços nacionalistas conseguia recolher em actos eleitorais, até porque para além da insatisfação popular no que toca à realidade checoslovaca, existia ainda na mente da sociedade diversas questões históricas que permaneciam por resolver e que se ligavam directamente com a sua identidade nacional.

Neste cenário, o SNS (*Slovenská Národná Strana*¹⁰) surge como a voz mais institucionalizada de muitos grupos informais que consigo partilhavam traços ideológicos, assim como das paixões mais ardentes por parte de diversos sectores da sociedade, que procuravam compor uma estrutura de elementos que constituíssem uma identidade coerente e consolidada enquanto Nação.

Fundado em 1990 sob a liderança de Vítazoslav Moric (que meses mais tarde seria substituído por Josef Prokes após um resultado decepcionante nas primeiras eleições autárquicas), esta força política tornou-se no único partido a defender, desde início, a independência do território eslovaco (algo que só viria a acontecer em 1993).

¹⁰ Em Português, *Partido Nacional Eslovaco*

<i>Eslováquia</i>	1990	1992	1994	1998	2002	2006	2010	
SNS	13,9 22	7,9 15	5,4 9	9,1 14	3,3 0	11,7 20	5,1 9	
PSNS					3,7 0			
HZDS			37,3 74	35,0 61	27,0 43	19,5 36	8,8 15	4,3 0

Quadro 2 – Resultados eleitorais dos principais partidos de direita e direita radical eslovacos em eleições legislativas (período 1990-2010): à esquerda resultados em percentagem, à direita número de deputados alcançado no Parlamento, que possui um total de 150 deputados.

Fonte: Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. Election in Europe. Baden-Baden: Nomos.

Elaboração própria

Ao monopolizar esta bandeira eleitoral no espectro político, consegue transformá-la num motor eleitoral que lhe permite um primeiro resultado satisfatório nas eleições eslovacas de 1992, na casa dos 8% dos votos, tornando-se desta forma a terceira força política do território então prestes a autonomizar-se. Contudo, este facto positivo não impede que também Prokes saísse da liderança do partido, tendo sido substituído por L'udovit Cernák, que provinha de uma ala mais moderada do SNS. Cérnak assumiu como objectivo para a organização transformá-la num típico partido conservador, à semelhança dos existentes na Europa Ocidental e consegue, em 1993 e após duras negociações, entrar numa coligação de governo com o HZDS (*Hnutie za demokratické Slovensko*¹¹) (que surge após um ano de apoio informal ao nível parlamentar). O partido de direita radical fica então responsável por três pastas ministeriais, constituindo a sua primeira experiência governativa.

Contudo, seria esta incursão do SNS no Executivo eslovaco, através dos conflitos internos na sua organização partidária, a provocar a queda do Governo logo no ano seguinte. De facto, ao não conseguir renovar o seu mandato à frente do partido de direita radical, Cernák dá lugar a Jan Slóta, figura polémica e proveniente de uma facção mais radical, conhecido pelos seus discursos inflamados (Ramet, 1999). Este novo cenário leva a que o antigo líder, em conjunto com diversas outras personalidades da ala moderada (que eram também deputados no Parlamento eslovaco), decidam sair do partido e criar uma nova organização partidária, provocando a perda da maioria

¹¹ Em Português, *Movimento para uma Eslováquia Democrática*

parlamentar por parte do Governo de coligação e colocando um ponto final no acordo entre o HZDS e o SNS.

O acto eleitoral subsequente regista, como poderemos verificar no Quadro 2, uma quebra na votação para o partido de direita radical, mas isso não impede novo ingresso na fórmula governamental encontrada, mais uma vez em acordo com o HZDS. Para este efeito, foram-lhe atribuídas duas pastas ministeriais: a defesa e a educação. Contudo, o poder decisional do SNS no interior do Executivo surge diminuído, seja por consequência das características carismáticas do Primeiro-Ministro Vladimir Meciar (líder do HZDS), seja porque tinha sido o partido de direita radical a causar uma crise política que levou à queda do anterior governo, a que se acrescenta uma expressão eleitoral menor em comparação com o acordo de coligação anterior.

Menor poder de decisão e menor exposição pública a favor do chefe de governo resultaram igualmente em danos de menor escala para o SNS provenientes do desempenho governamental. Em 1998, ano de novo acto eleitoral, este partido consegue voltar a recuperar eleitoralmente, saindo do governo numa melhor posição do que aquela em que entrou. O HZDS, pelo contrário, sofre uma considerável quebra nos seus resultados, ao ver-se envolvido em diversos escândalos devido a alegadas práticas antidemocráticas por parte de Meciar, que terão levado à exclusão da Eslováquia das negociações para a adesão à UE e à NATO. Ainda assim, as polémicas internas continuam e agudizam-se no interior do SNS, seguindo-se anos que seriam marcados por disputas pelo poder, lutas essas que viriam a ser altamente mediatizadas pela comunicação social. Entre 2001 e 2002, importantes cisões são consumadas e vários sectores saem deste partido para fundar as suas próprias organizações. O exemplo mais notório encontra-se na criação do PSNS (*Pravá Slovenská Národná Strana*¹²), em Outubro de 2001. Perante a crítica e contestação claras à liderança de Anna Malíková, diversas personalidades influentes no interior do SNS são afastadas dos cargos de decisão e, mais tarde, excluídas da própria estrutura. Como forma de manterem uma oposição à liderança do partido, esses sectores excluídos resolvem criar uma nova organização, sob a liderança de Jan Slóta, antigo líder do SNS. Este levou consigo a organização juvenil do partido de direita radical e os contactos internacionais que estabelecera nos últimos anos enquanto membro destacado do mesmo, incluindo as

¹² Em Português, *Partido Nacional Eslovaco Verdadeiro*

relações que mantinha com proeminentes figuras de outros partidos da mesma corrente ideológica (como o *congénere* francês e o sérvio).

Assim sendo, estas duas organizações apresentam-se às eleições de 2002, mas ambas falham o objectivo de entrar no Parlamento. No caso do SNS viria a ser a primeira vez que esta situação se concretizaria desde a transição democrática. Seria também a primeira vez que a direita radical ficaria sem qualquer representação parlamentar. Perante tal cenário, ambas as organizações rapidamente se sentaram à mesa das negociações e começaram a planear uma nova fusão tendo em vista uma só organização partidária, que manteria a sigla SNS mas que passaria a ter como líder Jan Slóta. Esse processo viria a ficar concluído em 2005.

De facto, o acto eleitoral de 2006 representa aquilo que poderia indicar uma recuperação do SNS após uma tendência decrescente que se vinha a verificar desde meados da década anterior. Este partido alcança o seu melhor resultado desde 1990, numa altura em que a Eslováquia pertencia ainda à Federação checoslovaca, e consegue recuperar a sua representação no Parlamento daquele país. Aliás, este resultado viria a permitir ao SNS uma terceira participação no Governo, desta vez pela mão do partido de centro-esquerda que ganhara as eleições (algo que, por si, era também novidade, dado que desde 1920 nenhum partido de esquerda tinha alcançado a vitória naquele território) (Haughton & Rybár, 2008), e igualmente com participação do HZDS. No entanto, esse regresso ao palco principal da política eslovaca parece ter sido de natureza episódica, dado que, quatro anos mais tarde, o SNS viria a sofrer nova derrota eleitoral e, por pouco, não se viu de novo afastado do Parlamento nacional.

A progressão eleitoral do SNS acaba por ser o reflexo de diversos elementos que, cruzados, transformaram um caso de sucesso no campo da direita radical numa realidade problemática e instável. Poderemos afirmar que o resultado positivo que alcançou no início do período democrático se deveu, antes de mais, a questões circunstanciais, assim como a uma tomada clara de posição face a uma questão que, sendo fundamental para a população após a queda do regime comunista, estava em linha com as premissas que se situavam na base do código genético deste partido, ou seja, a defesa de um Estado autónomo e a afirmação da nacionalidade eslovaca. No entanto, uma análise mais transversal e aprofundada exige que tenhamos em conta uma série de outros fenómenos, tanto ao nível da organização interna do partido como dos processos que se desenvolveram no sistema partidário da Eslováquia.

Um primeiro elemento a ter em consideração passa pelas opções ideológicas do SNS e, em particular, a incapacidade que o partido demonstrou em adaptar-se às novas realidades a sociedade eslovaca lhe apresentou com o passar dos anos. De facto, a principal bandeira política que o partido adoptou desde a sua fundação, ou seja, a reivindicação de um Estado independente para aquele território, foi cumprida rapidamente, em 1993. Perante tal cenário, o SNS viu-se obrigado a delinear uma nova estratégia no interior do partido, que terá passado por um aprofundamento da retórica nacionalista incluindo agora as minorias étnicas presentes no país (em especial a húngara, particularmente numerosa no sul do país) e não só o ressentimento contra os checos com quem partilharam instituições comuns. A esta matriz ideológica acrescentaram ainda uma forte crítica à intervenção das instituições internacionais no país (Deegan-Krause, 2004). Contudo, perante as perspectivas de integração na UE e simultaneamente à consolidação democrática no país, as temáticas socioeconómicas começaram a adquirir, com a viragem do século, uma importância política que era até aí reservada a questões ligadas ao regime democrático, ao estilo de governo e ao nacionalismo.

Ora, em sentido contrário, o SNS tendeu a enfatizar crescentemente a sua vertente nacionalista e tradicionalista à medida que descia ainda mais nas votações, numa reacção que pretendia prender o seu eleitorado de base e impedir assim perdas mais graves. O culminar deste processo deu-se com a cisão interna de 2002, quando o PSNS trata de disputar directamente o mesmo eleitorado e a mesma matriz ideológica com o SNS. Em particular, ambos os partidos começaram a disputar o direito histórico pela herança do combate a favor do nacionalismo eslovaco. Efectivamente, o SNS tem as suas raízes ainda no século XIX, quando um partido homónimo tornou-se na primeira força política a ser constituída naquele território com o intuito de defender os interesses da nacionalidade eslovaca. Agregada a esta tarefa de cariz histórico, surge na base da mensagem da corrente de direita radical eslovaca a intenção de reabilitar a imagem de Josef Tiso, um padre que seria também a figura que liderara os destinos de um Estado eslovaco efémero que existiu no período da II Guerra Mundial e que foi visto à época como uma estrutura fantoche criada pelo regime nazi para melhor poder controlar a população daquela região. Ora, estando as presentes questões ainda por resolver na sociedade eslovaca aquando da transição democrática, estes dois traços tornaram-se vectores fundamentais da base programática e ideológica do SNS, e que o PSNS

pretendia então reivindicar como seus, o que terá gerado uma radicalização do discurso de ambas as partes. Como resultado, o SNS começou a sofrer eleitoralmente um impacto negativo que adveio do desajustamento entre a sua mensagem principal e as principais preocupações dos eslovacos.

No entanto, não só este erro estratégico estará por detrás da evolução eleitoral deste partido de direita radical. Afinal, se assim fosse, o SNS nunca teria conseguido recuperar as suas posições no Parlamento depois de lá ter sido afastado em 2002. De facto, a importância que as temáticas do nacionalismo e da identidade nacional assumiram durante os anos 90 não só influenciou o funcionamento da organização de direita radical mas também de todos restantes partidos do sistema político eslovaco. Estes temas acabaram assim por estruturar o debate político genérico naquele país durante, pelo menos, uma década. Devido ao seu sucesso inicial, e também à saliência dessas temáticas, outros partidos começaram a invadir o território ideológico e discursivo do SNS, e com particular intensidade por parte do HZDS que, como vimos, foi parceiro de coligação por três ocasiões.

A linha ideológica do HZDS confunde-se com o estilo e conteúdo dos discursos do seu líder, Vladimir Meciar. Tendo sido Primeiro-Ministro eslovaco durante a quase totalidade da década de 90, esta figura surgiu, com a queda do regime comunista, como a expressão do segundo Estado eslovaco, após a efemeridade do primeiro que havia sido criado em meados do século XX (Ramet, 1999). Aproveitando as ligações produzidas por um passado não-resolvido na mente colectiva da população, assumiu-se como um líder à imagem do que Josef Tiso tinha sido durante a II Guerra Mundial. Serviu no Governo por três vezes (nos períodos entre 1990 e 1991, 1992 a 1994 e 1994 a 1998), tendo liderado também as negociações com a República Checa tendo em vista o fim da Checoslováquia. Sabrina Ramet (1999) refere que, como político, Meciar beneficiava de grande popularidade entre os eslovacos, dado que possuía um conjunto de características que passavam por uma liderança altamente nacionalista e populista, mas também por um discurso que defendia reformas económicas (necessárias no pós-comunismo) em conjunto com um intervencionismo estatal efectivo e bastante activo no campo da assistência social. Devido à sua importância política, também as suas posições controversas, nomeadamente quanto às críticas que dirigia às minorias étnicas presentes no país, acabaram por influenciar todo o sistema partidário, polarizando consideravelmente a cena política nacional. Para além disso, também o Ocidente

começou a olhar para a liderança de Meciar com crescente desconfiança, temendo um novo período autoritário devido ao tipo de perfil do governante eslovaco (e daí ter comprometido as negociações de adesão à UE, que viria a atirá-lo para fora do poder em finais da década de 90).

A popularidade de Meciar e a supremacia eleitoral do HZDS na década de 90 não impediu esta organização de estar atenta à adesão de que o discurso do SNS estava a beneficiar. O facto dos dois partidos terem sido parceiros de coligação permitiu ao HZDS aproximar-se da base eleitoral do SNS e começar a invadir o espaço da retórica utilizada por este último partido. Segundo Deegan-Krause (2004), este movimento de viragem à direita foi aliás transversal a todo o sistema político eslovaco quando, após 1992 (data em que ficou decidida a independência do país), as diferenças de retórica no que toca ao nacionalismo se esbateram consideravelmente entre os diversos partidos, ofuscando a nova bandeira política que o SNS teria formulado em substituição à sua reivindicação original. Esse fenómeno viria a estabilizar e a inverter-se nos primeiros anos do século XXI, quando os temas socioeconómicos ganham saliência e os temas culturais passam a confinar-se aos partidos de nicho, nos quais o SNS continuava a incluir-se. Foi a aposta nesse nicho nacionalista, em conjunto com uma mudança de estratégia discursiva do HZDS (que pretendia agora reposicionar-se mais ao centro), que terá permitido, pelo menos em parte, a uma recuperação eleitoral por parte do partido de direita radical nas eleições de 2006, que são consideradas pela literatura como sendo de ruptura em relação ao que era a realidade que se arrastava desde o período de transição democrática.

Ainda assim, para além dos bloqueios externos que as estratégias dos outros partidos procuraram na progressão política do SNS, a sua própria vida interna terá contribuído igualmente para a sua progressiva queda ao longo dos anos, assim como para o seu ressurgimento em 2006. É de recordar que este partido teve, ao longo dos seus primeiros seis anos de existência, quatro diferentes líderes, e todos eles diferentes entre si, com o seu estilo próprio e provenientes de facções distintas. O seu primeiro líder, Vítazoslav Moric, foi afastado logo em 1990 após um mau resultado eleitoral; seguiu-se Josef Prokes que, apesar de ter levado o partido à terceira posição das eleições eslovacas em 1992, foi pouco depois substituído por L'udovit Cernak, proveniente de uma ala mais moderada do SNS e com o qual este partido conseguiu entrar pela primeira vez numa coligação formal de Governo. Não obstante estes feitos, também

Cernak não consegue renovar o seu mandato à frente da estrutura partidária, sendo sucedido por Jan Slótam que pertencia a uma facção mais radical do SNS e que possuía um discurso mais inflamado e menos conciliador que o seu antecessor. Mais tarde, foi mais uma vez a luta interna entre esta ala mais radical e uma outra mais moderada que levou ao afastamento de diversas figuras de relevo, como foi já referido, e a um posterior enfrentamento entre Anna Maliková e Jan Slóta, que resultou no afastamento da direita radical do Parlamento eslovaco em 2002. Em sentido contrário, poderemos afirmar que a postura de unidade que o SNS demonstrou quatro anos mais tarde, após a fusão das facções antes divergentes e sob a liderança de Jan Slóta, terá contribuído em grande medida para a recuperação episódica registada por este partido em 2006. No mesmo sentido, foi a existência de uma zona especialmente favorável ao SNS (Zilina, na região noroeste da Eslováquia) onde se encontravam situadas as suas bases (e onde Slóta foi Presidente da Câmara entre 1990 e 2006) que permitiu à organização recuperar dos danos sofridos na viragem do século e apresentar-se, de forma renovada, às eleições de 2006.

Assim sendo, as dinâmicas da direita radical na Eslováquia pautaram-se por um sucesso inicial abrupto do principal partido que a representa, ao que se sucedeu uma inadaptação crescente no que concerne a uma realidade que se foi alterando ao nível da procura. Este cenário, a que poderemos acrescentar as relações entre o SNS e o restante espectro político, assim como as constantes lutas internas pelo poder, compõem um quadro explicativo complexo e multivariado sobre o caminho decrescente a que viria a estar votado o presente partido de direita radical.

Dinamarca: a estabilidade da direita radical

Tendo analisado dois casos em que os partidos de direita radical surgem num contexto de definição nacional que advém de um processo de democratização recente, não poderemos ignorar outros exemplos em que esta ideologia, longe dos movimentos fascistas, tem estado contudo presente desde a década de 70, quando o processo de pós-industrialização se começou a fazer sentir nas sociedades europeias ocidentais. A Dinamarca é um desses casos.

Ainda que o âmbito desta dissertação se cinja a um período que tem o seu início em 1990, teremos de recuar a 1973 para que possamos compreender de uma forma mais abrangente o fenómeno a direita radical dinamarquesa, um exemplo de sucesso eleitoral e de continuidade como existem poucos no continente europeu. Nesse ano, um grupo de personalidades externas à cena política (liderado por Mogens Glistrup, fiscalista) junta-se com o intuito de formar um movimento (e como tal de natureza distinta de uma organização partidária) (Art, 2011) contra o sistema, num período em que a confiança dos dinamarqueses nas instituições políticas registava um declínio. A excessiva burocratização do aparelho estatal tornou-se uma das principais críticas destas figuras emergentes ao *status quo*, dado que constituía uma situação que permitia às autoridades uma interferência excessiva na vida dos indivíduos através de um financiamento que provinha directamente dos níveis elevados de impostos. A mensagem deste movimento, de cariz altamente populista, defendia ainda que a política dinamarquesa estaria dominada por um conjunto de pessoas e organizações (nas quais incluíam os partidos políticos) que permaneciam, de forma propositada, afastados dos cidadãos comuns, pelo que não poderiam ser considerados seus representantes legítimos (Svåsand, 1998).

O surgimento desta nova linha política coincide igualmente com um intenso debate político em torno da adesão dinamarquesa à CEE, debate esse que estaria a cruzar as clivagens tradicionais. De resto, todo o clima envolvente às eleições legislativas de 1973 viria propiciar uma ruptura no próprio sistema político nacional, de tal forma que o número de partidos representados no Parlamento aumentaria de cinco para onze. Neste contexto, o FrP (*Fremskridtspartiet*¹³) – curiosa denominação adoptada pelo movimento liderado por Glistrup – consegue desde logo a segunda

¹³ Em Português, *Partido do Progresso*

posição nas votações, com 16% do total de votos (Norris, 2005). A partir daqui, e tendo surgido como um discurso focado primordialmente na defesa do fim dos impostos, este partido começa progressivamente a alargar a sua plataforma a todos os sectores da sociedade, tendo assumido posições importantes contra a imigração e contra a integração europeia (Rydgren, 2004). A estratégia passaria por fixar junto do eleitorado uma imagem de credibilidade em comparação com as demais forças.

Contudo, o FrP nunca mais conseguiu alcançar um resultado eleitoral idêntico àquele que tinha arrecadado em 1973. E poderemos encontrar ao longo dos anos diversos elementos que estarão por detrás desse cenário. Em primeiro, os demais partidos políticos não receberam com agrado a presença de um partido de direita radical no combate político, devido ao estilo particular da sua retórica, às posições extremistas que por vezes o seu líder expressava através dos seus discursos, mas também às alterações que o FrP significou na tradicional distribuição dos votos. Esta hostilidade significou uma recusa genérica por parte do espectro político em considerar este partido como um potencial parceiro, excepção feita a casos específicos que implicariam fazer aprovar legislação mais conservadora.

Neste contexto, a própria estrutura partidária do FrP começa a aperceber-se que uma linha ideológica mais radical a iria excluir inevitavelmente de qualquer intervenção mais efectiva na vida política dinamarquesa. Como tal, a ascensão de uma facção interna que apoie um discurso de maior moderação e compromisso provoca um aumento das fricções com uma outra facção, mais conservadora e extremista (Carter, 2005). No mesmo sentido, o facto do partido incluir, a dada altura, membros adeptos de um liberalismo que defende um Estado mínimo, mas também pessoas com visões mais populistas e, assim, mais críticas e menos construtivas, dificultou em muito a coesão interna. Também o conflito entre os fundadores e as bases do FrP fez-se notar de forma crescente: de facto, a cúpula do partido só cedeu na criação de uma organização partidária tradicional dentro do movimento de direita radical após pesada pressão por parte das bases, dado que a ideia inicial de Glistrup era criar algo espontâneo que fizesse a diferença em comparação com os partidos já institucionalizados (Art, 2011). Ainda assim, esta vitória das bases não significou uma mudança na relação de forças quanto ao poder de decisão a nível interno (pelo contrário, e naquilo que poderá ser visto como o culminar de um processo de liderança carismática, é atribuído a Mogens Glistrup o poder vitalício de votação no comité executivo do FrP) (Svåsand, 1998).

As lutas internas sucedem-se ao longo da década de 80 e a exposição destas na comunicação social não abonaram a favor da organização partidária, tanto do ponto de vista do eleitorado como da relação entre o FrP e os restantes partidos políticos. Adicionalmente, Glistrup cumpriu ainda pena de prisão entre 1984 e 1987 por fraude fiscal. Essa situação, ainda que prejudicial para a imagem externa do partido (Norris, 2005), permitiu uma mudança de sentido devido à saída forçada do líder partidário. Na liderança da organização é sucedido por Pia Kjærsgaard, proveniente da ala mais moderada do partido e que se propõe a reformar a estrutura no sentido de a tornar mais consistente, credível e pronta a assumir compromissos. Para o fazer teria de retirar a Glistrup o seu poder vitalício junto do comité executivo (o que viria a conseguir em 1990), tendo mesmo afastado o fundador do FrP do partido alguns anos mais tarde (Rydgren, 2004). Em 1994 o partido aparentava, pelo menos, teoricamente, uma organização normalizada e de imagem renovada com vista a encetar um processo de credibilização junto da opinião pública. No entanto, as lutas internas entre facções continuaram e agudizaram-se mesmo, numa altura em que os seguidores de Glistrup insistiam no legado deixado pelo fundador do partido. Numa repentina reviravolta, a ala radical do FrP consegue ganhar as eleições internas tendo em vista a composição do grupo parlamentar e obrigam à interrupção da estratégia de Kjærsgaard, levando a que esta, em conjunto com outros elementos da sua facção, saíssem do FrP, como forma de consumir a cisão e também com o objectivo de criar uma nova organização partidária (Carter, 2005; Rydgren, 2004).

<i>Dinamarca</i>	1990		1994		1998		2001		2005		2007	
FrP	6,4	12	6,4	11	2,4	4	0,6	0				
DF					7,4	13	12	22	13,2	24	13,9	25

Quadro 3 – Resultados eleitorais dos principais partidos de direita radical dinamarqueses em eleições legislativas (período 1990-2010): à esquerda resultados em percentagem, à direita número de deputados alcançado no Parlamento, que possui um total de 179 deputados.

Fonte: Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. *Election in Europe. Baden-Baden: Nomos.*

Elaboração própria

Como poderemos notar através do Quadro 3, o surgimento do DF (*Dansk Folkeparti*¹⁴) terá influenciado directamente o fim menos feliz para o FrP, sendo claro que, progressivamente, o eleitorado procedeu a uma substituição entre os dois partidos,

¹⁴ Em Português, *Partido do Povo*

colocando o DF, liderado por Kjærsgaard, como a mais credível organização no âmbito da direita radical – tornando-se um dos poucos casos em que uma força política proveniente de uma cisão consegue ensombrar a presença do partido-mãe (Mudde, 2007). Mogens Glistrup viria a voltar ao FrP em 2001 para tentar recuperar algum do seu eleitorado original, mas como percebemos não evitou a saída do Parlamento, num contexto que o DF se afirma claramente em actos eleitorais após uma primeira eleição já bastante satisfatório quatro anos antes. De realçar a estabilidade eleitoral que o DF tem conseguido ao longo dos anos, naquilo que poderemos considerar como um caso raro na política europeia. O que possibilitou a este novo partido de direita radical uma evolução tão positiva, ainda mais num contexto em que existia competição pelo mesmo território eleitoral? O que resultou no DF que tinha falhado no FrP?

Em primeiro, apesar da reacção do restante sistema partidário ter sido inicialmente de grande desconfiança e de tendência para a marginalização (nomeadamente por parte dos partidos mais à esquerda), o que é facto também é que o cenário se tinha alterado quando comparado com a situação vivida pelo FrP aquando do seu surgimento. Para esta situação em muito contribuiu o debate sobre as questões da imigração, que a partir dos anos 80 começou a abalar o unanimismo que se havia instalado tanto na sociedade como no sistema político dinamarqueses. Efectivamente, desde cedo o FrP criticou as directrizes políticas existentes neste campo, mas uma subida de tom no debate só se verificou quando, em 1983, o Parlamento aprova medidas mais liberalizantes. Esta primeira ruptura perpetrada no consenso existente, embora não definitiva, obrigou os partidos a tomarem posições claras, notando-se que as forças mais à direita eram agora mais favoráveis a um aumento das condições prévias para a entrada de estrangeiros no país e, no geral, a um maior controlo da corrente imigratória. No entanto, a realidade específica da fórmula de governo à época (em que a direita se encontrava no Governo com uma instável coligação) impediu que estas posições se extremassem ainda mais, e somente em meados da década de 90, quando esse cenário já não se colocava, a ruptura se deu, por fim, com a adopção de um discurso mais xenofóbico por parte da generalidade dos partidos à direita¹⁵. Desta forma, deu-se uma aproximação progressiva dos partidos conservadores à direita radical, primeiro com o FrP e depois com o DF (Bale, 2010; Green Pedersen & Odmalm, 2008).

¹⁵ Para mais informações cf. Green-Pedersen & Odmalm, 2008 e Bale, 2010.

Em segundo, esta aproximação ligada à conjuntura do debate político, que terá beneficiado o DF na sua evolução eleitoral, surgiu associada à estratégia delineada pela liderança partidária quanto à forma como queria que o partido se implantasse na opinião pública. Em 1995, quando Pia Kjaersgaard decide, em conjunto com Poul Noerdgaard, Ole Donner, Kristian Thulesen e Peter Skaarup, fundar um novo partido, fica claro que era o seu intuito aplicar a esta nova formação aquilo que não conseguira aplicar enquanto líder do FrP. Beneficiando da experiência partidária adquirida até então, esta cúpula partidária procura, através de uma política de compromisso de uma linha mais pós-materialista, aumentar a influência política através de um maior relacionamento com os partidos do sistema. Aliás, esse objectivo de afirmação como alternativa viável e potencial colaborador na vida política nacional vem já discriminado no documento programático em 1996 (Meret, 2009). Nesse sentido, a consolidação da ordem e unidade do partido foi um primeiro passo necessário para concretizar os planos de normalização da estrutura interna do partido, atingindo assim a responsabilidade política que almeja: esse trajecto passaria, antes de mais, por um afastamento em relação à imagem negativa do FrP junto da sociedade, assolado por situações anárquicas e conflitos internos. A este respeito, Kjaersgaard deixaria bem claro nas missivas internas enviadas às bases do partido que não toleraria qualquer situação de desacordo sobre a estratégia a seguir pelo DF, ressaltando que uma liderança centralizada iria ajudar o partido a evitar a reprodução de cenários que ela própria vivenciara enquanto dirigente do FrP. Aponta a este respeito:

“The order is clear. If a member of the party criticizes another member or the party in public, he or she will get a written warning. If the criticism is repeated, exclusion will be an issue. This is the way it has always been in the Danish People’s Party, and this is the way it will stay as long as I am chairman... The Progress Party anarchism will never be allowed to find its way into the People’s Party.” (Pederson and Ringsmosse, 2005, citado em Art, 2011, p.154).

Esta tomada de posição levaria a inúmeros processos de expulsão ao longo dos anos subsequentes (Carter, 2005; Meret, 2009). Para além disso, o próprio processo de selecção dos candidatos do partido viria a ser centralizado por Kjaersgaard ainda antes do acto eleitoral de 1998 (Art, 2011).

Ao longo da última década o DF consegue consolidar a sua posição na arena política dinamarquesa, conforme demonstram de resto os resultados eleitorais. Os últimos anos do século XX registam uma oposição de direita muito crítica quanto às leis de imigração existentes, contra um governo de centro-esquerda que acabou por ceder

em alguns aspectos como forma de tentar destruir o tema enquanto fonte de conflito político, agora que o consenso estava completamente fracturado. Este esforço não foi, contudo, suficiente para impedir que o tema se tornasse ponto central da campanha eleitoral de 2001, que resultaria num desfecho vitorioso para o bloco de direita, e que constituiria mais um passo para a institucionalização do DF, que consegue um resultado de dois dígitos e torna-se membro informal de uma coligação entre os conservadores e os liberais, através de um apoio ao nível parlamentar¹⁶. Efectivado o regresso da direita ao poder após a incursão do centro-esquerda nos cargos decisórios em 1993, as leis sobre imigração são de novo restringidas, num processo em que o DF tem uma efectiva intervenção e influência políticas. Assim sendo, se por um lado os partidos de direita puderam imiscuir-se nos temas que estariam reservados de início à direita radical (para além da imigração, as temáticas em torno dos abusos infringidos ao Estado-Providência nacional), por outro ajudaram o partido de direita radical a ser aceite e incluído no sistema político dinamarquês.

O ano de 2001 seria igualmente o ano em que o DF viria a atingir uma maior maturidade no que toca aos seus princípios programáticas e às linhas ideológicas pelas quais se orientaria. De facto, se os primeiros anos de vida deste partido foram marcados por um impasse entre os resquícios neoliberais de crítica aos níveis de impostos e a defesa de maior assistencialismo aos mais necessitados (o que lhe proporcionou algumas críticas dos restantes partidos perante tal paradoxo que revelava fragilidade ideológica), a viragem de século revelou uma clarificação das posições desta força política pela voz da sua líder. Como forma de se afastar de vez da sombra do FrP e da sua tradicional matriz anti-impostos, e no seguimento da estratégia de credibilização da imagem do DF, Kjærsgaard opta assim por dar primazia às preocupações sociais na preparação da campanha para o acto eleitoral desse ano, ajustando a posição sobre impostos ao defender que estes deveriam descer somente numa medida em que não afectasse o âmbito de determinados serviços prestados pelo Estado¹⁷. Este renovado ponto de vista continuou a ser apurado ao longo dos anos seguintes, com um foco cada vez mais acentuado na necessidade de estabelecer um sistema justo de redistribuição e

¹⁶ Seria aliás através da intervenção do DF junto do Governo e da pressão desenvolvida no Parlamento que viriam a ser realizados consideráveis cortes no apoio aos imigrantes logo em 2001, abrindo caminho para uma maior restrição das leis de imigração no ano seguinte.

¹⁷ De lembrar que o FrP, por sua vez, caracterizava-se pelas suas fortes críticas ao nível de impostos, assumindo uma posição claramente neo-liberal. Contudo, mesmo neste partido se começou a notar uma mudança de posições para um nível intermédio de criticismo, em especial quando Pia Kjærsgaard assumiu o controlo da estrutura partidária.

um corpo de estruturas assistencialistas que permitissem manter a coesão e a solidariedade na sociedade dinamarquesa.

Esta maturação ideológica do partido de direita radical, que teve efeitos no discurso político e no programa eleitoral, aparentaria traduzir-se na adopção de uma posição tradicionalmente social-democrata (Bjorklund & Andersen, 2002 citados em Mudde, 2007, p.122). No entanto, e se à partida Kjærsgaard pretendeu imprimir à retórica partidária alguns traços desta mesma ideologia, não tarda até que as primeiras excepções a esta defesa do Estado-Providência nacional se comesçassem a fazer notar no discurso do DF. Como seria evidente por parte deste partido, os desafios que a corrente imigratória coloca ao sistema de assistência dinamarquês passaram a ser a nova forma de agradar aos sectores mais extremistas do seu eleitorado, explorando persistentemente os encargos que os apoios à população estrangeira residente no país poderiam constituir para as finanças nacionais e para uma estrutura que deveria apoiar, antes de mais, os nativos e aqueles que contribuem durante anos para a sua manutenção.

A junção entre a defesa de um Estado-Providência alargado e um discurso que excluía desta estrutura o corpo de imigrantes que iam chegando às fronteiras dinamarquesas tem assim constituído um sucesso para o DF, suportando o seu crescimento eleitoral em sucessivos actos eleitorais e levando a que os partidos do arco governamental comesçassem eles próprios a utilizar alguns elementos desta retórica (Meret, 2009). Talvez por isso, e de forma a reclamar mais uma vez o tema da imigração como sua bandeira por natureza perante a invasão de outros partidos nos meandros dessa temática, o discurso do partido de direita radical tem evoluído, segundo os seus documentos programáticos, para uma crítica à imigração tendo como base argumentos de índole cultural e de valores e não apenas de raiz económica, levando o debate político por outro caminho que não o do assistencialismo. Desta forma, o DF consegue apurar a defesa da matriz dinamarquesa baseada na igualdade, tolerância e solidariedade, contra os perigos internos, personificados nos imigrantes, e externos, com grande enfoque no fenómeno da globalização e nas instituições internacionais.

Os últimos anos, conforme poderemos notar na produção escrita deste partido, são marcados por um endurecimento da retórica contra os imigrantes na sua vertente cultural, com especial atenção para os perigos que o Islão, enquanto segunda cultura dominante no Mundo em oposição à herança judaico-cristã, poderia constituir para a própria sobrevivência da nação dinamarquesa (Dansk Folkeparti, n.d., Rydgren, 2004).

A premissa de fundo tem-se evidenciado cada vez mais através de uma noção de incompatibilidade entre a cultura islâmica e os valores democráticos e liberais que o partido urge a que se defenda. De facto, o programa do DF refere que “Denmark belongs to the Danes and its citizens must be able to live in a secure community founded on the rule of law, developing only along the lines of Danish culture” (DF, n.d., citado em Mudde, 2007, p.144), e continua adiantando que o país em causa “is not an immigrant.country and has never been so. Therefore, we will not accept a transformation to a multiethnic society” (DF, n.d., citado em Norris, 2005, p.66). Contudo, esta profunda crítica estende-se a outros elementos porventura mais improváveis para que constem na retórica de um partido de direita radical, como a defesa da igualdade de género e o debate sobre tipos liberais de família. No fundo, parece ter existido uma adaptação por parte do DF às novas clivagens, colocando-as no discurso praticado e fazendo-se afirmar como uma força política com uma orientação pós-materialista (Meret, 2009).

Para lá da saliência destas temáticas internas, também a ameaça externa da integração europeia era vista de forma muito crítica pelo partido de direita radical, naquilo que constituía um bloqueio à manutenção do sucesso da fórmula de organização da sociedade dinamarquesa¹⁸ (Rydgren, 2004, Mudde, 2007). Não será portanto de estranhar a posição negativa que o DF assumiu nos diversos referendos colocados em prática ao longo dos anos sobre a participação deste país na cooperação europeia, seja com o acordo de Schengen, a adesão à moeda única ou a aprovação da Constituição Europeia. Kjærsgaard alimenta assim uma retórica que alerta para o incremento da burocracia que as instituições europeias representam para a sociedade dinamarquesa e para a ameaça que estas constituiriam para a soberania do Parlamento e, simbolicamente, para o regime monárquico em vigor. Estas posições foram especialmente importantes no período de institucionalização do partido, dado que perante um Executivo de centro-esquerda em finais dos anos 90, a sua retórica de oposição à UE contrastou em grande medida com um clima político mais favorável à integração europeia e à construção de uma sociedade multicultural. Mais tarde, já com o centro-direita no poder, a coerência que manteve na sua posição eurocéptica permitiu ao partido demonstrar ao eleitorado que, apesar de mais próximo dos centros de decisão

¹⁸ O DF partilhava nesta matéria a mesma posição que já o FrP defendia ou seja, uma total oposição à integração europeia. Já nos anos 70, aquando da sua fundação, o partido se havia destacado enquanto uma das poucas forças políticas declaradamente contra a adesão dinamarquesa (Art, 2011).

por força do apoio informal ao Governo, não ignoraria aquelas que foram assumidas como as suas bandeiras e críticas tradicionais. O debate europeu foi, como tal, uma solução encontrada pelo DF para se manter fiel à defesa da nação dinamarquesa (algo que assumiu desde a sua fundação) e ao mesmo tempo criar um contraponto em relação aos principais partidos políticos, ainda que se tenha integrado no sistema e até aproximado dos centros de decisão (Rydgren, 2004; Meret, 2009).

Através desta estratégia que implicou coerência mas também adaptação, o DF conseguiu chegar a crescentes franjas da população, como se pode notar através do seu crescimento eleitoral contínuo apesar da aproximação que desenvolveu em relação ao poder, fenómeno que noutros casos europeus significou o início do declínio para este tipo de forças políticas. Para a evolução da direita radical dinamarquesa terá contribuído a experiência política da cúpula do partido e uma capacidade adquirida para modificar, moderar e adaptar a retórica partidária em relação aos sinais que a opinião pública produz quanto aos temas a que concede maior importância (Carter, 2005). Para além disso, soube ler também as movimentações do restante sistema partidário, nomeadamente as oportunidades que teria para se aproximar do sistema sem que caísse no paradoxo de criticar um sistema do qual passaria a fazer parte. Terá conseguido, desta forma, aproveitar-se das necessidades dos partidos do arco governativo em arranjar novas alternativas políticas para manter um *status quo* que permitissem governar com estabilidade.

Através da participação informal na coligação de centro-direita que liderou os destinos da Dinamarca na última década, o DF conseguiu consolidar a sua estrutura interna e ganhar acesso a fundos estatais que facilitariam a sobrevivência da organização. Ao mesmo tempo, conseguiu equilibrar-se entre a entrada na arena política e a necessária distância que teria de manter para poder continuar a pressionar e criticar aquelas medidas governamentais que não estariam de acordo com a sua ideologia, colocando-se num patamar híbrido entre a pertença e a auto-exclusão do sistema. Permanece como um dos desafios para o futuro a substituição da cúpula fundadora do DF, que ainda hoje lidera a estrutura partidária (e perante a importância que a figura de Kjærsgaard constituiu no processo de institucionalização do partido), assim como a resposta do partido caso lhe seja apresentada uma proposta para a entrada formal numa fórmula governativa, com as necessárias consequências e o inevitável escrutínio que esse cenário trará ao DF por parte do eleitorado dinamarquês.

Suécia: entre o insucesso crónico e as oportunidades perdidas

Se o caso dinamarquês é identificado por grande parte da literatura especializada como um exemplo em que a direita radical tem conseguido manter um relativo sucesso nas urnas e, assim, uma presença efectiva na arena política, este fenómeno não se estendeu a outros países que, mesmo com idênticas características sociais e económicas, não registam partidos de direita radical influentes e estruturados. A realidade sueca demonstra esse mesmo cenário, onde esta ideologia tem tido grandes dificuldades em se afirmar quando comparado com a realidade que já verificámos no seu vizinho nórdico.

O cenário político e social sueco é marcado, desde os anos 70, pela existência de diversos movimentos informais de extrema-direita, em geral de índole violenta e reacionária. A actividade de uma importante subcultura *skinhead* terá desta forma minado o terreno que poderia, em teoria, ser fértil ao surgimento de um partido institucionalizado e relevante com uma ideologia de direita radical, de resto como aconteceu na Dinamarca. Como veremos em seguida, a presença de elementos extremistas nas organizações que tentativamente eram criadas e as ligações mais ou menos clara entre estes partidos de direita radical e os movimentos extremistas criavam, à partida, um estigma junto do eleitorado que os impedia de ganhar a credibilidade necessária e, assim, a relevância eleitoral que lhes permitissem sobreviver na arena política.

<i>Suécia</i>	1991		1994		1998		2002		2006		2010	
NyD	6,7	25	1,2	0	0,2	0						
SD	0,1	0	0,2	0	0,4	0	1,4	0	2,9	0	5,7	20

Quadro 4 – Resultados eleitorais dos principais partidos de direita radical suecos em eleições legislativas (período 1990-2010): à esquerda resultados em percentagem, à direita número de deputados alcançado no Parlamento, que possui um total de 349 deputados.

Fonte: Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. *Election in Europe. Baden-Baden: Nomos.*

Elaboração própria

Tal como demonstra o Quadro 4, tanto o NyD (*Ny Demokrati*¹⁹) como o SD (*Sverigedemokraterna*²⁰) têm tido durante todo o período em análise grandes

¹⁹ Em Português, *Nova Democracia*

²⁰ Em Português, *Democratas Suecos*

dificuldades em crescer eleitoralmente e estabilizar um primeiro sucesso que possam ter obtido. De forma genérica, também a presença da direita radical no Parlamento tem sido assim intermitente, sendo deste modo mais difícil institucionalizar e credibilizar esta corrente ideológica. Contudo, e se o fenómeno do NyD se demonstrou efémero após uma primeira eleição bem-sucedida, teremos de estar atentos à progressão do SD, que tem consistentemente consolidado os resultados nas urnas, num processo que culminou em 2010 com a sua estreia ao nível parlamentar após conseguir ultrapassar o limite mínimo de 4% que lhe confere o direito de ter um grupo organizado de deputados no Parlamento. Tanto num caso como no outro a maior concentração de votos situa-se na zona sul do país, perto da fronteira com a Dinamarca.

O NyD emergiu em 1991 e, à semelhança do que aconteceu com o FrP dinamarquês nos anos 70, surgiu pelas mãos de duas figuras externas à cena política nacional. Ian Wachtmeister, empresário, e Bert Karlsson, editor discográfico, conseguiram mobilizar o eleitorado somente uns meses antes do acto eleitoral desse ano e alcançaram, no fim, um resultado na casa dos 7% dos votos, que lhes garantiu a presença no Parlamento sueco com 25 deputados. Este inesperado desfecho eleitoral não é contudo bem visto pelo restante sistema partidário, que se esforçaria a partir daí por marginalizar a acção e presença do NyD, tanto no debate político como nos trabalhos de âmbito parlamentar. De facto, se durante a campanha eleitoral as restantes forças políticas se comprometeram a ignorar o discurso e as posições deste partido²¹, o cenário pós-eleitoral obrigou-os a lidar com este partido que se iria estreitar na câmara legislativa meses após a sua fundação, ainda mais tendo em conta que o número de deputados alcançado por este partido permitiria à coligação de centro-direita conseguir a maioria dos deputados. Contudo, o sistema partidário manteve-se fiel à orientação que adquirira durante o período de campanha e qualquer tentativa de contacto entre as forças políticas do arco governativo e o NyD foi rapidamente colocada de parte.

Este fenómeno encabeçado por Wachtmeister e Karlsson começou, contudo, a colapsar ao longo do mandato, devido principalmente a acentuadas rivalidades internas entre facções de ambos os líderes. A participação de elementos mais extremistas na organização, através das suas estruturas locais que estavam então em processo de solidificação, constitui o principal foco de discórdia no interior do NyD: se até 1993 os

²¹ Esta decisão foi tomada como forma de evitar a excessiva mediatização do NyD, tentando conter o interesse despertado por uma força política liderado por figuras externas ao círculo político convencional (Widfeldt, 2004).

estatutos do partido se assemelhavam aos das restantes forças políticas suecas, a partir daí é aprovada regulamentação que acabaria por desligar as estruturas locais da estrutura central de decisão do partido, provocando um congelamento da sua actividade local²². No mesmo sentido, a facção de Wachtmeister apresenta uma proposta que passaria por centralizar o poder de decisão quanto à escolha dos candidatos eleitorais, mais uma vez tendo em vista bloquear o acesso de membros mais extremistas aos órgãos de poder. Ora, estas movimentações são altamente criticadas ao nível interno por outras facções e apelidadas de antidemocráticas, de tal forma que os constantes conflitos levam ao afastamento voluntário por parte de Wachtmeister (o que viria a acicatar ainda mais a luta pela liderança do partido). Perante este cenário, o NyD apresenta-se a eleições em 1994 bastante fragmentado internamente e desgastado publicamente pelos confrontos internos (Art, 2011; Carter, 2005; Svåsand, 1998), num acto eleitoral que iria registar uma forte quebra no resultado deste partido, que viria de resto a perder a sua representação parlamentar e a começar um processo de declínio que terminaria no seu desmantelamento na viragem de século.

Já o SD percorre toda a década de 90 de forma muito mais discreta e frágil, conforme se poderá notar através do seu desempenho eleitoral. No entanto, e em contraste com a natureza do NyD, esta formação política surge pela fusão e cruzamento das heranças de outros grupos e partidos previamente dissolvidos (Art, 2011). Nasce em 1988 como uma continuação de um outro partido de direita radical, o *Sverigepartiet*²³, que implodira devido a fracturas internas com origem em divergências programáticas. Na génese desta extinta formação estariam por sua vez resquícios de uma outra força partidária, que congregava em si influências de um grupo de extrema-direita, de inspiração racista, com a denominação de *Bevara Sverige Svenskt*²⁴. Este contexto, nomeadamente as ligações mais ou menos claras entre os fundadores do SD e os grupos extremistas, viria de resto a influenciar de forma negativa a imagem inicial da opinião pública em relação a este partido, condicionando em grande medida a produção retórica e a capacidade de se mostrar em público livre de preconceitos que relacionem o SD com os movimentos neonazis e racistas (Rydgren, 2002; Widfeldt, 2008). Anders Klastrom, o seu primeiro líder formal, pertenceu na década de 80, ao lado de outros membros do

²² Esta decisão surge como forma de evitar que militantes mais violentos comessem a ocupar posições de influência nesses mesmos quadros locais.

²³ Em Português, *Partido da Suécia*

²⁴ Em Português, *Mantenham a Suécia sueca*

partido, ao grupo de acção do partido neonazi sueco, *Nordiska Rikspartiet*²⁵, tendo sido condenado por diversos crimes de ameaça e vandalismo (Art, 2011; Widfeldt, 2008). Apesar das ligações a um passado neonazi, e do motor que eles e alguns dos seus companheiros constituíam para a organização pela experiência política que foram adquirindo ao longo dos anos precedentes à criação do SD, Klastrom apercebeu-se de forma gradual de que o histórico que carregavam consigo estaria a impedir a afirmação do partido na vida política sueca, e que a falta de credibilidade dos seus líderes poderia condenar, à partida, esta organização. Acabou por abandonar a liderança em finais de 1994, devido a rivalidades internas e divergências quanto à estratégia política a seguir (Widfeldt, 2008), sem nunca ter conseguido oferecer ao SD um resultado eleitoral relevante, como se poderá notar no Quadro 4.

Ambos os partidos tiveram deste modo grandes dificuldades na construção, desenvolvimento e institucionalização das respectivas organizações partidárias, mesmo que, como aconteceu com o NyD, tenham tido um primeiro arranque satisfatório nas urnas. Este cenário acontece, contudo, num período em que a direita sueca se encontra na oposição face a um domínio prolongado do centro-esquerda no Governo²⁶, algo que poderá ter produzido efeitos no posicionamento dos partidos de direita radical aquando da sua inclusão no debate político. Ainda que a direita radical tenha conseguido introduzir o tema da imigração na ordem do dia, não tiveram a capacidade, de início, em se manter no centro desta problemática, permitindo que esta fosse absorvida pelo debate genérico entre as principais forças partidárias suecas. Também no caso da Suécia (à semelhança do que sucedeu no país vizinho) o consenso alargado foi quebrado, só que mais tardiamente e monopolizado desde logo por outras forças de direita que, de forma muito gradual, se aperceberam da importância desta temática.

Se o NyD se mostrou incapaz de aproveitar as escassas oportunidades que o sistema lhe proporcionou ao longo da primeira metade da década de 90, já o SD conseguiu, após um período inicial de grande marginalização, introduzir-se gradualmente na arena política nacional. Para esse facto terá contribuído as mudanças na cúpula do partido, agora que Mikael Jansson sucedera a Anders Kläström, assim como o contínuo debate que se manteve na cena política sobre as leis de imigração

²⁵ Em Português, *Região Nórdica*

²⁶ Ao contrário do que aconteceu na Dinamarca, em que a direita governou quase ininterruptamente durante décadas, na Suécia esse papel coube ao centro-esquerda, somente com algumas breves interrupções em que a direita conseguiu chegar ao Governo (Green-Pedersen & Odman, 2008).

(Green-Pedersen & Odmalm, 2008). Em 1994, pelas mãos de Jansson, o SD ressurgiu aos olhos do eleitorado com uma imagem mais sã e menos problemática do que aquela que assolava o partido desde a sua fundação. De facto, o novo líder partidário era um político de âmbito local sem qualquer registo criminal sendo que, apesar das suas fracas capacidades oratórias (defeito desde logo apontado pelos analistas) (Widfeldt, 2008), terá conseguido oferecer à estrutura interna do partido um novo começo devido às claras diferenças de perfil em relação ao seu antecessor e ao processo de reforma interna que iniciou de forma progressiva²⁷. Este mesmo processo, que o levaria a afastar os elementos mais extremistas e de passado ligado a grupos racistas e neonazis, não deixaram contudo de lhe valer uma grande oposição interna por parte das alas mais conservadoras e tradicionalistas do SD²⁸.

As eleições de 2002 trazem definitivamente a imigração para o centro do debate político pelas mãos do centro-direita. Perante o ressurgimento do SD no panorama partidário nacional, Liberais e Conservadores (os principais partidos de direita suecos) apressam-se a apoderar-se das temáticas que a direita radical poderia utilizar, potencialmente, tendo em vista a obtenção de benefícios eleitorais²⁹. Desta forma, a imigração acabou por se tornar num tema central de campanha, com o centro-direita a propor uma série de medidas que não destoariam de um programa do SD (Green-Pedersen & Odmalm, 2008). Ainda que este movimento do sistema partidário possa ter impedido um crescimento mais acentuado do partido de direita radical, facilmente se poderá constatar que foi neste acto eleitoral que teve início a curva ascendente de resultados, que se iria reforçar nas eleições dos anos seguintes. Ao mesmo tempo, essa consolidação foi acompanhada de um incremento claro da presença deste partido nos órgãos de decisão local e regional, fenómeno mais acentuado a sul, como já referido, mas progressivamente alastrando-se a todo o país (Widfeldt, 2004).

A dificuldade de Jansson em se afirmar politicamente no debate partidário, e o desgaste interno sofrido pelo combate que encetou aos elementos extremistas presentes na estrutura do SD, contribuíram para a saída deste em 2005, ao que se poderão

²⁷ Em 1996 Jansson decide banir os uniformes militares (frequentemente usados por elementos neonazis) e em 1999 o partido renega oficialmente o nazismo (Art, 2011).

²⁸ Os conflitos internos iriam culminar, em 2001, em importantes cisões internas, que levariam à criação de outros partidos de direita radical que nunca conseguiram, no entanto, alcançar qualquer expressão eleitoral e política.

²⁹ Ainda mais sendo pública a estratégia do SD em seguir os mesmos procedimentos e técnicas que levaram o DF dinamarquês ao sucesso eleitoral uns anos antes.

adicionar as sucessivas derrotas eleitorais, tanto no referendo em torno da moeda única como nas eleições europeias de 2004, que eram vistas como o momento de afirmação definitivo para o partido. O líder é substituído por Jimmie Åkesson que, sem qualquer tipo de ligação à ala mais tradicionalista do SD, acelera o processo de limpeza de imagem e modernização do partido, num período que antecedia novo acto eleitoral, em 2006. A necessidade de livrar a organização de militantes indesejados era clara aos olhos da liderança, a que esse respeito referia num documento interno:

“As a growing party we must constantly go through a process of cleansing to separate the wheat from the chaff. Put bluntly, this means that a party in its formation stage always attracts a number of individuals with everything but the party’s and the country’s best at heart. Such insuitable people must be sidelined and removed, if it does not happen naturally. In some cases this entails a temporary loss for the party but in the long run such a purging process is necessary if we are one day to have a genuine influence on Swedish politics” (Rydgren, 2006, citado por Art, 2011, p.95).

Para lá desta vontade, e ao contrário do seu antecessor, Åkesson consegue também aproveitar os debates televisivos para projectar o partido e demonstrar ao eleitorado as diferenças existentes entre si e os fundadores do SD, que ensombravam ainda a imagem da organização (Widfeldt, 2008).

De resto, essas eleições legislativas viriam a marcar definitivamente o ponto de viragem no que toca à presença da direita radical na cena política sueca, até então muito limitada e, até, irrelevante. Mais uma vez as temáticas de campanha revestem-se de grande importância para compreender um pouco melhor os resultados que saíram desse acto eleitoral. Se até aí e desde os anos 90, como vimos, os restantes partidos de direita souberam absorver em grande medida os temas introduzidos pela direita radical no debate político, com especial destaque para a política de imigração, a eleição de 2006 ficou marcada pela criação de uma coligação entre os principais partidos de centro-direita, tendo em vista alcançar o poder após anos de Governo sob a égide do centro-esquerda. Esse acordo levou a que determinados temas mais fracturantes, como é o caso da imigração, fossem preteridos para segundo plano no quadro do manifesto conjunto como forma de os abordar numa perspectiva mais vaga e genérica. Esta opção da direita em conceder prioridade aos temas que aproximassem as várias forças políticas da aliança em detrimento de questões tradicionalmente mais complexas abriu caminho para que o SD, de imagem e liderança renovadas, recuperasse uma bandeira que perdera nos anos 90 (Green-Pedersen & Odmalm, 2008). Com uma estrutura interna mais

consistente e solidificada do que aquela que apresentara nos anos seguintes à sua fundação, este partido de direita radical beneficia ainda de um contexto mais favorável que lhe providencia melhores condições para se fazer sobressair.

Ainda que o resultado eleitoral em 2006 não permitisse ao SD entrar no Parlamento, o facto de ter duplicado a sua votação constitui uma fonte de interesse e mediatização do partido. A opinião pública e os meios de comunicação social começam a atribuir maior atenção ao partido de direita radical e ao seu líder, que se demonstra competente nas entrevistas televisivas que concede ao apresentar uma aparência inteligente, um estilo discreto mas também racional e confiante, assim como um passado limpo no que toca a ligações a grupos extremistas e violentos (Art, 2011; Widfeldt, 2008, 2011). Ao mesmo tempo, e com a coligação de direita no poder (e assim menos disponível para radicalizar o discurso), permanece livre o espaço fértil para que o SD produza os seus argumentos políticos e dar a conhecer os seus pontos de vista. Em 2010, data em que os suecos foram chamados mais uma vez às urnas para escolher um novo Parlamento, este partido de direita radical é notícia em toda a Europa porque consegue, pela primeira vez na História democrática recente daquele país, fazer-se representar naquela Câmara.

O corpo ideológico do NyD e do SD pouco se desviaram, em termos genéricos, daquilo que são os temas base de um discurso da direita radical pós-industrial que se encontra nesta dissertação em análise.

Em primeiro lugar, ambos os partidos assumiram-se enquanto anti-sistémicos desde a sua fundação. Enquanto o SD foi colocado à margem à partida pela herança que os seus líderes transportavam, o NyD optou por produzir insistentemente um discurso irónico e desafiante em relação às demais forças políticas, algo que acabaria por inviabilizar qualquer contacto mais sólido e duradouro com as mesmas. Este último partido, em particular, criticou duramente o clima de cooperação em que se baseava a política sueca e o domínio persistente dos sociais-democratas nos órgãos de decisão nacionais, alegando que este facto condicionaria o correcto funcionamento das instituições. No mesmo sentido, criticou o poder que as corporações profissionais foram adquirindo ao longo dos anos e as fortes ligações que possuíam aos sucessivos governos, e que permitiram, entre outras, uma grande estabilidade nas leis de imigração até à década de 90 (Widfeldt, 2004).

Esta mesma temática foi, à semelhança do que tem acontecido noutros casos espalhados pela Europa Ocidental, a principal bandeira utilizada por ambas as forças políticas de direita radical ao longo dos anos, e com especial relevo enquanto temática central nos primeiros actos eleitorais em que participam. De facto, a introdução da temática da imigração no debate político coincide com o surgimento destes dois partidos no sistema partidário sueco, contribuindo para o início do processo de ruptura no largo consenso que se fazia sentir nesta matéria entre as principais forças políticas³⁰. Ainda que não tenham conseguido manter-se no centro desse debate, ajudaram à fragilização de um consenso nacional que iria ajudar, mais tarde, o SD a sobressair-se politicamente. John Bouvin, candidato do NyD às eleições parlamentares de 1991, referiu-se a este tema na particular forma discursiva que caracterizava o partido:

“We should help the people in the Baltics, not mess around with misdirected projects in Africa. I have seen the effects. Before they would have ten children, the lions ate up a couple, and then five would die of hunger and then they had three kids that made it. Now, with our money, all of them survive and it’s a catastrophe” (Westlind, 1996, citado por Art, 2011, p.177).

Contudo, nem em toda a linha os exemplos suecos se assemelham à restante direita radical europeia. Por exemplo, enquanto noutros países escandinavos o tema da integração europeia serviu em larga medida para a valorização desta corrente na cena política dos seus respectivos países, o mesmo não aconteceu na Suécia. De facto, nem o sistema partidário se viu confrontado com esta problemática, nem a direita radical era particularmente crítica da participação sueca nas instituições europeias, pelo menos no início da década de 90. O NyD, por exemplo, achava esta mesma participação como “auto-evidente” (Svåsand, 1998). Teremos de ter, no entanto, em atenção o contexto de crise económica que este país atravessou na primeira metade dos anos 90, algo que poderá ter apagado a integração europeia do discurso crítico da direita radical por se achar que o país estaria melhor dentro da comunidade europeia do que fora. Ainda assim, a situação alterou-se com a viragem do século, quando é já o SD o principal partido de direita radical. De natureza mais radical do que o NyD, e ainda que tenha começado a moderar o seu discurso após a saída do fundador e da ala mais

³⁰ Para este cenário não será alheio igualmente o aumento dos números relativos à entrada de imigrantes no país, algo que se virá a acentuar ao longo da década de 90 com o conflito étnico nos Balcãs. De facto, a instabilidade naquela região da Europa levou milhares de pessoas a viajar para o Norte do continente procurando abrigo, protecção e uma vida melhor, o que abriu um extenso debate na sociedade sueca, que se questionava sobre as regras pouco restritivas que existiam no país e sobre o estatuto extremamente favorável que era concedido aos imigrantes (Green-Pedersen & Odsmalm, 2008; Widfeldt, 2004).

conservadora, o SD opôs-se continuamente a mais integração e, em particular, à entrada na moeda única. Refere a este respeito, em 2005: “European cooperation is a good thing, but the establishment of a new European superstate is not” (SD, 2005, citado por Mudde, 2007, p.165). Contudo, este partido não conseguiu valorizar-se à conta deste tópico programático porque, mais uma vez, sofreu uma apropriação dos seus argumentos por parte de outras forças políticas tradicionalmente mais moderadas (Widfeldt, 2008). O mesmo aconteceu com a pouca atenção concedida no que toca à carga fiscal aplicada à população sueca: enquanto na Dinamarca ou na Noruega esse tema alavancou os primeiros sucessos eleitorais dos respectivos partidos de direita radical, no caso sueco isso não se verificou de forma evidente.

Ainda assim, e ao contrário do NyD, o SD procedeu a uma moderação do seu discurso ao mesmo tempo que o seu processo de reforma interna prosseguia. Ainda assim, o seu manifesto político assume-o como um partido nacionalista e democrático, defensor dos Direitos Humanos e dos valores tradicionais da Família e da Nação. Aliás, esta mesma nação, assim como a identidade sueca, são o primeiro tema do manifesto do SD, ao que segue a questão das fronteiras e da homogeneidade do país, a limitação da imigração, o desincentivo ao supranacionalismo, a rejeição da superioridade racial e, por fim, a importância do colectivo como forma de enriquecimento pessoal do indivíduo. Também nesse documento é defendida a recriação do Estado-Providência e a monarquia, que é vista como símbolo da soberania e da continuidade de um sistema de valores que vem da História (Sverigedemokraterna, n.d.).

O grande desafio que se coloca a este partido de direita radical passa assim por conciliar o nicho eleitoral que fundou o partido, tendencialmente mais conservador, com uma abordagem mais abrangente que limpe a imagem inicial do partido e que coloque esta formação política no centro da cena política nacional de forma definitiva. Por exemplo, no que toca ao tema da imigração, a mudança é visível: de uma proposta inicial em que era defendido que todos os imigrantes que entraram na Suécia após 1970 deveriam ser obrigados a voltar aos seus países de origem, o SD passou a defender que deveriam sair somente aqueles que não foram assimilados pela sociedade sueca ou que não estejam protegidos pela lei internacional (Widfeldt, 2008)³¹. Este exercício tem como objectivo cimentar e estabilizar a presença do partido na vida política nacional e

³¹ Segundo o seu manifesto político, o partido foi criado antes de mais para combater o corpo pouco restricto de regras que geria os fluxos migratórios neste país.

torná-lo uma força política que seja vista, pelo eleitorado, da mesma forma que as restantes formações. Permanece por saber se a incursão no Parlamento sueco em 2010 será tão efémera como foi a do NyD no início da década de 90.

Capítulo VI

A direita radical e a União Europeia: nacionalistas em busca de pontes

Ainda que, como notámos no capítulo anterior, a integração europeia surge frequentemente como um dos temas mais utilizados pela direita radical para se sobressair junto do eleitorado, a literatura especializada tem concedido até ao momento pouca importância às ligações que estes partidos têm estabelecido com as instituições europeias e, forçosamente, com outros partidos da mesma corrente ideológica estabelecidos noutros países-membros da UE. Talvez porque tem sido difícil aos académicos colocarem-se no interior destas organizações e ter conhecimento de contactos que, frequentemente, não se desenvolvem em momentos posteriores, ou então simplesmente porque os fracos níveis de institucionalização de muitos destes partidos não lhes permitem criar uma estrutura internacional de apoio.

Cas Mudde (2007), que dedica um capítulo à questão europeia numa das suas últimas obras sobre o fenómeno que aqui se encontra em estudo, distingue as posições da direita radical em quatro diferentes categorias: os entusiastas (foi o caso de algumas formações que, nos anos 80, expressavam o seu apoio à CEE, dado que a viam como um eixo protector em contraponto aos malefícios de uma globalização desenfreada); os pragmáticos (visível em exemplos no leste europeu, onde não acreditam nos princípios por detrás da integração europeia mas, ainda assim, consideram positivo que os seus países façam parte da UE); os que rejeitam as instituições europeias em toda a linha; os cépticos, onde se inclui a maior parte dos partidos de direita radical actualmente em funcionamento nos sistemas partidários europeus. Neste caso, as forças políticas não rejeitam um princípio de cooperação alargada entre os Estados europeus, mas criticam fortemente a forma como esse exercício foi aprofundado pelas elites do Velho Continente. Contudo, não é fácil estabelecer um padrão ideológico comum na direita radical europeia, desde logo porque as suas posições alteram-se consoante o contexto económico e político, assim como o tipo de retórica praticado. Daí não ser de espantar que muitas formações tenham começado por ser favoráveis às instituições europeias, na década de 70 e 80, e que depois tenham invertido o seu discurso para uma crítica acentuada a esses mesmos organismos (algo que terá coincidido com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht). Já no capítulo anterior, a propósito dos casos de estudo analisados, se notou que, embora os partidos referidos fossem genericamente opositores

a uma maior integração europeia, casos houve em que foram ultrapassados por uma conjuntura económica difícil (o exemplo sueco na década de 90) e por uma opinião pública crescentemente favorável em torno do projecto europeu (os exemplos polaco e eslovaco).

Mais fácil do que demonstrar com clareza uma linha ideológica contínua que caracterize a direita radical quanto a questões europeias será entender as razões por detrás das fracas estruturas europeias que ligam actualmente estas organizações entre si, principalmente numa realidade que se caracteriza por períodos de competição eleitoral tendo em vista a obtenção de lugares no Parlamento Europeu. De facto, aquilo que flutua publicamente não vai além de contactos pessoais e individuais entre as mais proeminentes figuras da direita radical europeia, notando-se a ausência de uma família política, ao contrário do que acontece com outras correntes ideológicas. Se na Europa Central e de Leste as tentativas verificadas têm-se devido ao impulso dado pelo partido de direita radical sérvio (um dos mais expressivos em termos eleitorais) tendo como base ligações de índole étnica, a Europa Ocidental regista esses mesmos intentos tendo como base a Frente Nacional (FN) francesa, até há pouco tempo liderado por Jean Marie Le Pen, embora se acredite que as motivações sejam de ordem financeira e de afirmação na cena europeia (Mudde, 2007). Se este cenário permitiu que alguns partidos mais pequenos se sustentassem com base em apoio material proveniente da força política francesa, também levou a que outros se afastassem de qualquer ligação com a FN, nomeadamente aqueles que, estando já integrados no respectivo sistema partidário, não queriam relacionar-se com partidos que se transmitiam uma mensagem anti-sistémica. Outros líderes partidários (como o austríaco Jörg Haider) evitaram ainda entrar numa batalha à escala europeia pela liderança desse movimento de direita radical, aquilo que se adivinharia desde logo perante as características que já anteriormente notámos serem frequentes nos dirigentes deste tipo de partidos políticos.

Ainda assim, este movimento pareceu, conforme já referido, obra de indivíduos que se esforçaram por estabelecer pontes com os seus homólogos europeus tendo em vista a criação de uma efectiva família política. As fragilidades estruturais de muitas das formações políticas de direita radical poderão igualmente estar por detrás das dificuldades em conseguir criar uma estrutura supra-nacional, assim como as próprias especificidades da ideologia em causa, propícia a particularismos que impedem a construção de um corpo ideológico uniforme e comum a todos os seus membros. Como

tal, o único espaço em que existe actualmente um embrião de cooperação entre a direita radical europeia encontra-se exactamente no único organismo supra-nacional que sustenta uma estrutura que permite a estes partidos a rotinização de actividades em conjunto: o próprio Parlamento Europeu.

As eleições europeias têm, de resto, contribuído de forma ampla para a afirmação de pequenos partidos e, em particular, de forças afectas à direita radical. A imagem de uma eleição de segunda importância para os eleitorados nacionais (por nela se decidir, aparentemente, menos do que, por exemplo, em eleições legislativas) constitui também uma oportunidade para, por um lado, escrutinar o desempenho governativo nacional e, por outro, amenizar o voto estratégico que leva alguns cidadãos a secundarizarem partidos mais pequenos em eleições de primeira ordem (Schmitt, 2005). Por esses motivos, tem sido comum verificar que os partidos de direita radical conseguem, nestes actos eleitorais, obter os melhores resultados que viriam a alcançar.

	1979		1984		1989		1994		1999		2004		2009		
Dinamarca	20,85	4	20,6	4	18,9	4	10,3	2	7,3	1	5,2	1	7,2	1	Anti-European Movement
							15,2	2	16,1	3	9,1	1	2,37	0	June Movement
	5,74	1	3,5	0	5,3	0	2,9	0	0,7	0					FrP
									5,8	1	6,8	1	15,28	2	DF
Suécia											14,47	3	3,55	0	June List
									0,33	0	1,13	0	3,27	0	SD
Eslováquia											2,02	0	5,55	1	SNS
											17,04	3	8,97	1	HZDS
Polónia											15,2	10			LPR
											12,7	7	27,4	15	PiS

Quadro 5 – Resultados eleitorais e número de deputados europeus alcançados pelos principais partidos de direita radical e movimentos anti-europeus em eleições europeias (1979 – 2009).

Nota: A preto, eleições em que os países em causa não participaram por não fazerem parte da Comunidade Europeia.

Fonte: European Election Database

Elaboração Própria.

Como poderemos notar no Quadro 5, em todos os países estudados encontraremos exemplos desse desempenho por parte dos seus respectivos partidos de direita radical. É o caso do DF dinamarquês (2009) e do LPR polaco (2004), que conseguiram alcançar em eleições europeias votações mais expressivas que em actos eleitorais de âmbito nacional. No entanto, e ainda que frequentemente a maior parte dos partidos em análise tenham consigo representação ao nível europeu, algumas condições externas influenciaram igualmente o desempenho eleitoral da direita radical neste tipo de escrutínios: para lá dos problemas internos já referidos em capítulos anteriores, também os actores presentes no debate sobre a integração europeia servem de contexto para a evolução dos partidos em análise no que toca especificamente a este tipo de eleições.

Por exemplo, o sucesso eleitoral alcançado pelo LPR não deverá ser alheio à estratégia de comunicação que este partido adoptou desde a sua fundação: relembramos que esta formação se assumiu à partida como a única força política polaca claramente contra o processo de adesão da Polónia à UE, tendo conseguido reservar como seu um espaço político que estava desocupado devido ao unanimismo dos restantes partidos nesta matéria. Em sentido contrário, não notaremos nos resultados do SD sueco uma grande diferença em relação àqueles que registou em eleições nacionais. Conforme já referimos, este partido encontrara-se ainda em processo de reforma e solidificação internas durante a última década, tendo fracassado na tarefa de se destacar enquanto força opositora da integração europeia. Para além disso, e se não bastasse a apropriação por outras forças políticas suecas do espaço retórico que o SD deveria ter reservado para si, surgiram no panorama político nacional outras formações orientadas especificamente para o debate europeu (como a June List³², eurocéptica, também presente no Quadro 5) e que passaram a reivindicar para si tempo de antena junto da opinião pública – e como registamos no caso do June List, com elevado grau de sucesso (ainda que temporário). O mesmo aconteceu na Dinamarca, país tradicionalmente eurocéptico: ainda que os partidos de direita radical conseguissem com sucesso introduzir-se na arena política nacional, também aqui não se conseguiram destacar e alcançar melhores resultados do que aqueles que alcançaram em contexto nacional, pelo menos enquanto não se verificou um enfraquecimento dos movimentos anti-integração europeia.

³² A June List surge tendo como fonte de inspiração o dinamarquês June Movement, formação eurocéptica que se centra em contestar a integração europeia desde o referendo ao Tratado de Maastricht que teve lugar na Dinamarca em Junho de 1992

Apesar de diversos partidos de direita radical terem conseguido, um pouco por toda a Europa e ao longo dos anos, fazer-se representar no Parlamento, espelha-se nas dificuldades em se organizarem enquanto família política os problemas já referidos quanto à criação de uma estrutura de cooperação supra-nacional. Como tal, não será de espantar que ao longo dos anos diversos movimentos nasceram com esse intuito, mas sem sucesso. Os três grandes grupos que foram formados nos últimos anos por estes partidos – Union for Europe of the Nations (1999-2009), Independence/Democracy (2004-2009) e Europe of Freedom and Democracy (2009-Act.) – foram sofrendo ao longo dos anos sucessivas cisões e inclusões, provocando uma grande instabilidade nas orientações de uma possível família política europeia. Mais uma vez, a heterogeneidade dos grupos criados e a fluidez ideológica levaram a que forças políticas muito distintas entre si entrassem nestas formações europeias para depois saírem tendo em vista a integração em outros grupos. Para além disso, a própria vida interna de cada partido (que como já notámos é frequentemente afectada por grandes níveis de turbulência) leva a grandes flutuações do número de membros ligados aos grupos em causa devido a deserções ao nível nacional, o que torna ainda mais difícil a consolidação de uma família política supra-nacional que faça valer os seus pontos de vista junto das demais correntes ideológicas presentes nas instituições europeias.

Conclusão

A presente análise, que inicia agora a sua última etapa, tem vindo a colocar em cima da mesa as mais diversas variáveis e perspectivas, todas elas certamente importantes no sentido de compreender, de forma sistemática, quais as que mais influenciam a progressão do fenómeno da direita radical, seja no seu surgimento como no crescimento e persistência nos sistemas políticos das mais diversas Democracias modernas. Ainda assim, a complexidade do objecto de estudo impede que, no contexto de uma dissertação desta natureza, seja concedida a mesma atenção e profundidade a todos os pontos de vista que têm preenchido as páginas de obras inteiras dedicadas ao tema, nos últimos anos.

Contudo, é de crer que o caminho percorrido nos permitiu construir um ponto de situação que poderá ser útil como o embrião de futura investigação especializada em determinados pormenores deste amplo território de estudos. Desta forma, pensamos ter contribuído para uma sistematização do conhecimento que permite clarificar posições e demonstrar o estado do debate actual sobre este complexo fenómeno. Ainda assim, e para além disso, acreditamos que foi possível também traçar algumas hipóteses sobre os itens que assumem maior importância na consolidação e persistência dos partidos de direita radical, tendo como base quatro casos que representam em si realidades muito particulares mas que não deixaram de ser afectados, ao longo das últimas décadas, por processos sociais e políticos comuns.

Ainda que não estejamos nesta análise a focar-nos, sublinhe-se, nos motivos que levam ao voto na direita radical por parte da população (algo que obrigaria a uma utilização mais profunda de instrumentos quantitativos e uma dimensão de análise que se revestiria de grande complexidade no âmbito de uma dissertação desta natureza) poderemos talvez começar, à luz das realidades dos países seleccionados para esta investigação, por centrar a nossa atenção em alguns indicadores socioeconómicos que têm sido apontados pelos mais diversos actores, académicos e da opinião pública, como importantes impulsionadores do crescimento e presença da direita radical contemporânea nos sistemas políticos europeus. Tais indicadores servirão no âmbito do estudo dos partidos desta ideologia para ilustrar o contexto e o ambiente em que eles se movem e com o qual têm de contactar. Trata-se de questões directamente ligadas às condições de vida das populações envolvidas, num contexto pós-industrial, mas também

aos elementos que as estruturas internas destas forças partidárias podem aproveitar para se sobressair no discurso político. Será portanto útil olhar para alguns dados relativos, por um lado, à evolução da corrente imigratória e, por outro, à progressão dos índices de desemprego nos quatro casos de estudo.

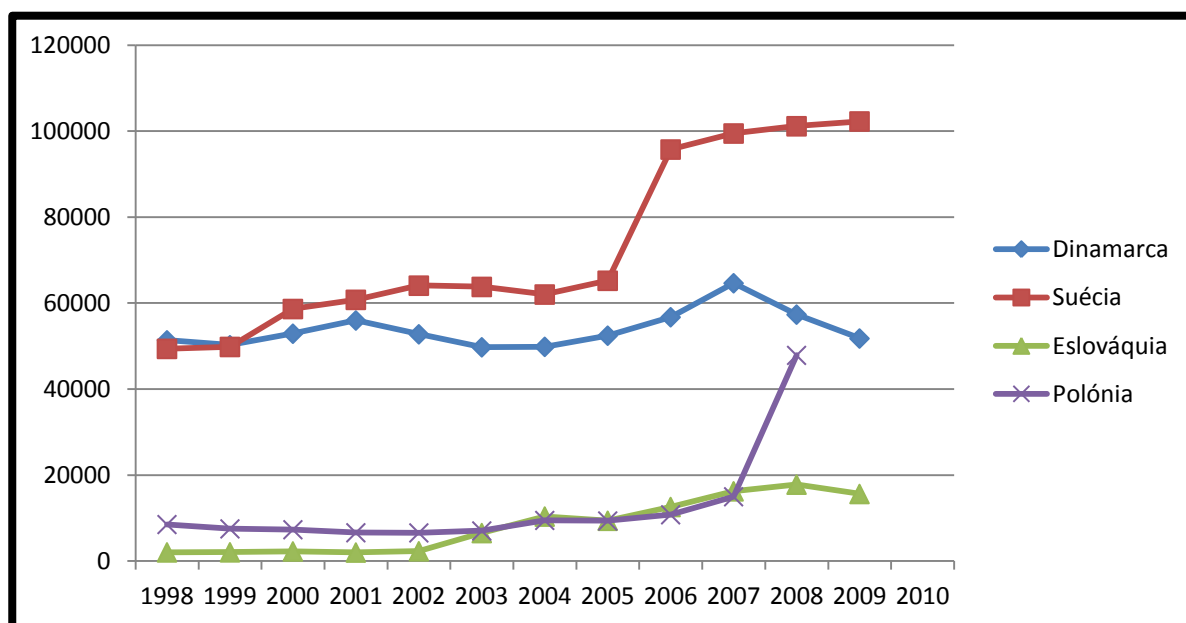


Gráfico 2 – Número de novos imigrantes de longa duração presentes em cada país, por ano.

Fonte: Eurostat

Elaboração própria.

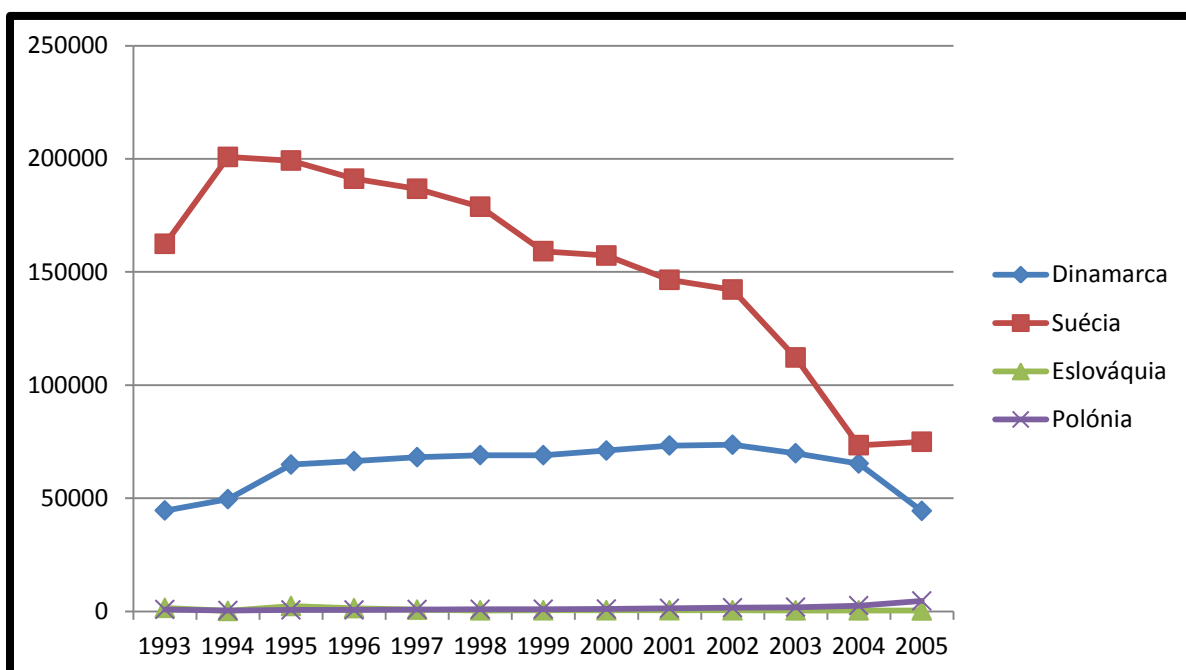


Gráfico 3 – Número de refugiados presentes em cada país, por ano.

Fonte: UNHCR

Elaboração própria

Se cruzarmos estes dados com os resultados eleitorais registados pela direita radical nestes quatro países, rapidamente poderemos retirar interessantes conclusões no que toca à intervenção directa de temas como a imigração e o desemprego na progressão desta corrente nas urnas. De facto, em todos os casos notaremos que não existe uma causalidade linear entre evolução dos partidos de direita radical e a evolução dos números relativos à corrente imigratória e ao desemprego. Em primeiro lugar, constatamos que, embora a direita radical dinamarquesa seja, de todas as consideradas, a de que maior sucesso e estabilidade tem vindo a beneficiar, é a Suécia o país que regista maior afluência de imigrantes, tanto em números absolutos como em proporção com o total populacional de ambos os países. O caso dinamarquês tem de resto, neste aspecto, demonstrado uma grande estabilidade nos seus números desde a década de 90 e somente com ligeiras oscilações no sentido de um decréscimo da afluência de imigrantes a partir de 2002, quando o Governo apoiado pelo DF implementa uma série de medidas restricionistas. De referir ainda, em ambos os casos nórdicos, a influência que a abertura das fronteiras às populações provenientes dos Balcãs nos anos 90 constituiu para a generalidade dos números apresentados. No caso dos outros dois países em análise, a temática da imigração não é ainda central nos respectivos debates políticos, ainda que alguns dos argumentos ligados a estas questões tenham vindo a ser também utilizados pela direita radical polaca e eslovaca, nomeadamente na oposição à presença de determinadas minorias étnicas.

As diferenças existentes no que toca à evolução da direita radical e dos níveis de imigração não significarão, contudo, que este fenómeno não desempenha o seu papel particular num processo complexo que envolve a consolidação e persistência de um partido de direita radical. Embora o seu impacto não seja directo, influenciará a cena política em duas vertentes distintas: em primeiro, a sua visibilidade no quotidiano de toda a população coloca os imigrantes como um alvo fácil de mediatização por parte da comunicação social, que tenderá a realçar as especificidades e os problemas da integração desse grupo na sociedade (como as ligações estabelecidas entre imigrantes e as estatísticas do crime, por exemplo). Em segundo, e mais importante, o fenómeno imigratório poderá constituir um motor eficiente de alavancagem dos partidos de direita radical. De facto, será de considerar que, se a estrutura partidária obtiver a capacidade de tomar para si a centralidade da retórica sobre imigração, este tema poderá tornar-se um importante impulsionador inicial do partido em causa rumo a um primeiro sucesso

nas urnas (sobre esta questão voltaremos a pronunciar-nos mais adiante). Se notarmos o caso sueco, a curva ascendente do SD em termos eleitorais coincide com um período de acentuado crescimento do fluxo imigratório, numa altura em que, como vimos, a estrutura partidária estava mais pacificada e coesa, algo que não aconteceu nos anos 90, quando nem este partido nem o NyD conseguiram fixar em si o crédito de um debate que iniciaram perante a vaga imigratória que este país registou, como notamos de resto nos gráficos. Para além disso, os registos da autoridade eleitoral daquele país apontam para uma concentração maior de votos no SD, durante as últimas eleições, na zona sul da Suécia, onde a presença de estrangeiros é igualmente mais marcada. Posto isso, contudo, é de crer que condições sociais e económicas favoráveis ao discurso da direita radical não assegurem, por si, a continuidade do sucesso deste tipo de forças políticas.

O mesmo se poderá concluir ao analisarmos o gráfico relativo às taxas anuais de desemprego. No caso da Dinamarca, o período em que o DF consegue atingir os dois dígitos em actos eleitorais coincide com o período em que a taxa de desemprego naquele país é mais baixa: aliás, toda a década passada, que foi de afirmação e estabilização definitiva para aquele partido de direita radical, é caracterizada pelos menores níveis de desemprego de todo o período considerado. A mesma situação ocorre na Suécia e na Eslováquia, onde os respectivos períodos de maior desemprego são também aqueles em que a presença da direita radical é mais irrelevante em termos eleitorais.

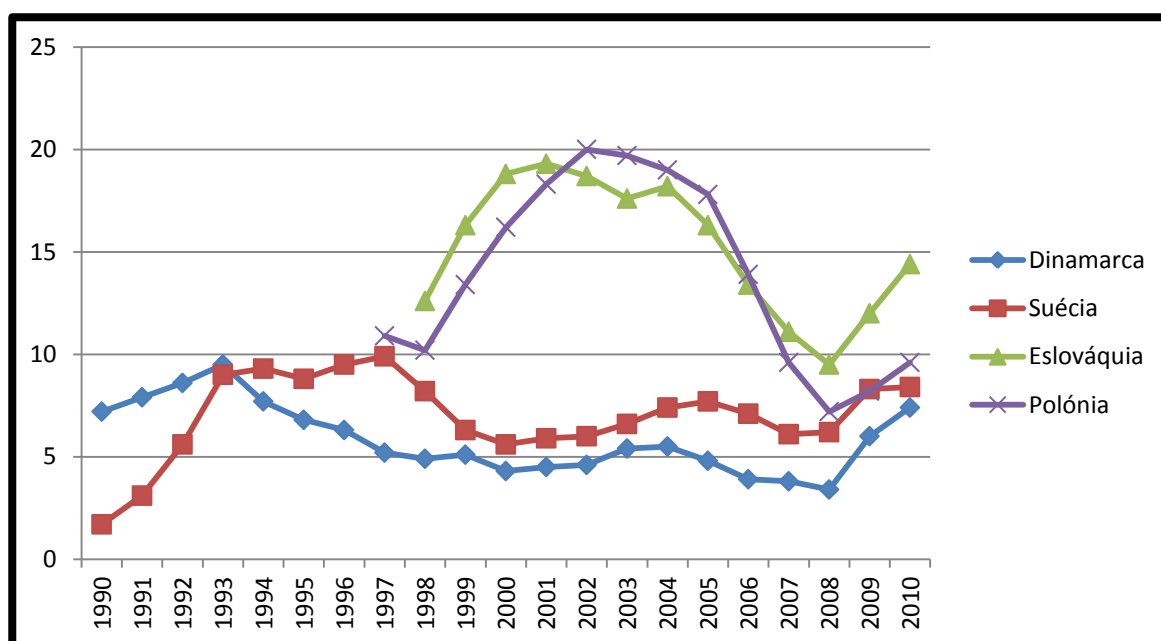


Gráfico 4 – Evolução das taxas de desemprego anual nos países considerados (por ano).

Fonte: Eurostat

Elaboração Própria.

Estas constatações, embora surjam em contraste com algumas das lógicas construídas pela opinião pública e pela comunicação social que mediatiza o crescimento desta ideologia na Europa, seguem em linha com os últimos estudos que têm saído no mundo académico sobre esta matéria. Ou seja, os factores existentes do lado da procura, ainda que possam criar um clima político favorável e no limite sirvam de apoio a um primeiro resultado eleitoral satisfatório com base na conjuntura, não conseguem suportar a continuidade e a solidificação dos partidos de direita radical. De resto, e como tem já vindo a referir a mais recente literatura, os desafios pós-industriais que têm afectado as taxas de desemprego e influenciado a progressão dos fluxos migratórios constituem fenómenos transversais a toda a realidade dos países europeus, pelo que não poderão explicar a enorme variação nos graus de solidez e sucesso da direita radical espalhada por este continente. De qualquer forma, e como terá ficado aqui demonstrado, ao longo dos últimos capítulos, o facto destas forças políticas basearem frequentemente o seu discurso numa retórica anti-imigração num cenário de crescimento desse fluxo não significa que a sua evolução eleitoral seja suportada, em si mesmo, por esse mesmo exercício discursivo.

Um outro conjunto de dados a que poderemos atentar por uns momentos prende-se com o grau de satisfação com o regime democrático e suas respectivas instituições, em particular os Governos nacionais. De relembrar que a retórica da ideologia em análise, recorrendo por diversas ocasiões a ferramentas populistas, utiliza as críticas da opinião pública ao sistema em vigor para se demarcar do mesmo e ganhar dessa forma um capital de reivindicação e de relevância decorrente das suas dificuldades em incluir-se num debate político tradicional. As posições anti-sistémicas que estes partidos têm assumido na arena partidária são referidas por diversos autores como algo que poderia estar por detrás da sua ascensão ao longo das últimas décadas, ao mesmo tempo que se verifica uma degradação da confiança e da satisfação dos cidadãos em relação aos actores políticos e mesmo à Democracia.

Infelizmente os dados disponíveis no Eurobarómetro são limitados, não existindo informação mais recente e, portanto, desconhece-se neste âmbito os números relativos à Polónia e Eslováquia, que somente integraram a União Europeia em 2004. Ainda assim, poderemos retirar dos dois casos nórdicos algumas anotações interessantes a este respeito.

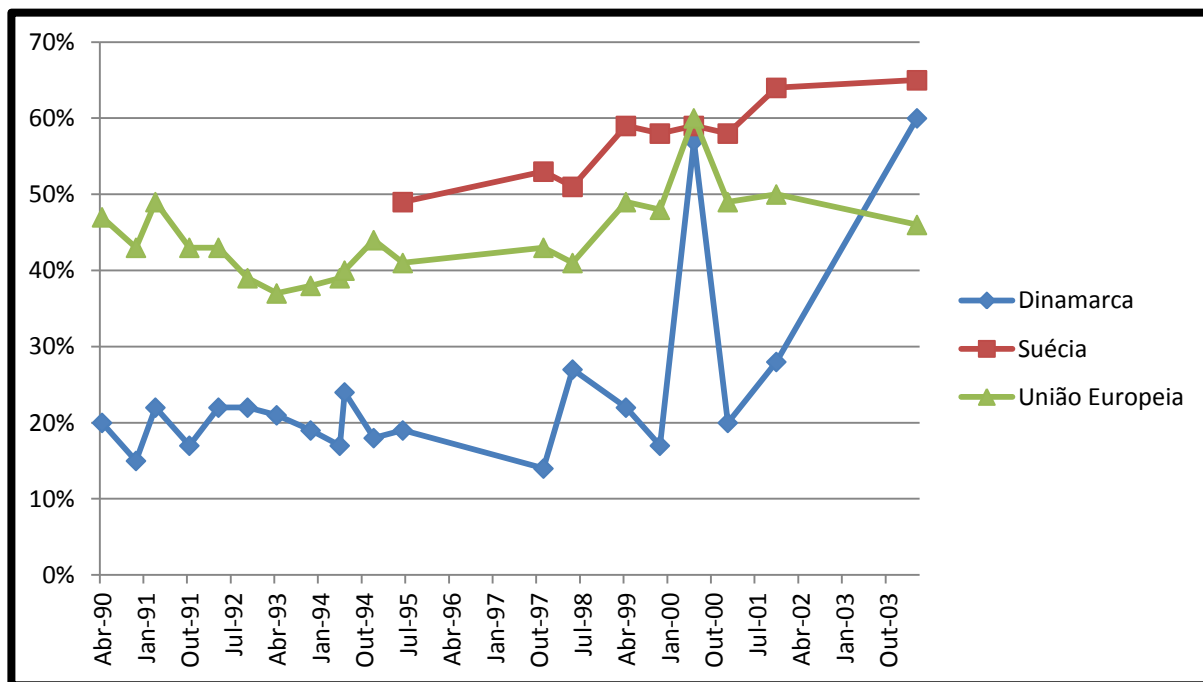


Gráfico 5 – Índice de Satisfação com a Democracia (eleitores consideravelmente satisfeitos)
 Fonte: Eurobarómetro
 Elaboração Própria.

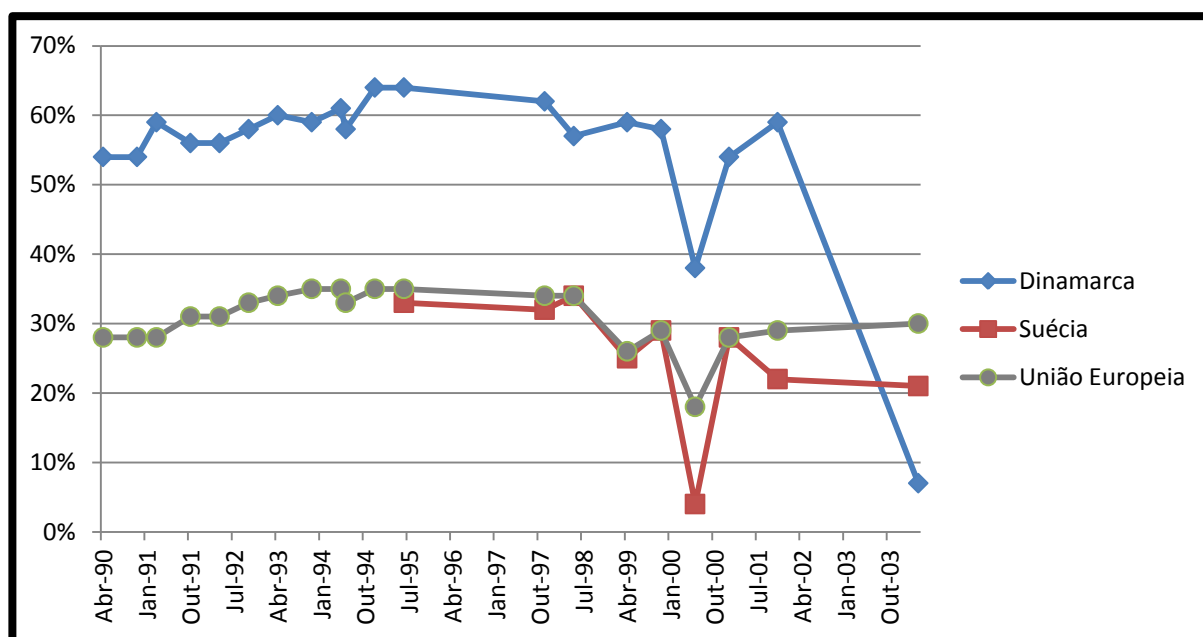


Gráfico 6 – Índice de Satisfação com a Democracia (eleitores insatisfeitos)
 Fonte: Eurobarómetro.
 Elaboração Própria.

Fica claro através dos Gráficos 5 e 6 que a Dinamarca possui, em comparação com o seu vizinho nórdico e com a média da UE, os índices mais baixos de satisfação com o regime democrático, sendo que as percentagens mais elevadas de insatisfação se apresentam em meados da década de 90, precisamente quando o DF surge na cena política nacional. Contudo, também o número de insatisfeitos para com a Democracia diminuiu a um maior ritmo na Dinamarca do que na Suécia com o início do século XXI, contrastando naturalmente com o aumento dos números relativos aos cidadãos satisfeitos, o que coincide com o período em que se verificaram os melhores resultados para a direita radical dinamarquesa. Já no caso sueco, os números mantêm-se constantes durante os anos em que existem dados disponíveis, sempre acima da média europeia. No mesmo sentido, se olharmos aos números relativos à satisfação em relação aos Governos nacionais, também aqui não se verifica uma relação directa e visível, ao nível nacional, com a progressão já demonstrada por parte dos partidos em análise. O caso eslovaco demonstra um aumento da confiança no Governo durante o mandato em que o SNS participou enquanto parceiro de coligação, assim como o caso polaco apresenta números continuamente baixos durante todo o período de dados disponível, algo que não impediu o LPR de ser marginalizado e de ter desaparecido, no limite, do espectro político nacional.

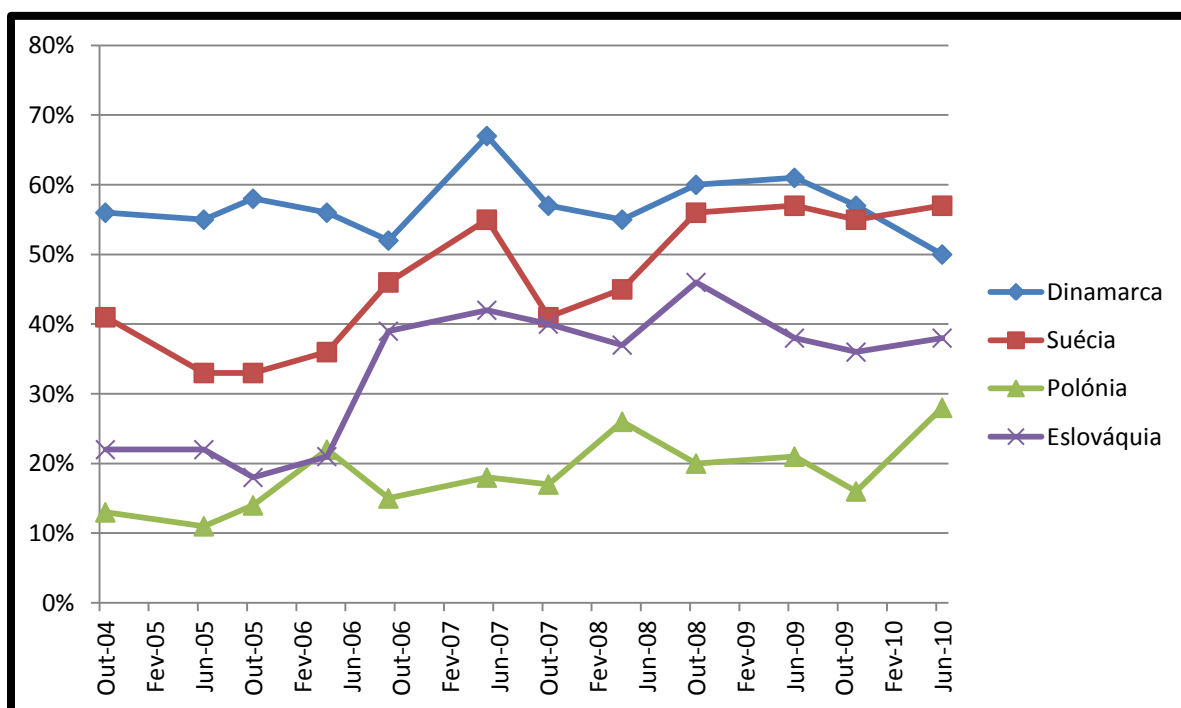


Gráfico 7 – Índice de Confiança no Governo (eleitores que tendem a confiar)

Fonte: Eurobarómetro.

Elaboração Própria.

A respeito destes resultados poderemos retirar algumas ilacções. A mais importante (que abrange igualmente os dados sobre a imigração) prende-se com o facto de se poder verificar neste estudo sobre a direita radical um contraste sistemático e falacioso entre os dados agregados a nível nacional e as razões que, a nível individual, leva um indivíduo a votar num partido de direita radical. Essa mesma conclusão tem começado a ser tida em consideração pela última vaga de literatura especializada (Norris, 2005, Mudde, 2007), que compara já os dados nacionais com estudos individuais realizados nos últimos anos. No entanto, a fragilidade dos estudos quantitativos sobre a dimensão micro do voto nesta ideologia (que se prende em muito com as dificuldades conceptuais a que nos referimos no início da dissertação) tem impedido uma análise mais pormenorizada e sustentada desses resultados. Porém, e voltando a frisar que o objecto de estudo desta análise não é o voto do eleitor nos partidos de direita radical mas antes as dinâmicas genéricas que envolvem o crescimento e solidificação dessas mesmas formações, não deixa de ser importante salientar esta pertinente questão, que poderá induzir em erro os mais desatentos e que poderá levar a alguns actores públicos (como a comunicação social) a estabelecer relações incorrectas entre dinâmicas socioeconómicas de âmbito nacional e as razões individuais que levam um dado indivíduo a votar nestas forças políticas. Afinal, não nos poderemos esquecer de que nos estamos a referir a partidos que frequentemente não ultrapassam os 10% do total de votos e que a mensagem da direita radical se cinge muitas vezes a pequenos nichos do eleitorado que desaparecem nas estatísticas genéricas da população total.

Outro indicador que poderemos verificar tendo em conta o desempenho dos partidos de direita radical é o da evolução da abstenção nos actos eleitorais considerados. Sendo vasta a literatura existente que, como notámos, associa o voto de protesto ao sucesso verificado por algumas forças políticas desta corrente ideológica em diversos países europeus, também a abstenção poderá ser influenciada por este fenómeno global que tem varrido as democracias avançadas e que se prende com uma crescente insatisfação em relação às instituições e actores políticos. Assim, a distribuição do eleitorado poderá variar entre os resultados de ambos os vectores, já que a direita radical e apontada frequentemente como uma alternativa anti-sistémica à abstenção provocada pelo descontentamento.

Dinamarca	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Participação Eleitoral	82,8				84,3				87,1		
Resultados	6,4				6,4				9,8		
Suécia	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Participação Eleitoral		86,7			86,8				81,4		
Resultados		7,5			1,4				0,6		
Eslováquia	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Participação Eleitoral	95,4		84,2		75,7				84,2		
Resultados	13,9		45,2		40,4				36,1		
Polónia	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Participação Eleitoral		43,2		52,1				47,9			
Resultados		7,5		5,8				33,8			

Dinamarca	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação Eleitoral	87,1				84,4		86,6			
Resultados	12,6				13,2		13,9			
Suécia	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação Eleitoral		80,11				81,99				84,63
Resultados		1,4				2,9				5,7
Eslováquia	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação Eleitoral		70,1				54,7				58,83
Resultados		22,8				20,5				9,4
Polónia	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação Eleitoral	46,3				40,6		53,9			
Resultados	17,4				35		33,4			

Quadro 6 – Participação Eleitoral e Resultados dos Partidos de Direita Radical, nos países e período temporal considerados.

Fonte: Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. Election in Europe. Baden-Baden: Nomos.; Autoridades de Estatística Nacionais.

Elaboração Própria

Os resultados parecem aqui indicar alguma ligação entre os dois grupos de dados. Na Dinamarca, a primeira década em análise regista uma diminuição da abstenção com um aumento dos resultados da direita radical (em especial em 1998, quando o DF se afirma enquanto principal representante dessa ideologia), embora o mesmo não se verifique na década seguinte, talvez devido à integração plena daquele partido no *status quo*. Na Suécia, o período de menor participação eleitoral é também o período em que a direita radical obtém os resultados mais irrelevantes: mesmo com a estabilidade verificada em termos de abstenção, é de notar que as duas ocasiões em que esta foi menor coincidem com os actos eleitorais que a ideologia em análise obteve maior expressão nas urnas. Nos casos eslovaco e polaco, estes dados terão de ser vistos com a ressalva de que neles estão incluídos os resultados do HZDS e do PiS que, não

sendo explicitamente de direita radical e sendo mais facilmente conotados com o sistema, adoptaram propostas políticas e, em geral, uma postura que os aproximou, formal e informalmente, das forças declaradamente identificadas com esta corrente. Na Eslováquia, a queda eleitoral do SNS ao longo dos anos acompanha uma descida da participação eleitoral, mas registe-se igualmente que o acto eleitoral com maior abstenção foi, inversamente, aquele em que este partido recuperou dos maus resultados através de um regresso ao Parlamento, em 2006. Na Polónia, e mesmo retirando da análise os resultados do AWS e do PiS, não parece existir relação entre os dois indicadores. Não poderemos deixar, contudo, de assinalar as constantes taxas de abstenção elevadas que persistiram em todo o período considerado, incluindo as eleições que decorreram ainda no período de transição democrática.

Perante tais resultados, ainda que com prudência, somos levados a crer que o nível de participação eleitoral é também influenciado pela visibilidade da direita radical enquanto alternativa à abstenção. Contudo, essa visibilidade estará ligada à forma como os partidos são capazes, através do esforço que parte da liderança mas também das suas bases, de aproveitar um potencial que advém de fenómenos transversais a todo o continente europeu. Isto porque a investigação levada a cabo neste contexto, com base nos quatro casos de estudo seleccionados e tendo como foco as dinâmicas que circundam a existência e persistência de partidos de direita radical, leva-nos a considerar que a oferta partidária terá, em geral, uma maior importância na evolução destas mesmas formações. Neste âmbito, será importante destacar dois planos distintos quanto à influência de tais elementos na persistência destas forças políticas: por um lado, a importância atribuída à evolução da organização partidária e às características dos membros que a constituem; por outro, a relevância de que se investe o contexto partidário em que estas formações se movem, nomeadamente o posicionamento de outros partidos no espectro político e o aproveitamento que os mesmos desenvolvem em termos de temas-chave para a direita radical.

Ao nível interno, notámos em todos os casos analisados que a coesão e a unidade no interior destes partidos são elementos essenciais para a construção de uma imagem externa credível. Este tipo de formações é, como referimos ao longo da dissertação, especialmente atingido por episódios de grande crispação interna, pelo que a forma como a estrutura consegue lidar e conter os perigos de fractura irá influenciar a intensidade e predisposição da sua presença no combate político e eleitoral. E a este

respeito teremos de ter em atenção três elementos essenciais na compreensão da organização interna das forças políticas de direita radical: a proporção e quantidade de militantes extremistas presentes nas suas fileiras; o grau de oposição interna que advém da existência de diferentes facções; o grau de domínio e as características da respectiva liderança partidária.

Sobre o primeiro item, notámos que o extremismo das bases partidárias poderá constituir uma faca de dois gumes: por um lado, são esses os membros que potencialmente mais participam nas actividades internas e que mais se predispõem a mostrar a cara a favor da organização, pelo fervor que colocam nos seus ideais; por outro, e também pela importância que atribuem às suas opções políticas, são mais favoráveis a reacções agressivas e intolerantes contra aqueles que não partilham a mesma visão ou que colocam em causa esses ideais. Se é verdade que uma presença controlada destes elementos poderá contribuir para a solidificação da estrutura partidária numa primeira fase na medida em que estão disponíveis para trabalhar sem qualquer benefício em troca (notámos como foi fatal para o NyD o corte que se propôs efectuar com as estruturas locais como forma de evitar o contacto do partido com elementos de extrema-direita), esse cenário coloca entraves na capacidade da direita radical em integrar-se no debate político tradicional e também dificuldades acrescidas na aceitação junto da generalidade do eleitorado.

De facto, a forma como a opinião pública acolhe o potencial de extremismo das bases destes partidos poderá ser considerado um indicador promissor no que toca à consolidação da direita radical nos países estudados. Conforme pudemos verificar nos casos dinamarquês (Art, 2011) e eslovaco, seja pela sua presença contínua na vida política nacional ao longo das décadas ou pelas especificidades ligadas à necessidade de afirmação nacional, o grau de protesto face à acção política da direita radical foi largamente inferior ao verificado no caso sueco, por exemplo. Neste país foi precisamente a herança extremista dos fundadores do SD que o marginalizou junto da opinião pública aquando do seu surgimento no espectro político nacional³³, e mesmo a entrada deste partido no Parlamento, em 2010, não ficou livre de protestos. Na Dinamarca, a ausência de contestação à actividade do DF permitiu que este partido se focasse no combate político tradicional. Já no caso polaco, os pequenos partidos que

³³ Daí a estratégia dos seus líderes em sanear as bases do partido, algo que constituiu um processo moroso que terá consumido grande parte das energias internas da organização durante largos anos, descurando o debate partidário e a exposição mediática.

foram surgindo ao longo da década de 90 esbarraram nas conflitualidades internas que as suas bases promoviam, até que o LPR consegue vingar de forma mais consolidada através de experiência política dos seus fundadores.

Contudo, a importância e influência destes grupos extremistas na organização partidária dependerá também muito, conforme pudemos apurar, da forma como a liderança consegue controlar as diferentes facções internas e subjugar a estrutura à visão que possui para o seu partido. Como tal, consideramos que em todos os casos analisados as características da cúpula partidária, e em especial a postura do líder, são essenciais para compreender a progressão eleitoral e política dos partidos de direita radical. Se já não era novidade a forma como, no caso destas forças políticas, a figura carismática do líder se confunde frequentemente com a própria imagem externa do seu partido, estamos igualmente em posição de reforçar a ideia já presente em alguma literatura que as opções internas da cúpula ditarão o grau de desenvolvimento da organização e a sua capacidade futura de se fazer valer junto do eleitorado de forma neutra e não como um elemento negativo para a opinião pública.

No DF dinamarquês, Pia Kjaersgaard desde logo deixou clara a opção de não permitir a proliferação de claras facções no interior do partido de forma a impedir que se repetissem os problemas internos que a levaram a sair do FrP. Pelo contrário, o NyD e o SD suecos debateram-se durante longos anos com questões internas que passavam pela luta de poder e pela incapacidade em conciliar visões mais moderadas com posições mais extremistas: se no primeiro partido os dois líderes desde logo se desentenderam, contagiando a restante estrutura com as suas rivalidades pessoais, para o insucesso do segundo terão contribuído a herança extremista do seu fundador e as fracas capacidades de afirmação dos seus imediatos sucessores, que impediram uma solidificação harmoniosa das respectivas forças políticas junto do restante espectro partidário. Já no caso polaco, Roman Giertych foi a figura que dirigiu os destinos do LPR em grande parte do seu período de existência; se é verdade que a sua experiência política enquanto líder de uma juventude partidária lhe valeu um carisma e legitimidade que subjugarão qualquer oposição interna de relevo, a forma negativa como o seu desempenho governamental foi visto pelo eleitorado arrastou consigo toda a estrutura para uma progressiva marginalização, depois de se ter afirmado no espectro político enquanto um dos principais partidos políticos. Por fim, a história do SNS confunde-se com uma grande sucessão de diferentes líderes, provenientes de distintas facções do

partido e que acompanharam uma escalada descendente dos seus resultados eleitorais. Jan Slóta, autarca carismático conhecido pelos seus discursos inflamados e que provinha de uma facção radical do SNS, acabou por monopolizar a figura de proa da direita radical: nos anos 90, a sua ascensão à liderança levou à quebra do acordo de coligação com o HZDS (em consequência das suas querelas internas); no virar do século, liderou a mais importante cisão da história do partido, que resultou numa nova organização contra o qual chegou a competir em eleições. Actualmente é de novo o líder de um SNS que se tenta revigorar perante um sistema político em mudança.

Ainda que seja visível a importância que as lideranças partidárias assumem na evolução política destas organizações (e ainda mais num contexto de direita radical em que instrumentos como o carisma e o populismo são abundantemente utilizados), outros tipos de opções políticas são importantes na afirmação e consolidação destes partidos na competição eleitoral. Neste âmbito, a estratégia de apropriação dos temas políticos e a forma como as estruturas e os seus líderes desenvolvem a retórica partidária assumem especial importância. Como já referimos, e ainda que os fenómenos sociais e macroeconómicos não indiquem, por si só e directamente, a forma como a direita radical irá evoluir numa dada sociedade, podem servir de motor para um bom resultado nas urnas se forem bem aproveitados pela direita radical no combate político e na delimitação do seu espaço discursivo. Assim, é de crer que estes fenómenos serão tanto mais importantes para a persistência dos partidos de direita radical quanto a capacidade que estes adquiram na formulação de uma retórica sólida e na afirmação junto do eleitorado no que toca a determinados temas-chave. Daí que a utilização das mesmas bandeiras eleitorais por parte dos diversos partidos de direita radical europeus não resulte num idêntico sucesso nas urnas. Assim, e de modo a compreender a influência dos temas políticos nos resultados eleitorais destes partidos, é essencial que tenhamos em atenção o posicionamento da direita radical e das restantes forças políticas na arena de debate, assim como a projecção que essa postura relativa encontra junto do eleitorado. Em particular, notamos que um processo de maior moderação dos principais partidos de direita num determinado espectro político concede maior liberdade à direita radical para se consolidar no debate político e eleitoral e também mais espaço para que esta obtenha maior exposição mediática através do seu discurso.

Esses mesmos processos são por demais visíveis em todos os casos seleccionados. Notámos, por exemplo, que tanto no caso sueco como no dinamarquês a

imigração foi um dos temas mais abordados pelos respectivos partidos de direita radical (o SD terá até explicitamente anunciado que aplicaria a fórmula utilizada pelo DF), mas esta estratégia comum não se repercutiu da mesma forma nos resultados eleitorais, ainda que estejamos a referir-nos a dois países idênticos quanto aos seus indicadores de desenvolvimento socioeconómico. Pudemos de facto apurar que, para além das diferenças já enunciadas e que são inerentes à distinta evolução interna de cada caso, também as particularidades do próprio jogo político nacional são fundamentais na compreensão das dinâmicas em causa. Neste contexto, o consenso em torno da temática da imigração, que se quebrou mais cedo na Dinamarca do que na Suécia (e assim se tornou também mais cedo num importante tema político naquele primeiro país), poderá ter sido determinante no tipo de intervenção assumido pela direita radical. Mas, sublinhamos, não só: há que ter em conta a apropriação que cada partido efectua dos temas políticos, e o espaço à disposição dos partidos em análise para desenvolverem a sua retórica. A direita moderada dinamarquesa, controlando de forma frequente cargos de governo ao longo das últimas décadas, teve uma dificuldade muito maior em assumir posições mais radicais no que toca a questões como a imigração, deixando livre um terreno fértil para o discurso do FrP e, depois, do DF. Já na Suécia, onde o centro-esquerda dominou o Executivo em grande parte do tempo em análise, a direita mostrou-se disponível para abraçar posições mais extremadas enquanto partidos de oposição, estrangulando o espaço de manobra do NyD e do SD quanto à sua retórica, numa altura em que estes se encontravam também com diversos problemas internos. Desta forma, somente em 2006, e tendo em vista a criação de uma aliança eleitoral vitoriosa, a direita moderada teve de abdicar de algumas das suas posições de ruptura (entre as quais aquelas que se referem à imigração), concedendo espaço para que o SD começasse a crescer nas urnas através de um florescimento do seu discurso. Conforme poderemos concluir, os distintos posicionamentos destes dois espectros políticos em relação a um mesmo tema contribuiu activamente para o diferente desenvolvimento retórico, mediático e assim, eleitoral, dos seus respectivos partidos de direita radical.

O mesmo se poderá aplicar nos outros dois casos seleccionados, não em relação à temática da imigração mas no que toca à integração europeia. Como notámos num dos capítulos anteriores, o LPR polaco beneficiou largamente ao ter sido o único partido abertamente contra a integração da Polónia, numa altura em que os principais partidos do espectro estavam condicionados pelo compromisso das negociações em torno dessa

mesma adesão. Da mesma forma, a incapacidade do LPR em interpretar a importância relativa de cada tema político terá sido um factor importante no percurso descendente dos seus resultados eleitorais: como vimos, e se por um lado o eleitorado começou a dar mais importância às temáticas ligadas às questões sociais e económicas, o partido continuou a insistir nas questões socioculturais ainda ligadas à integração europeia e, genericamente, à problemática da identidade nacional. Ao mesmo tempo, a influência crescente do PiS no espectro político, e a colaboração entre os dois partidos ao nível governamental, levou progressivamente a que se procedesse a uma transferência de eleitorado em detrimento do partido de direita radical, desde logo porque a outra formação política, sendo também de índole muito conservadora, atentava com maior frequência a preocupações com as condições económicas da população, bastando-lhe introduzir uma vertente mais sociocultural no seu discurso como forma de agradar ao eleitorado afecto ao LPR.

Também o SNS eslovaco foi incapaz de se adaptar à realidade de um Estado independente, após um sucesso inicial ao ter sido o primeiro partido a defender publicamente o fim da Checoslováquia. De facto, a importância de que o nacionalismo e a problemática identitária se revestiram na sociedade eslovaca levaram a que todo o espectro político adaptasse a retórica política, e um tema que começou por ser bandeira exclusiva do SNS acabou por ser apropriada por grande parte dos restantes partidos políticos. Este cenário, associado ao desgaste do partido inerente às crispções internas e às dinâmicas descritas num dos capítulos anteriores entre o SNS e o HZDS (que incluíram a transferência de eleitorado, acordos de governo e sobreposição de temas políticos), ditou um processo descendente ao longo dos anos para uma direita radical que beneficiou de grande sucesso inicial. À semelhança do que aconteceu na Polónia, também o eleitorado eslovaco começou a conceder maior importância às questões sociais e económicas assim que a adesão às principais instituições políticas de âmbito regional lhe foi assegurada, na viragem do século, e também como no caso do LPR, o SNS manteve um discurso muito focado na crítica às minorias à defesa da identidade nacional, tendo-se seguido um decréscimo de votação que levou inclusivamente à perda de presença no Parlamento.

Ora, se a captação de um tema político importante como primeira bandeira eleitoral é um processo que atravessou todos os casos estudados, também verificámos que o desenvolvimento de um reduto eleitoral de base territorial acompanhou os

processos de institucionalização dos partidos estudados. No caso polaco, o LPR encontrou o seu suporte na zona sudeste do país, mais idoso, religioso e tradicionalista, e para isso contou com a ajuda da radiofonia, conforme verificámos, para mobilizar esses eleitores; na Eslováquia, Jan Slóta foi durante mais de uma década líder do município de Zilina, tendo situado nessa região a principal base de apoio do partido de direita radical que lidera ainda hoje; na Suécia, ao mesmo tempo que o partido regista a sua maior concentração de votos no sul do país (onde o número de imigrantes é também maior), também o seu líder actual foi figura de destaque da estrutura do SD desenvolvida nessa região. A criação destes redutos eleitorais irá, assim, fortalecer as ramificações locais do partido, facilitando a penetração deste no eleitorado, providenciando quadros para a estrutura interna do partido e assegurando um núcleo de apoio caso a restante estrutura ao nível nacional colapse devido aos perigos já enunciados ao longo desta dissertação.

Através de todas as evidências apresentadas anteriormente, consideramos assim que as questões que partem das opções de cada partido político, onde se incluem as estratégias de retórica, a postura das lideranças e a relação entre a cúpula e as bases (em especial as fileiras mais extremistas), são fundamentais no estudo deste fenómeno tão complexo que a direita radical europeia constitui. A partir destes elementos, concluímos também que o posicionamento relativo dos restantes partidos em relação aos principais temas políticos e o grau de aceitação da opinião pública no que toca à actividade dos partidos em análise são variáveis fundamentais para a sua compreensão. Reforçamos desta forma, com a presente dissertação, uma linha de pensamento que se tem vindo a solidificar nos últimos anos com a mais recente literatura, e que centra a sua atenção para a oferta partidária em detrimento dos fenómenos pós-industriais que caracterizam a procura do eleitorado por formações políticas que incorporam a ideologia em causa. Como notámos já, esses processos de carácter global poderão, na nossa perspectiva, constituir o motor eleitoral que atribua um primeiro sucesso aos partidos de direita radical (de natureza eminentemente conjuntural) mas não conseguem suportar, por si, um contínuo apoio à direita radical se não estiverem criadas as devidas condições inerentes ao processo de institucionalização e solidificação interna destas formações políticas.

Não poderemos deixar de nos referir também, contudo, à importância que os factores institucionais assumem na evolução da direita radical europeia. Reconhecendo

que futura investigação terá de se centrar com maior profundidade no papel efectivo dos mecanismos formais que limitam a acção dos partidos políticos num regime democrático, poderemos ainda assim traçar algumas premissas que advêm da análise realizada aos quatro países seleccionados. Conforme verificámos num dos capítulos anteriores, grande parte da literatura sobre o tema tem-se inclinado para o argumento de que estas questões, transversais a todo o espectro político de um dado país, acabam por se esbater na multiplicidade de factores que se cruzam no processo de evolução de um partido de direita radical.

No entanto, no que diz respeito aos casos analisados, os seus respectivos sistemas eleitorais tiveram também o seu papel no histórico da direita radical: a Dinamarca, que acolhe o cenário de maior sucesso e solidez para esta ideologia, é igualmente o caso em que a cláusula-barreira é mais baixa (2%). Por exemplo o FrP, com 2,4% dos votos, teria sido excluído do Parlamento dinamarquês logo em 1994 se concorresse em eleições de qualquer um dos outros países: na Suécia a cláusula-barreira ascende aos 4%, na Polónia e Eslováquia aos 5%. Por outro lado, o SD sueco teria tido, com 2,9% dos votos, a sua estreia no Parlamento logo em 2006 se a Suécia tivesse o mesmo limite mínimo estabelecido do que na Dinamarca. O mesmo acontece com a direita radical eslovaca que, sob as regras dinamarquesas, nunca teria abandonado o Parlamento nacional em 2002, mesmo estando a braços com consideráveis problemas internos. Assim sendo, poderemos considerar que os limites mínimos (formais ou informais), se particularmente baixos, influenciarão a evolução dos partidos de direita radical na medida em que ditarão uma entrada mais facilitada dos mesmos nas respectivas Câmaras legislativas, permitindo-lhes intervir no principal palco de debate político, beneficiar de maior exposição mediática e mesmo de subsídios estatais que ajudarão o partido a consolidar-se internamente. De recordar igualmente o caso polaco, em que a emergência de novos partidos na composição do novo Parlamento (entre os quais o PiS e o LPR) após as eleições de 2001 poderá também ter sido devida às modificações que o Governo implementara nos mecanismos formais que regem os actos eleitorais. A utilização do método de Sainte Laguë levou a que partidos políticos de média dimensão fossem beneficiados no cálculo final dos resultados em detrimento das principais formações, provocando uma reorganização do espectro político nacional e assim à emergência de novos actores que se viriam a afirmar nos anos posteriores. Também o fim da cláusula-barreira de 7% em listas nacionais e as modificações nas

magnitudes dos círculos eleitorais aprofundaram a tendência de fragmentação da Câmara legislativa.

Por fim, o que há de diferente ou semelhantes entre as forças de direita radical na Europa Ocidental e na Europa Central e de Leste? De facto, esta questão teria certamente direito ao seu próprio espaço autónomo de análise em futura investigação. Pelo que pudemos apurar ao longo desta dissertação, existe complementaridade entre fenómenos que são comuns dos dois lados e dinâmicas próprias do legado histórico de cada caso estudado, com particular impacto para os partidos na Polónia e na Eslováquia. Por um lado, processos globais como o benefício da convergência ao centro por parte das forças políticas tradicionais, a importância do reduto eleitoral local e da designação de uma primeira bandeira eleitoral relevante, as dinâmicas ligadas à centralidade da liderança partidária e os processos de consolidação interna (em que o controlo de facções e das bases assumem particular destaque) são convergentes e comuns a ambas as regiões da Europa. Por outro, e naturalmente, é nos temas políticos que se encontram as grandes distinções entre os dois lados da análise. Se nos casos dinamarquês e sueco, como vimos, a imigração e a defesa do Estado-Providência são as principais temáticas utilizadas pelos respectivos partidos de direita radical, nos exemplos polaco e eslovaco as questões identitárias como a religião e a etnicidade constituem ainda importantes suportes retóricos da ideologia em causa³⁴.

Contudo, até aqui poderemos encontrar alguns sinais de convergência que poderiam ser ignorados numa primeira análise. Em primeiro, a integração europeia tem vindo a constituir um importante elemento de aproximação das duas realidades, com especial enfoque para a Europa Central e de Leste. Efectivamente, as instituições da UE passaram a assumir-se como um actor regional de relevo que influenciou um debate sobre afirmação nacional que terá beneficiado, num primeiro momento e como notámos, os partidos de direita radical que o souberam aproveitar. Para além disso, mas num sentido contrário, as exigências europeias tendo em vista a adesão introduziram no debate político nacional questões socioeconómicas que a direita radical, mantendo-se ligada a temáticas culturais, não soube absorver e transformar num discurso favorável a si. Desta forma, de um debate sociocultural sobre identidade, estes países têm vindo a evoluir para uma arena política mais idêntica nos seus temas, em comparação com as verificadas na Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, e concomitantemente à defesa do

³⁴ Já Bustikova (2009) alertou para esta importante distinção.

regime monárquico, os partidos escandinavos de direita radical analisados transformaram o debate socioeconómico sobre Estado-Providência numa questão identitária, enquanto um elemento particular de sucesso das respectivas sociedades que urge defender e proteger.

Não poderemos terminar sem antes, e uma vez mais, sublinhar que é necessário ter em atenção a forma como as diversas variáveis sublinhadas nas últimas páginas interagem entre si e contribuem para sustentar um contínuo sucesso ou um persistente insucesso para a direita radical. Ainda que os factores institucionais possam, só por si, não constituir um elemento particularmente determinante para a presença destes partidos nos seus respectivos sistemas políticos, constituem questões a ter em conta quando associadas a uma solidificação interna sustentada e a uma correcta estratégia de exposição mediática, onde se inclui a popularidade e carisma dos líderes e a capacidade de captura e absorção dos mais relevantes temas-chave para um reconhecimento do partido por parte do eleitorado. Consideramos igualmente que, no âmbito do estudo de um fenómeno tão complexo como a direita radical europeia, a utilização excessiva de uma análise quantitativa poderá desvirtuar, esconder e ignorar diversos factores que constituem importantes elementos explicativos do mesmo. Na elaboração deste estudo que agora se conclui, notámos que os particularismos e as dinâmicas de âmbito nacional são particularmente relevantes na compreensão da direita radical, que constitui afinal uma ideologia que assenta, na sua maioria, em premissas intrinsecamente locais e em preocupações que dizem respeito, antes de mais, ao bem-estar da nação em que se insere. No fim, é de crer que este fenómeno inclui demasiados elementos que não poderão ser quantificáveis, desde logo porque surgem em sequência de processos de natureza histórica, com raízes nos períodos e símbolos de afirmação nacional, assim como nas feridas que se estendem ao longo do tempo, procedendo-se a um aproveitamento político desses mesmos traços identitários.

Como tal, esta dissertação abre também espaço para nova investigação, talvez com carácter mais aprofundado e específico, nesse mesmo campo de análise. Acreditamos que será interessante explorar com maior profundidade o papel do legado histórico na construção do discurso dos partidos de direita radical, dado que implica uma conjugação de temáticas identitárias com questões eminentemente pós-industriais e com as quais os eleitores se poderão facilmente identificar no seu dia-a-dia. Partindo da ideia, verificada ao longo desta dissertação, de que estes partidos atribuem prioridade

política às problemáticas socioculturais (em detrimentos dos temas socioeconómicos, por exemplos), consideramos que poderá ser útil analisar, desta forma, o grau de aproveitamento político, por parte destas forças partidárias, das feridas abertas ao longo da História e dos valores e símbolos que transportam os cidadãos para o sentimento nacional que é intrínseco a si. Este aspecto poderá ter impacto, a nosso ver, em dois campos distintos que ao longo da presente análise se foram alinhavando: por um lado, aproxima o partido de determinados sectores da sociedade, colocando-os numa posição mais favorável para a sua aceitação ao praticar um discurso que diz algo aos cidadãos; por outro, este tipo de discurso poderá ser também positivo como elemento de coesão interna para um tipo de formações políticas particularmente expostas a fricções entre distintas facções.

Julgamos que, com esta nova fase da investigação, conseguiremos providenciar, complementando o trabalho já iniciado com a presente dissertação, um modesto mas efectivo contributo para o conhecimento científico, nomeadamente quanto ao manuseamento de conceitos tão complexos como os de nacionalismo e identidade nacional.

Bibliografia

- Anastasakis, O., 2001. Post-communist extremism in Eastern Europe: The nature of the phenomenon. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, [Online]. 1 (2), pp. 15-26. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1754-9469.2001.tb00135.x/pdf> [Acedido a 10 Setembro 2011]
- Art, D., 2011. *Inside the Radical Right: The Development of Anti-Immigrant Parties in Western Europe*. 1st ed. New York: Cambridge University Press.
- Arzheimer, K., 2008. Protest, Neo-Liberalism or Anti-Immigrant Sentiment: What Motivates the Voters of the Extreme Right in Western Europe?. *Zeitschrift für vergleichende Politikwissenschaft*, [Online]. 2 (2), pp. 173-197. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/y183831j750up953/fulltext.pdf>
- Arzheimer, K., Carter, E., 2006. Political opportunity structures and right-wing extremist party success. *European Journal of Political Research*, [Online]. 45 (3), pp. 419-443. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=12885ec7-c3b6-4f70-8610-d32ee8b92af6%40sessionmgr110&vid=2&hid=123>
- Bale, T., et al, 2010. If You Can't Beat Them, Join Them? Explaining Social Democratic Responses to the Challenge from the Populist Radical Right in Western Europe. *Political Studies*, [Online]. 58 (3), pp. 410-426. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9248.2009.00783.x/pdf>
- Betz, H., 1998. Introduction, in Hans-Georg Betz and Stefan Immerfall (eds) *The New Politics of the Right: Neo Populist Parties and Movements in Established Democracies*. New York: St. Martin's Press.
- Betz, H., 2002. Conditions Favouring the Success and Failure of Radical Right-Wing Populist parties in Contemporary Democracies, in Y. Mény and Y. Surel (eds) *Democracies and the Populist Challenge*. New York: Palgrave MacMillan
- Betz, H.G., Johnson, C., 2004. Against the current – stemming the tide: The nostalgic ideology of the contemporary populist radical right. *Journal of Political Ideologies*, 9 (3), pp. 311-327.
- Bjørklund, T., Saglie, J., 2004. Anti-immigration Parties in Denmark and Norway: The Progress Parties and the Danish People's Party. In: M. Schain, A. Zolberg & P. Hossay, ed. 2002. *Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe*. New York: Palgrave.
- Canovan, M., 2002. Taking Politics to the People: Populism as the Ideology of Democracy. In: Y. Mény e Y. Surel, 2002. *Democracies and the Populist Challenge*. Basingstoke: Palgrave.

Carter, E., 2005. *The Extreme Right in Western Europe: Success or Failure?*. 1st ed. Manchester: Manchester University Press

Bustikova, L., 2009. The Extreme Right in Eastern Europe: EU Accession and the Quality of Governance. *Journal of Contemporary European Studies*, [Online]. 17 (2), pp. 223-239. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14782800903108668> [Acedido a 8 Setembro 2011]

Deegan-Krause, K., 2004. Uniting the Enemy: Politics and the Convergence of Nationalisms in Slovakia. *East European Politics & Societies*, [Online]. 18 (4), pp. 651-696. Disponível em: <http://eep.sagepub.com/content/18/4/651>

Eatwell, R., 2003. Ten theories of the extreme right. In: P. Merkl e L. Weinberg. *Right-Wing Extremism in the Twenty-First Century*. London: Frank Cass.

Eatwell, R., 2004. Introduction: the new extreme right challenge. In: R. Eatwell e C. Mudde, ed. 2004. *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. New York: Routledge.

Green-Pedersen, C., Odmalm, P., 2008. Going different ways? Right-wing parties and the immigrant issue in Denmark and Sweden. *Journal of European Public Policy*, [Online]. 15 (3), pp. 367-381. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13501760701847564> [Acedido a 7 Setembro 2011]

Gwiazda, A., 2008. The parliamentary election in Poland, October 2007. *Electoral Studies*. 27, pp. 740-773.

Hainsworth, P., 2008. *The Extreme Right in Western Europe: Making of the Contemporary World*. 1st ed. New York: Routledge.

Harmel, R., Svåsand, L., 1993. Party Leadership and Party Institutionalization: Three Phases of Development. *West European Politics*. 16, pp. 67-88.

Haughton, T., Rybár, M., 2008. A change of direction: the 2006 Elections and Party Politics in Slovakia. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, [Online]. 24 (2), pp. 232-255. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13523270802003053> [Acedido a 21 Abril 2012]

Inglehart, R., Flanagan, S., 1987. Value Change in Industrial Societies. *The American Political Science Review*, [Online]. 81 (4), pp. 1289-1319. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1962590>

Katz, R., Mair, P., 1995. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*. 1 (1), pp. 5-28.

Kessler, A., Freeman, G., 2005. Support for Extreme Right-Wing Parties in Western Europe: Individual Attributes, Political Attitudes, and National Context. *Comparative European Politics*, [Online]. 3, pp. 261-288. Disponível em:

<http://www.pratiquesciences sociales.net/exposes/S7.%20Support%20for%20Extreme%20Right-Wing%20Parties%20in%20Western%20Europe%20%28Kessler%202005%29.pdf>

Kitschelt, H., 1993. Class Structure and Social Democratic Party Strategy. *British Journal of Political Science*, [Online]. 23 (3), pp. 299-337. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/194220>

Kitschelt, H., 2007. Growth and Persistence of the Radical Right in Postindustrial Democracies: Advances and Challenges in Comparative Research. *West European Politics*, [Online]. 30 (5), pp. 1176-1206. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/toc/fwep20/current>

Lubbers, M., et al, 2002. Extreme right-wing voting in Western Europe. *European Journal of Political Research*, [Online]. 41, pp. 345-378. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=82f0ce7c-59bc-4350-835b-f3bbbf17906%40sessionmgr111&vid=2&hid=123> [Acedido a 19 de Abril de 2011]

Mair, P., 1991. The Electoral Universe of Small Parties in Postwar Western Europe. In: F. Müller-Rommel e G. Pridham, ed. 1991. *Small Parties in Western Europe: Comparative and National Perspectives*. London: Sage.

Meny, Y., Surel, Y., 2002. *Democracies and the Populist Challenge*. Basingstoke: Palgrave.

Meret, S., 2009. *The Danish People's Party, the Italian Northern League and the Austrian Freedom Party in a Comparative Perspective: Party Ideology and Electoral Support*. Ph. D. Aalborg University.

Millard, F., 2003. Elections in Poland 2001: electoral manipulation and party upheaval. *Communist and Post-Communist Studies*. 36, pp. 69-86.

Millard, F., 2007. The 2005 parliamentary and presidential elections in Poland. *Electoral Studies*. 26, pp. 196-231.

Mudde, C. ed., 2005. *Racist Extremism in Central and Eastern Europe*. New York: Routledge.

Mudde, C., 2007. *Populist Radical Right Parties in Europe*. 1st ed. New York: Cambridge University Press.

Nohlen, D., Stöver, P. (eds.), 2010. *Election in Europe*. Baden-Baden: Nomos.

Norris, P., 2005. *Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market*. 1st ed. New York: Cambridge University Press.

Panebianco, A., 1988. *Political Parties: Organization and Power*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pederson, K., Ringsmose, J., 2005. From the Progress Party to the Danish People's Party: From Protest Party to Government-Supporting Party. In: *Joint Sessions of the European Consortium for Political Research*. Uppsala, Suécia 13-18 Abril 2005.

Pedhazur, A., Brichta, A., 2002. The Institutionalization of Extreme Right-Wing Charismatic Parties: a Paradox?. *Party Politics*, [Online]. 8 (1), pp. 31-49. Disponível em: <http://ppq.sagepub.com/content/8/1/31>

Pierson, P., 1998. Irresistible Forces, immovable objects: post-industrial welfare states confront permanent austerity. *Journal of European Public Policy*, [Online]. 5 (4), pp. 539-560. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13501769880000011> [Acedido a 07 Maio 2012]

Rae, G., 2007. Back to the Future: The Resurgence of Poland's Conservative Right. *Debate: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, [Online]. 15 (2), pp. 221-232. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09651560701483329> [Acedido a 15 Abril 2012]

Ramet, S. (ed.), 1999. *The Radical Right in Central and Eastern Europe since 1989*. The Pennsylvania State University Press.

Resende, M., 2009. *The Unintended Effects of Europe on Central and East European Party Systems: Poland and Beyond*. Tallinn: Tallinna University Press.

Rydgren, J., 2002. Radical Right Populism in Sweden: Still a failure, but for how long. *Scandinavian Political Studies*, [Online]. 25 (1), pp. 27-57. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=d7bb9da7-dd16-4dd9-9870-23bc9e2d7d56%40sessionmgr115&vid=2&hid=123> [Acedido a 7 Setembro 2011]

Rydgren, J., 2004. Explaining the Emergence of Radical Right-Wing Populist Parties: The Case of Denmark. *West European Politics*, [Online]. 27 (3), pp. 474-502. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0140238042000228103> [Acedido a 29 Fevereiro 2012]

Rydgren, J., 2006. *From Tax Populism to Ethnic Nationalism*. New York: Berghahn.

Svåsand, L., 1998. Scandinavian Right-Wing Radicalism. In: H. Betz & S. Immerfall, ed. 1998. *The New Politics of the Right: Neo-Populist Parties and Movements in Established Democracies*. London: Macmillan Press Ltd. Ch. 5.

Schmitt, H., 2005. As eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem?. *Análise Social*, 177 (4), pp. 765-794.

Westlind, D., 1996. *The Politics of Identity: Understanding Recent Populist Movements in Sweden and the United States*. Lund: Lund University Press.

Widfeldt, A., 2004. Sweden's Euro Referendum in 2003. *West European Politics*, 27 (3), pp. 503-517.

Widfeldt, A., 2008. Party change as a necessity - the case of the Sweden Democrats. *Representation*, [Online]. 44 (3), pp. 265 - 276. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00344890802237031> [Acedido a 11 Setembro 2011]

Widfeldt, A., 2011. The Swedish Parliamentary Election of 2010. *Electoral Studies*. 30 (3), pp. 577-591.

Zaslove, A., 2009. The Populist Radical Right: Ideology, Party Families and Core Principles. *Political Studies Review*, [Online]. 7 (3), pp. 309-318. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?hid=21&sid=d30a62a6-449d-4454-b7e8-fc7b6f83af95%40sessionmgr14&vid=2> [Acedido em 3 de Janeiro de 2011]

Webgrafia

Autoridade Eslovaca de Estatística

[Disponível em: <http://portal.statistics.sk/showdoc.do?docid=359>]

Autoridade Polaca de Estatística

[Disponível em: http://www.stat.gov.pl/gus/index_ENG_HTML.htm]

Dansk Folkeparti (DF)

[Disponível em: <http://www.danskfolkeparti.dk/>]

DST - Autoridade Dinamarquesa de Estatística

[Disponível em: <http://www.dst.dk/en>]

Eurobarómetro

[Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm]

European Election Database

[Disponível em: http://www.nsd.uib.no/european_election_database/]

Eurostat

[Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/>]

SCB - Autoridade Sueca de Estatística

[Disponível em: http://www.scb.se/default_2154.aspx]

Slovenská národná strana (SNS)

[Disponível em: <http://www.sns.sk/>]

Sverigedemokraterna (SD)

[Disponível em: <https://sverigedemokraterna.se/>]

UNCHR

[Disponível em: <http://www.unhcr.org>]